

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA-UNIARA
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MEIO
AMBIENTE**

**PARQUES AQUÁTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO:
CARACTERIZAÇÃO E DESCRIÇÃO DO THERMAS DOS
LARANJAIS DE OLIMPIA - SP**

RAQUEL TERESINHA DELLA MÉA SCHNORR

ARARAQUARA – SP

2011

RAQUEL TERESINHA DELLA MÉA SCHNORR

**PARQUES AQUÁTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO:
CARACTERIZAÇÃO E DESCRIÇÃO DO THERMAS DOS
LARANJAIS DE OLIMPIA - SP**

*Dissertação apresentada ao Centro Universitário de
Araraquara, como parte das exigências para obtenção
do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e
Meio Ambiente.*

**ORIENTADORA: PROFA. DRA. MARIA LUCIA
RIBEIRO**

**ARARAQUARA - SP
2011**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

(a) Schnorr, Raquel Teresinha Della Mea

Parques Aquáticos do Estado de São Paulo: caracterização e descrição do Thermas dos Laranjais de Olimpia-SP

135 f.; 30 cm

Dissertação de Mestrado– Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional em Meio Ambiente – Centro Universitário de Araraquara – UNIARA.

Área de Concentração: Dinâmica Regional e Alternativas de Sustentabilidade.

Seção 1.02 Orientadora: Ribeiro, Maria Lúcia.

1.Parques Aquáticos 2. Lazer. 3. Turismo 4. Estado de São Paulo

RAQUEL TERESINHA DELLA MÉA SCHNORR

**PARQUES AQUÁTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO:
CARACTERIZAÇÃO E DESCRIÇÃO DO THERMAS DOS
LARANJAIS DE OLIMPIA-SP**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Centro Universitário de Araraquara - UNIARA como requisito para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

Área de concentração: DINÂMICA REGIONAL E ALTERNATIVAS DE SUSTENTABILIDADE

Linha de pesquisa: GESTÃO DO TERRITÓRIO

Data de aprovação: 06 de maio de 2011

Banca Examinadora



Centro Universitário de Araraquara

Rua Voluntários da Pátria, 1309 - Centro - Araraquara - SP
CEP 14801-320 - Caixa Postal 68 - Fone/Fax: (16) 3301-7100

www.uniara.com.br

BANCA DE DEFESA

Prof. Dr. Didier Gastmans
UNESP – Rio Claro

Profa. Dra. Odaléia T. M. M. Queiroz
ESALQ – Piracicaba

Profa. Dra. Maria Lúcia Ribeiro
UNIARA - Araraquara

Turismo é a atividade que deve processar recursos naturais, culturais e humanos de forma articulada e planejada com o objetivo de fazer com que o empresário lucre, o turista realize seus sonhos, mas principalmente num país com tantas desigualdades regionais como o nosso, ser um instrumento poderoso para o desenvolvimento sustentado local.” Caio Luiz de Carvalho (2010)

*Ao meu esposo Antonio pela força e
compreensão e aos meus filhos Bruna,
Allana e Arion pelo amor que tenho a eles.
E por durante tanto tempo me auxiliarem
nesta árdua tarefa. Saibam que vocês são
um pouco mestres também.*

Agradecimentos

É uma grande dificuldade realizar um curso de mestrado para quem é mãe, esposa, profissional, amiga, filha e ainda assim procurar concluir uma dissertação com qualidade. Este é um momento ímpar na formação acadêmica.

Obrigado meu Deus, pois o senhor atendeu meu pedido e, além disso, colocou todas essas pessoas especiais na minha vida.

A minha orientadora Profª. Dra. Maria Lúcia Ribeiro, que soube compreender as dificuldades desta pesquisa e desta pesquisadora. Que nunca deixou de incentivar e que embora seja de uma área tão díspar e, mesmo assim com muita sabedoria conduziu esta orientanda ao caminho da cientificidade.

A Professora Dra. Sandra Rita Molina historiadora que compreendeu a importância do turismo para o desenvolvimento sustentável ao longo da convivência na docência e da nossa amizade e que incentivou-me na busca deste mestrado.

Aos Professores que muito contribuíram com esta dissertação ao longo deste mestrado, em especial os professores Hildebrando Hermann e Oriowaldo Queda.

Ao meu amado esposo que deu preciosas contribuições sobre águas subterrâneas e que sempre soube que seria um grande parceiro.

A minha filha Bruna Tábata pelo precioso auxílio e por compreender o quão extraordinário é o mundo dos turismólogos.

A minha filha Allana que se privou muitas vezes da minha companhia e que no final acabou por ceder seus conhecimentos de informática.

Ao meu filho Arion que por diversas vezes ficou sem a mãe, mas foi parceiro nas viagens até Araraquara.

Aos meus pais Nilza e Edmar mesmo nas dificuldades jamais deixaram de ofertar a educação aos filhos.

Aos meus irmãos Vani (*in memoriam*) e Gilmar meus professores no ensino fundamental e grandes mestres que uniram a irmã caçula no gosto pela docência.

A colega Rosane Teresinha Petroróssi Figueiredo que compreendeu os objetivos desta pesquisa e clareou as discussões.

As amigas Regina, Flávia e Julia pelo incentivo.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que me apoiaram em todos os momentos, tanto de alegria como de dificuldades, no decorrer da minha vida.

RESUMO

Desde o final do século XX, o turismo apresenta-se com uma dinâmica transformadora capaz de movimentar centenas de milhões de pessoas e bilhões de dólares, surge com uma capacidade substancialmente importante na geração de renda e no desenvolvimento das áreas sociais e culturais. Neste cenário o setor de entretenimento estrutura-se como uma das principais atividades econômicas, destacando-se os parques temáticos e aquáticos. A principal razão do sucesso desses centros de lazer reside na questão regional, ou seja, são localizados próximos das residências dos visitantes o que permite férias de curta duração, realizadas com pequenas viagens. Esta investigação teve como principal objetivo organizar um inventário dos parques aquáticos do Estado de São Paulo e descrever detalhadamente o Parque Aquático Thermas dos Laranjais localizado no município de Olímpia (SP) analisando a sua infraestrutura, a sua capacidade de proporcionar lazer e a sua influência no município no qual está instalado. Quanto ao contexto da investigação, efetuou-se uma pesquisa exploratório-descritivo-explicativa. Para construir a base de dados sobre os parques aquáticos existentes no Estado de São Paulo, foram realizadas pesquisas no Sistema de Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas (CADASTUR) que atua no setor do turismo, na Associação das Empresas de Parques de Diversões do Brasil (ADIBRA) e uma investigação temática no mecanismo de busca Google, sistema baseado em um indicador denominado *Page Rank*, que permite listar prioritariamente os resultados mais proeminentes. Assim, através deste mecanismo também foi possível obter dados sobre o Parque Aquático Thermas dos Laranjais que se completou com visita técnica realizada ao local no ano de 2008 a fim de verificar a infraestrutura e o funcionamento do local. Desta forma inventariou-se um total de 21 parques aquáticos no Estado de São Paulo e elaborou-se uma descrição detalhada dos mesmos contemplando: localização, infraestrutura, tipicidade das atividades lazer e recreação oferecida, o uso de águas subterrâneas e formas de acesso ao local. Este inventário mostra que os parques aquáticos foram implantados e se desenvolveram de acordo com a demanda da região onde está localizado com concentração nas regiões norte e noroeste do Estado. A análise dos resultados referentes à caracterização do Parque Aquático Thermas dos Laranjais apontam para as seguintes questões: o local possui visitação em larga escala durante o ano todo, massificando a atividade turística nesta comunidade, a sua implantação não foi discutida com os autóctones, ausência de planejamento específico para promover a gestão do turismo, geração de grande quantidade de resíduos (sólidos ou líquidos) resultantes das atividades do parque e consumo excessivo de água no complexo. Como a literatura não apresenta registro, até o momento, dados que caracterizem estes empreendimentos e os oficiais ainda são incipientes, os resultados descritos nesta dissertação indicam que o presente levantamento e desvelamento dos parques aquáticos no Estado de São Paulo podem fornecer subsídios relevantes para o setor turístico. Os parques aquáticos constituem um mercado emergente para o Estado de São Paulo e independentemente de o Estado reconhecer e compreender a relevância dessa atividade turística, o setor está convencido da importância econômica desses atrativos.

Palavras-chave: Parques Aquáticos, Lazer, Turismo, Estado de São Paulo.

ABSTRACT

Starting in the late 20th century, tourism became a dynamic force for transformation, moving hundreds of millions of people and billions of dollars, and revealing its important role in revenue generation and social and cultural development. In this setting, the entertainment industry represents one of the main economic activities, which include theme and water parks. The main reason for the success of these leisure centers stems from their regionality, i.e., their close location to the homes of visitors, which allows for brief vacations involving little travelling. The purpose of this study was to compile a list of the aquatic parks in the state of São Paulo, Brazil, and to describe in detail the Thermas dos Laranjais Aquatic Park located in the municipality of Olímpia, SP, analyzing its infrastructure, its capacity to provide recreation, and its influence on the municipality where it established. This investigation consisted of an exploratory, descriptive and explanatory research. A database containing information about the aquatic parks in the state of São Paulo was built based on research into the System for Registration of Individuals and Legal Entities (CADASTUR), which acts in the tourism sector, at the Brazilian Association of Amusement Parks Companies (ADIBRA). In addition, a thematic investigation using the *PageRank* mechanism of the Google Internet search engine, which allows the most meaningful results to be listed prioritarily. The use of this mechanism enabled the collection of data about the Thermas dos Laranjais Aquatic Park, which were completed through a technical visit to the park in 2008 to check out its infrastructure and operation. The research involved making an inventory of a total of 21 aquatic parks in the state of São Paulo, for which a detailed description was drawn up including information such as: location, infrastructure, typicity of their leisure and recreational activities, the use of underground water, and forms of access to their locations. This inventory reveals that the aquatic parks were implemented and developed according to the requirements of the region in which they are situated, with a higher concentration in the north and northwestern regions of the state. The analysis of the findings on the characterization of the Thermas dos Laranjais Aquatic Park indicates the following: the site receives large numbers of visitors throughout the year, massifying tourism activity in this community. Moreover, its implementation was not discussed with the residents of this community, no specific planning was done to promote tourism management, the park generates significant quantities of wastes (solid and liquid) resulting from its activities, and the park complex consumes an excessive amount of water. Since the literature to date does not include data characterizing this type of enterprise and official data are still incipient, the results reported in this dissertation indicate that this survey and the description of the aquatic parks in the state of São Paulo can provide relevant information for the tourism industry. Aquatic parks constitute an emergent market in the state of São Paulo, and whether or not the State recognizes and understands the relevance of this tourism activity, the sector is convinced of the economic importance of these attractions.

Keywords: Aquatic parks, Leisure, Tourism, State of São Paulo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Vista aérea de parte do Beach Park	56
Figura 2 Parque Beto Carrero World	57
Figura 3 Transformação dos parques	62
Figura 4 Classificação proposta por Salomão	64
Figura 5 Parque aquático Rio Water Planet	67
Figura 6 Localização dos Parques Aquáticos do Estado de São Paulo	83
Figura 7 Vista Aérea de Parte do Parque Aquático Thermas Dos Laranjais	89
Figura 8 Uma Visão da Piscina de Ondas	94
Figura 9 Rio Lento e Escorrega	96
Figura 10 Cascata de Águas Termais	97
Figura 11 Tirolesa e Balde	98
Figura 12 Piscina de Sal e no Entorno Piscina de Água Quente	99

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Nova classificação de Gorski	63
Quadro 2 Parques Aquáticos Localizados no Estado de São Paulo	82
Quadro 3. Atrativos do Parque Aquático Thermas Dos Laranjais	101
Quadro 4 Preços dos ingressos de acesso ao Parque Thermas dos Laranjais	102

LISTA DE SIGLAS

ADIBRA- Associação das Empresas de Parques de Diversões do Brasil

BNDES- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CADASTUR- Sistema de Cadastro de Pessoa Física ou Jurídica do Setor de Turismo

DAEMO – Departamento de Água e Esgoto de Olímpia

EMBRATUR- Instituto Brasileiro de Turismo

FGV- Fundação Getulio Vargas

IAAPA- *International Association of Amusement Parks and Attractions,*

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH- Índice de Desenvolvimento Humano

MERCOSUL- Mercado Comum do Sul

MTUR - Ministério do Turismo

OMT- Organização Mundial do Turismo

PESCAN - Parque Estadual da Serra de Caldas Novas

PIB- Produto Interno Bruto

SINDEPAT- Sistema Integrado de Parques e Atrações Turísticas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação da dissertação	14
1.2 Objetivos	18
1.2.1 Objetivo Geral	18
1.2.2 Objetivos Específicos	18
1.3 Hipótese	19
1.4 Procedimentos metodológicos	19
1.4.1 Limitantes da pesquisa	21
2 REFERENCIAL TEÓRICO	26
3 LAZER E TURISMO	37
3.1 Lazer e Turismo: interfaces nas questões históricas	37
3.2 Desenvolvimento do Turismo no Brasil	42
3.3 Características do turismo em parques temáticos	50
3.4 Tendências e evolução dos parques	53
3.5 Classificação dos Parques	59
3.5.1 Panorama dos Parques Aquáticos do Brasil: regiões sul, sudeste e centro-oeste	65
4 INVENTÁRIO E DESCRITIVO DOS PARQUES AQUÁTICOS	71
4.1 Análise e caracterização do Parque Aquático Thermas dos Laranjais	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS	113
ANEXOS	122
Decreto nº 5.406 de 30 de março de 2005 – Cadastro obrigatório	123
CADASTUR - Formulário de cadastro	132

INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação da dissertação

O turismo apresenta-se como um fenômeno típico da sociedade capitalista pós-revolução industrial e tem se convertido desde o final do século XX em uma atividade econômica importante com resultados positivos, tanto econômicos, quanto sociais. Para a Organização Mundial do Turismo – OMT - este é o setor da economia que mais cresce na atualidade, e que atingiu o *status* da principal atividade econômica do mundo. (OMT, 2003).

Este setor tende a avançar, segundo Dias (2003), 7,5% ao ano na próxima década, e movimenta cerca de US\$ 3,4 trilhões, ou seja, 10,9% do Produto Interno Bruto - PIB - mundial. Emprega cerca de 204 milhões de pessoas, ou seja, 10% da força global de trabalho e possui um número infindável de atividades correlatas.

Assim, é fato incontestável a relação coexistente entre o ambiente econômico e a expansão da atividade turística. Enquanto a economia cresce, o nível da receita disponível aumenta e parte desta receita é gasta com o lazer e o turismo.

O turismo apresenta-se, na maioria das vezes, como a única possibilidade de desenvolvimento econômico para um lugar, uma cidade ou uma região. E para Luchiari (2000) essa é uma atividade que não depende mais exclusivamente da vocação natural da região, pois pode ser construída artificialmente pelo poder econômico e político através da criação de parques temáticos, de uma natureza artificial, de uma autenticidade histórica reinventada para saborearmos costumes, hábitos e tradições sociais que foram perdidas na corrida frenética dos lugares para obter um papel no processo de globalização contemporâneo.

As atividades de lazer e turismo são complexas e entrelaçadas. Geram muitos dividendos, movimentam altas somas em impostos e criam milhares de empregos. Para a OMT (2003) o turismo se tornou uma das forças que transformaram o mundo e, aliando-se às novas tecnologias, busca redesenhar as estruturas mundiais, influenciando o processo de globalização, os blocos econômicos e de certa forma a nova ordem mundial. Neste cenário o setor de entretenimento vem se transformando em uma das principais atividades econômicas do século XXI.

Nesta forte tendência de desenvolvimento do turismo e de suas atividades correlatas as pessoas buscam atividades de lazer em atrativos como os parques

temáticos. “A cada ano milhões de pessoas freqüentam os parques temáticos regionais, nacionais e internacionais, com o único objetivo de buscar diversão”. (CHON; SPARROWE, 2003, p. 285).

De acordo com a pesquisa Hábitos de Consumo do Turismo Brasileiro realizado pelo Ministério do Turismo - MTUR no ano de 2009, do total de entrevistados 4,8% de turistas viajaram nos últimos dois anos incluíram nas suas atividades uma visita em um parque temático. (MTUR, 2010d).

Esse número de turistas que visitaram os parques temáticos aponta para uma demanda significativa, apresentando assim uma capacidade de crescimento do setor. Esse crescimento se deve a melhoria de renda do brasileiro, a estabilização da economia e as políticas de financiamento das viagens do programa do Ministério do Turismo - Viaja Mais - através de instituições financeiras e das agências de viagens.

Nesses destinos é de fundamental importância a qualidade dos serviços oferecidos, o que tem como consequência a fidelização do turista. A principal razão do sucesso desses centros de entretenimento e lazer, e que vêm aumentando a sua popularidade, reside na questão regional, ou seja, são localizados próximos das residências dos visitantes o que permite férias de curta duração, realizadas com pequenas viagens. Parques aquáticos dividem-se em locais (que atendem somente a população da localidade e municípios limítrofes), regionais (recebem a população num raio de 200 quilômetros) e os parques que são destinos (atração turística nacional).

Assim, o alvo desses parques são os moradores e os visitantes de uma região geográfica específica, comumente localizada a uma distância que não contemple mais do que três horas de deslocamento. Por outro lado, geram postos de trabalho uma vez que tais empreendimentos mantêm um quadro de funcionários formado em grande parte por jovens autóctones.

Há uma tendência de contínua expansão dos parques temáticos, afirma Beni (2003). Trata-se de um mercado mundial que movimenta aproximadamente US\$ 20 bilhões por ano. Somente o Canadá e Estados Unidos juntos faturam em torno de US\$ 9,3 bilhões e com média de visitação anual de 300 milhões de turistas. O Pacífico e a Ásia movimentam quase US\$ 5 bilhões; União Européia gera US\$ 3 bilhões e por último a América Latina, cerca de US\$ 1,2 bilhão. Ainda, segundo esta fonte somente no Japão existe mais de mil parques temáticos.

No Brasil o segmento de parques de diversões já é um setor que movimenta milhões de divisas econômicas na medida em que são construídos como opção de lazer e oferecem uma gama de atividades recreacionistas.

Para o Ministério do Turismo (2010b) o Brasil, mesmo se recuperando da crise financeira de 2008, alcançou no segmento de parques temáticos um rendimento positivo no ano de 2009. Entretanto, ainda assim, possui limitadores ao seu pleno desenvolvimento tais como: falta de mão-de-obra qualificada, alto nível de concorrência e problemas financeiros decorrentes da má gestão e juros derivados dos financiamentos contraídos durante sua construção e de políticas públicas para o setor. Mesmo assim, importa destacar o crescimento da demanda e os investimentos que vem sendo realizados como fator estimulador.

A tendência é que os parques temáticos continuem a crescer com sucesso no Brasil, em virtude da conjuntura econômica atual (especialmente o aumento do poder de consumo das classes C e D), e particularmente pelo calendário oficial de feriados, pois existe um número elevado de feriados nacionais, estaduais e municipais, com períodos de férias escolares relativamente longos e clima propício à frequência a esses locais. (MTUR, 2010).

Este setor procura maneiras diferentes e inovadoras para entreter convidados oferecendo oportunidades únicas para passar bons momentos nas suas dependências. (IAAPA, 2010, p. 8, tradução nossa).

Uma das principais razões reside no fato de as atrações serem destinadas para toda a família e adaptadas para as mais diversas faixas etárias, possuindo elementos atrativos em função dos anseios da demanda possibilitando uma enorme capacidade de acolhida. Além destes fatores uma das características mais relevantes dos parques é a política do preço único – paga-se uma entrada e se tem acesso a todas as atrações.

Considerando que a discussão na literatura nacional sobre os parques temáticos e principalmente sobre os aquáticos, ainda é incipiente e que os trabalhos abordam apenas questões como: impactos ambientais, lazer, gestão e entretenimento, este estudo representa uma etapa do desvelamento da importância do segmento de parques aquáticos para o desenvolvimento local e regional. Trata-se assim do início de uma contribuição que não pretende esgotar o tema.

Justifica-se essa abordagem específica sobre parques aquáticos, pois os mesmos contribuem de forma significativa no desenvolvimento do turismo estadual e dessa forma é essencial para se conhecer o número desses espaços de lazer existentes no

Estado de São Paulo. No cenário nacional, há uma falta de um mapeamento sistemático e atualizado da localização dos mesmos abordando sua importância para o desenvolvimento sustentável do turismo, particularmente aqueles que utilizam águas subterrâneas.

O objetivo deste estudo é inventariar os parques aquáticos existentes e descrever o parque aquático *Thermas dos Laranjais* que se localiza na cidade de Olímpia no interior do Estado de São Paulo.

Um exemplo da ausência dessa preocupação pode ser verificado pela consulta do Sistema de Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos - CADASTUR - que constitui uma publicação oficial do Ministério do Turismo sendo que seu objetivo é a identificação dos prestadores de serviços turísticos, com vista ao reconhecimento de suas atividades, empreendimentos, equipamentos e serviços, bem como do perfil de atuação, qualidade e padrões dos serviços por eles oferecidos.

Na Associação das Empresas de Parques de Diversões do Brasil – ADIBRA- órgão agregador do setor focaliza, em sua base de dados, apenas a divulgação daqueles que fazem parte do seu quadro de associados. Não foi possível identificar, através deste órgão, todos os empreendimentos do segmento.

Assim, justifica-se esta pesquisa que pretende apresentar o número desses empreendimentos conhecidos como parques aquáticos existentes no estado e que se utiliza de águas para incrementar suas atrações.

Este segmento de atividade turística é importante tanto para o segmento turístico bem como para a população que terá mais uma opção de lazer e também pelo incremento da renda da população local através da geração de empregos, pelo estímulo a implantação de empreendimentos voltados para a prestação de serviços e melhora dos padrões de vida local em função do acrescentamento da infra-estrutura de serviços, como: saúde, educação e transportes.

A importância deste trabalho e do tema de estudo relacionado ao Programa de Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara – UNIARA se insere como um incentivo à pesquisa mais ampla na área de Turismo, devendo contribuir, tanto para comunidade científica e órgãos da área, como para o Programa de Mestrado pela inserção deste tema em uma das suas linhas de pesquisa já consolidadas.

Por meio da presente pesquisa, pretende-se contribuir com as informações necessárias à formalização do setor, destacando-se a alternativa de fornecer elementos

que sirvam de subsídios nas decisões dos órgãos governamentais, ampliando as possibilidades de alcançar a consolidação da atividade.

Na introdução visa dispor ao leitor uma relação com o estudo proposto. Em sua delimitação temporal e espacial o texto contempla o objetivo da pesquisa, a hipótese, os procedimentos metodológicos abordando-se a metodologia utilizada ao longo desta pesquisa e os aspectos limitantes da mesma. A fundamentação teórica básica sobre o tema é apresentada no Capítulo 2

O Capítulo 3 - Turismo e Lazer: discute a relação existente entre turismo e lazer através de uma reflexão histórica descrevendo a evolução do turismo no Brasil. Procura conceituar lazer e sua relação com o turismo, tratando do surgimento, evolução e classificação dos parques.

Os resultados da pesquisa são abordados no Capítulo 4 compreendendo o Inventário dos Parques Aquáticos com a descrição do Parque Thermas dos Laranjais, bem como a análise e as considerações finais sobre a pesquisa com a apresentação dos principais resultados e a indicação de recomendações para o setor.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Esta dissertação tem como objetivo inventariar os parques aquáticos no Estado de São Paulo, apontando a sua importância para o lazer e a recreação.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Resgatar o referencial teórico abordando os temas relacionados, dando destaque para Parques Temáticos, Lazer, Turismo Sustentável, Desenvolvimento Econômico.
- Descrever o Parque Aquático Thermas dos Laranjais nos aspectos de: atividades, espaços de entretenimento, região geográfica e bacia hidrográfica em que se localiza;
- Analisar a importância das águas subterrâneas para esses empreendimentos;
- Discutir a importância dos parques aquáticos para o setor turístico.

1.3 Hipótese

Para o desenvolvimento da presente pesquisa baseou-se na hipótese de que o Estado de São Paulo não possui um cadastro para divulgação de toda a sua infraestrutura turística, embora seja um dos estados que possuem maior número de pesquisas em todas as áreas. O fato é que os órgãos gestores do turismo não divulgam o número de parques aquáticos existentes em seu território, embora esses contribuam na capacidade de desenvolvimento local e na oferta de lazer para a população autóctone e também para os visitantes. Para a elaboração desta hipótese fundamentou-se em bibliografia técnico-científica sobre o tema.

1.4 Procedimentos metodológicos

Essa dissertação caracteriza-se por uma análise exploratório-descritivo-explicativa. Como definido por Dencker (1998), a pesquisa exploratória tem a pretensão de aprimorar idéias ou descobrir intuições. A pesquisa descritiva procura descrever fenômenos ou estabelecer relação entre as variáveis e a pesquisa explicativa busca identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência do fenômeno.

Quanto à natureza operacional e técnica da investigação, três momentos que se entrecruzam sustentam a construção do trabalho, quais sejam: o primeiro referente à revisão de literatura, o segundo relativo à pesquisa documental e o terceiro voltado à discussão teórica.

A revisão bibliográfica envolveu levantamentos dos conceitos e estudos com a subsequente seleção e análise das principais obras sobre lazer, turismo sustentável, parques temáticos e parques aquáticos, como: Dias (2003), Borghetti; Borghetti & Rosa Filho (2004), OMT (2005), Boullón (2004), Beni (2003), Carvalho (2010), Secall (2010), Di Napolli (2010) proporcionando uma visão do problema, possibilitando torná-lo mais específico, bem como auxiliando na construção da hipótese.

Esta pesquisa documental, que sucedeu a fase inicial da revisão de literatura, teve como objetivo central o levantamento, coleta e análise qualitativa de dados que permitiram acompanhar o movimento recente descrito pelo tema parques de diversões na dinâmica social mais ampla.

Para construir a base de dados sobre os parques aquáticos existentes no estado de São Paulo, foi realizada uma pesquisa no Cadastur.

Conforme disposto nos artigos 21 e 22 da Lei Geral do Turismo n.º 11.771, de 17 de setembro de 2008, o cadastro tornou-se obrigatório e contempla os prestadores de serviços turísticos constituídos na forma de empresário individual, as sociedades empresárias, sociedades simples e os prestadores sociais autônomos remunerados e que exercem atividades econômicas relacionadas à cadeia produtiva do turismo. (MTUR, 2010f)

Esse sistema é executado pelo Ministério do Turismo, em parceria com os órgãos oficiais de Turismo nos 26 Estados do Brasil e no Distrito Federal e permite o acesso a diferentes dados sobre os Prestadores de Serviços Turísticos cadastrados, cujo formulário encontra-se no Anexo 2. Neste sistema o cadastramento é obrigatório para os parques temáticos e facultativos para os parques aquáticos.

Por outro lado, houve a necessidade de ampliar os propósitos do projeto da pesquisa. Por este motivo a *internet* foi escolhida por representar um mecanismo importante visto que esta ferramenta apresenta um novo canal de desenvolvimento de negócios e de relações de troca com clientes. Para Janissek (2000) ao acompanhar este novo cenário, as organizações, tentam encontrar uma opção para implementar as mudanças necessárias e manterem-se competitivas, buscando um diferencial.

Como a Internet é uma tecnologia de informação que possibilita disponibilizar, amplamente, a informação de maneira rápida, fácil e a baixos custos, e como o Turismo, na ótica do cliente, até o momento de vivenciá-lo, é somente o conjunto de informações que lhe é disponibilizado, a sinergia potencial é grande. Isso possibilitou o surgimento de inúmeros sites especializados em comercializar Turismo pela Internet. (VICENTIN; HOPPEN, 2003, *sp*).

O turista bem como as operadoras e as agências de viagens, buscam neste canal de comunicação conhecer os atrativos existentes no território nacional. Neste contexto para ampliar a investigação foi necessário construir uma pesquisa temática ao mecanismo de busca *Google* que se utiliza do sistema de investigação baseado num indicador chamado *Page Rank*, que permite listar nos primeiros lugares os resultados mais relevantes desse sistema de busca.

Ao utilizar este sistema de buscas, foi possível inventariar os parques aquáticos para análise de conteúdo. Este se refere primeiramente à existência do local e do tipo de

parque, do endereço para correspondência e telefônico. Após o levantamento destes dados, obtidos na *World Wide Web*, foram feitos contatos para averiguar as condições de funcionamento do local. O acesso a essas fontes não oficiais para obter informações referentes aos parques aquáticos foi imprescindível para a coleta dos dados.

Os parques selecionados apresentam algumas características semelhantes entre si, como: são divulgados nos *sites* como parques aquáticos, possuem uma ampla infraestrutura de entretenimento, ou seja, diversos brinquedos, inúmeras piscinas, rios e praias artificiais. E, estão abertos ao público, mediante pagamento de ingressos, mensalidades ou estão agregadas aos valores das diárias dos hotéis.

O conjunto destas informações foi cruzado com os dados fornecidos pela Associação das Empresas de Parques de Diversões do Brasil (ADIBRA), Sistema Integrado de Parques e Atrações Turísticas (Sindepap) e pelo Boletim de Desenvolvimento Econômico do Turismo do ano de 2009 que foi realizado pelo Ministério do Turismo e Fundação Getulio Vargas e também com aqueles disponibilizados pela Revista Turismo em Números do ano de 2002 e, após esta publicação, nenhum artigo abordando este tema foi divulgado até o momento.

Paralelamente, foi também realizada uma visita técnica ao parque aquático *Thermas dos Laranjais* no ano de 2008 a fim de verificar a infraestrutura, o funcionamento do local, fotografar o local e obter consentimento para a coleta de dados via entrevistas e questionários a serem aplicados ao diretor geral e usuários do parque. Porém, só foi permitido observar parte da infraestrutura e do funcionamento do local.

1.4.1 Limitantes da Pesquisa

A qualidade da análise dos resultados da pesquisa foi comprometida devido a dois fatores limitantes:

- Falta de dados oficiais sobre os parques aquáticos no estado de São Paulo para efeito comparativo.
- Dificuldades em obtenção de dados produzidos e organizados de forma sistemática no país. É importante salientar, porém, que este problema não é exclusivo do setor de turismo.

Os dados para esse setor são imprescindíveis na tomada de decisões e também por se tratar de uma atividade relativamente recente no país. Além disso, trata-se de uma

atividade econômica que não se define pela produção, mas pelo consumo, o que impõe grandes limitações na obtenção de dados pelos métodos estatísticos tradicionais. Contudo, avanços vêm sendo obtidos com relação à produção de estudos e pesquisas sobre o setor, o que tem propiciado maior efetividade nos processos de gestão. Mas ainda existem lacunas para um conhecimento mais aprofundado da atividade e seus impactos. (MTUR, 2010b).

Os percalços encontrados no desenvolvimento desta pesquisa apresentaram-se como um alento no esclarecimento deste segmento de mercado.

No próximo capítulo será apresentado o referencial teórico para o desenvolvimento da presente pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A revisão bibliográfica proporcionou uma compreensão da realidade através da relação dos estudos envolvidos, embasados no referencial teórico ora estudado.

Embora o turismo seja uma atividade praticada desde as civilizações antigas, só recentemente passou a ser objeto de preocupação dos cientistas.

De fato, as recentes pesquisas em turismo e as características dinâmicas da atividade produzem embates sobre sua sustentação teórica. Independentemente do turismo não ser reconhecido atualmente como uma ciência, seus estudos e pesquisas devem ser empreendidos no contexto da cientificidade, evitando deduções definitivas até que se construam evidências adequadas que garantam a conclusão de todo o processo epistemológico do fenômeno turístico. A análise das várias correntes da evolução científica indica que o turismo possui grande potencial para ser reconhecido como uma futura ciência pela inter-relação que apresenta com os diversos campos do conhecimento e sua crescente importância no contexto mundial como fator de desenvolvimento. (BOVO, 2006, p. 18)

O turismo como atividade econômica se constitui como um dos principais agentes de geração de emprego e renda, entretanto, não há uma grande bibliografia especializada sobre temas técnicos e, especificamente no Brasil, essas preocupações são mais recentes. O estudo do Turismo é parte das Ciências Humanas e carece de um aprofundamento técnico – científico, afirma Ignarra (2003).

Na pesquisa bibliográfica foram poucos os textos sobre Parques Temáticos e anódinos os textos abordando os Parques Aquáticos. Portanto, ao longo desta revisão bibliográfica esses textos possibilitaram compreender o fenômeno desta tipologia de turismo. Ou seja, com os poucos estudos já realizados nesta área foi possível compreender que este segmento é crescente tanto no Brasil como em outros países.

O estudo realizado por Marcelo Salomão (2000) “Parques de Diversões no Brasil: entretenimento, consumo e negócios” apresenta um panorama deste segmento, com evolução histórica, com conceitos básicos da indústria do turismo, com a classificação dos parques e uma análise ambiental através dos macroambientes econômico, político, legal, sociocultural e ecológico. O autor também fez um diagnóstico estrutural quanto às questões da indústria, fornecedores e o poder dos consumidores, identificando a necessidade de um aprofundamento nas pesquisas sobre

este setor, pois o mesmo já se apresentava como um grande poder de desenvolvimento e, para tanto precisa de regulamentação.

O entretenimento e os parques de diversões proporcionarão uma crescente demanda de consumo e este setor apresenta significativos investimentos, que consolidam o lazer como uma indústria que possivelmente ocupará espaços cada vez maiores no século XXI. Este ramo da economia possui características únicas, responsáveis por sua contínua expansão e se constitui numa importante alternativa às questões de desemprego e que para Krugman *apud* Salomão (2000) este setor seria dos que absorveria uma grande quantidade da mão de obra do terceiro milênio. Trata-se de um setor dinâmico, crescente e tecnologicamente inovador.

Para Ashton (2010) os parques temáticos são projetados, planejados e construídos, não são obras do acaso. Ou seja, é o resultado de um conjunto de influências, de tendências sociais e econômicas, de estudos de mercado por parte de pessoas ou grupo de pessoas que pretendem participar da construção do futuro da oferta do entretenimento a população.

Os parques temáticos são bolhas turísticas, concebidos como uma ficção de um universo maravilhoso e cuidadosamente bem encenado. “E os visitantes não somente para lá vão, mas retornam: a bolha turística lhes oferece uma maravilhosa fatia elaborada sob medida e que corresponde precisamente às suas expectativas”. (BRUNEL, 2010, p.8).

Os parques temáticos *indoor* e *outdoor* e parques aquáticos, de acordo com Padovani (2011) são espaços construídos para o lazer, que introduzem novos modelos de diversão, assim como acontece no setor produtivo, acabando com toda a espontaneidade dos encontros entre pessoas de diversos estratos sociais, diversas raças, credos, enfim encontro entre os diferentes.

Esses espaços não propiciam o encontro, a conversa e, portanto os espaços de vivência, seus proprietários aproveitam-se das fragilidades urbanas para veiculá-los como espaços seguros, limpos, confortáveis e, portanto atraírem os cidadãos. (PADOVANI, 2011, p.171).

Nos parques temáticos tudo foi construído para dar uma ilusão do real, e mostra a força da indústria turística do momento, com mudança de escala extraordinária, ao proporcionar ao turista uma sucessão de lugares simbólicos onde tudo é arquitetado para dar a ilusão de autenticidade, pensada em função de estereótipos mundiais.

O discurso de Timon (2010) está relacionado com a busca por situações únicas, de experiências e de mundos fantásticos. Com a fusão do turismo e do entretenimento essas situações atualmente simulam experiências reais e são consumidas tanto pelos turistas como pela população local. Para o autor anteriormente havia distinção entre os espaços de trabalho, de lazer, de residência, mas com o advento da tecnologia esses espaços são unidos em área que criam simulacros irrealis.

Esses espaços são os parques temáticos que são os locais que atualmente produzem a sensação que o indivíduo possui de se encontrar em outro lugar, conhecido como não-lugar, pois perde-se a noção de espaço, tempo e podendo projetar-se a uma realidade que não existe para ele fora do parque. Como por exemplo: as praias nos parques aquáticos em pleno interior do país inclusive com ondas e aulas de *surf*.

A indústria do turismo transforma tudo o que toca em artificial, cria um mundo fictício e mistificado de lazer, ilusório onde o espaço se transforma em cenário, 'espetáculo' para uma multidão amorfa (...). Aqui o sujeito se entrega às manifestações desfrutando a própria alienação. Esses dois processos apontam para o fato de que ao vender-se o espaço, produz-se a não-identidade e, com isso, o não-lugar. (CARLOS *apud* FRATUCCI, 2010, p 127-128)

O conceito de parques temáticos que foi apresentado na pesquisa desenvolvida por Ashton não deixa dúvidas de que se trata de uma nova tendência no que diz respeito ao turismo no Brasil, e que já está consagrada nos Estados Unidos e Europa.

Ao usar de alta tecnologia o parque se apropria de um tema exclusivo, algo existente em qualquer parte do mundo ou mesmo em livros, e constrói um ambiente fantasioso, fundamentado numa realidade ou irrealidade. Este ambiente se constitui em uma nova cidade, sem, no entanto conter o seu cotidiano Ashton (2010). O autor afirma que os parques temáticos, apesar de recentes no Brasil, têm demonstrado um crescimento e desenvolvimento nos últimos anos, pela tendência mundial e de certa forma pelo fortalecimento da atividade e, sobretudo, pela estabilização da economia nacional.

Acredito que a indústria dos parques temáticos está apenas no início de sua jornada rumo a um futuro muito promissor no Brasil, e mais ainda com a entrada de grupos estrangeiros no setor, nos últimos anos, alguns deles já com parques em funcionamento e outros com planos de investimentos. São alguns indícios de que o setor irá crescer. (ASHTON, 2010, p.71)

Contudo, para Secall (2010) se faz necessário pensar para esse mercado uma atuação com qualidade, com acessibilidade, com inovação nas atrações e especialização buscando adequar o produto à questão cultural e socioeconômica do usuário. Por isso, o autor apresenta as características dos parques temáticos e uma classificação diferenciada e que será abordada ao longo do texto.

Mas também é preciso instalar políticas públicas de turismo, em função dos parques. Principalmente porque os hábitos da população estão se inovando e os parques temáticos constituem uma das respostas aos anseios da população. Também por que “definitivamente (...) a essência do funcionamento dos parques temáticos é a busca pela estabilidade do turismo em zonas turísticas já consagradas e também (...) atração para novas regiões, buscando o desenvolvimento turístico”. (SECALL, 2010, p.53, *tradução nossa*).

O visitante precisa se sentir único ao adentrar nesses locais, necessita, sobretudo, sentir-se seguro e isso o parque temático consegue através da hospitalidade.

A hospitalidade é um fator importante para o bom funcionamento de um parque. Nesses locais quando o visitante é bem recebido se sente acolhido trazendo uma satisfação pessoal e através desta hospitalidade é possível que o visitante se torne fiel ao empreendimento, voltando diversas vezes. (ALCOBIA, 2009, p. 7).

Outro aspecto apontado por Rodrigues (2010) reside na importância que os parques de diversões alcançam no desenvolvimento socioeconômico e como possuem a peculiaridade de aumentar o interesse do turista pelo local visitado.

Nesse sentido, atuam como uma atração principal tornando-se um local de destino. Isso pode ser observado nos parques internacionais que tiveram essa capacidade nas regiões onde se instalaram. No entanto, a simples transposição do modelo americano para o Brasil não é garantia de sucesso. Os parques nacionais devem buscar satisfazer as expectativas dos usuários, bem como atender aos hábitos e tradições do mercado local. Nesta pesquisa a autora buscou estudar as técnicas e processos de gerenciamento de empreendimentos que estejam voltados para a formatação do produto.

Porém, a investigação bibliográfica também envolve os aspectos socioeconômicos e ambientais. Na análise dos estudos dos impactos ambientais na implantação dos parques temáticos, para Di Napoli (2009), houve o envolvimento de diversos atores sociais no processo de licenciamento ambiental de um parque temático no Estado de São Paulo e apresenta ao longo do texto que todo este processo desse

licenciamento ocorreu com inúmeras irregularidades, inclusive proporciona uma cronologia dos fatos que se sucederam no decorrer da implantação dos mesmos.

Contrariando a legislação ambiental, eles só iniciaram tais estudos depois de as máquinas já estarem trabalhando no local, mantendo o ritmo intensivo das obras. Isso provocou a reação da sociedade organizada e a intervenção do Ministério Público. Do ponto de vista ético-cultural, observou-se que os empresários se aproximaram de uma ética da modernidade, baseada na separação rígida entre esfera pública e privada, chegando mesmo a sobrepor esta àquela. A legislação ambiental, a sociedade organizada e o Ministério Público, por sua vez, se aproximaram de uma ética solidária pós-moderna, em que o interesse público está acima do privado. (DI NAPOLI, 2009, p.6).

Contudo, mesmo que os empreendimentos gerem dividendos e trabalho para a comunidade local não se deve desconsiderar os impactos gerados por tais empreendimentos localmente para as gerações presentes e futuras. Neste estudo Di Napoli apresenta uma abordagem sobre a necessidade que os empreendimentos possuem na adequação das exigências ambientais por parte da legislação vigente no Brasil. Apresentando a falta de preocupação do empreendimento com as questões legais na implantação do parque.

Philippi (2009), por sua vez, realiza um estudo sobre um parque temático que procurou desenvolver e implantar de forma racional o uso dos recursos naturais locais levando em consideração o conceito de desenvolvimento sustentável

Discorre sobre os fatores que levaram o parque temático a investir no sistema de reuso de água e a preocupação com a utilização intensiva dos recursos hídricos e política de qualidade ambiental da empresa.

As imagens mais comuns associadas ao reuso das águas estão normalmente ligadas ao abastecimento doméstico, industrial e agrícola. Entretanto, a reutilização de águas afeta outros usos de recursos hídricos, tais como a diluição dos despejos nos cursos d'água receptores, o uso de mananciais para abastecimento, navegação, atividades recreacionais, pesca e até mesmo para a geração de energia elétrica. Assim, torna-se imprescindível que o reuso das águas seja abordado sob a ótica do uso múltiplo dos recursos hídricos. (PHILIPPI, 2009, p.19).

Na verdade o estudo de Philippi possibilitou a compreensão sob os aspectos da reutilização das águas servidas do parque em questão e a responsabilidade do uso dos recursos naturais como um todo, já que existem outras práticas sendo utilizadas em todo o processo como: coleta seletiva de resíduos sólidos, tratamento de esgoto, irrigação por

gotejamento, implantação de tecnologias e acima de tudo a necessidade da empresa de inovar no setor de entretenimento.

Para Fonteles (2004) é preciso compreender a importância que o turismo vem adquirindo nos últimos tempos, nas suas múltiplas dimensões, associado a muitos outros elementos sociais e culturais no mundo contemporâneo, tornando um objeto de estudos para análises mais profundas principalmente sob o aspecto dos impactos sociais e ambientais.

(...) entende-se que o desenvolvimento do turismo deveria estar centrado no ser humano e no meio ambiente. Assim evitar-se-ia a manipulação exagerada das pessoas e contribuir-se-ia para um crescimento ecologicamente equilibrado e sustentável, entendendo por sustentabilidade não apenas o aspecto econômico, mas também o político, o social e o cultural, destacando a população como elemento indispensável. (FONTELES, 2004, p.205)

Para evitar a destruição do turismo local Fonteles (2004) se faz necessário um sério planejamento sensibilizando todos os atores locais como o poder público, o poder privado, a população autóctone e as organizações não governamentais. Envolvendo todos nesse processo poder-se-ia evitar os impactos negativos do turismo na localidade.

O mercado turístico é uma realidade que vem crescendo em proporções aceleradas e se destacando como atividade econômica de municípios goianos como Caldas Novas e Rio Quente. Ao realizar uma análise sobre a atividade turística Mendes (2010) apresenta nesse estudo que a sustentabilidade das atividades turísticas que ocorrem no entorno do Parque Estadual da Serra de Caldas Novas – PESCAN, e que se mostram propícias para o desenvolvimento de várias tipologias do segmento de turismo na natureza, aonde o turismo rural, o de aventura e o ecoturismo em ampla ascensão que vêm se destacando no mundo inteiro.

Porém, um dos fatores que preocupa na região do parque são os espaços artificiais, fazendo com que o turista se envolva tão intensamente no entretenimento que não percebe a exploração desenfreada da natureza. Com essa exploração excessiva se fez necessário regular e gerir os recursos naturais que proporcionavam e, ainda proporcionam a grande fonte de renda econômica das cidades da região: as águas termais.

Para Mendes (2010) o parque passou então a se tornar objeto de estudos de pesquisadores e instituições do mundo inteiro nas mais diversas áreas do conhecimento

(turismo na natureza, biologia, engenharia, zootecnia, agronomia, química, geografia, geologia), com abordagens diversificadas devido é claro, ao seu grande atrativo natural: as águas termais.

Com todo crescimento e massificação do turismo na região, os aspectos terapêuticos, fator primário de desenvolvimento local, foram substituídos pelos recreativos, ocorrendo então a inversão de centros de tratamento de saúde pela construção de grandes complexos hoteleiros. (BRENNER *apud* MENDES, 2010, p.24).

A água constitui um dos elementos reguladores para o equilíbrio do sistema natural global. Os seres humanos, como todos os demais organismos vivos, dependem totalmente da água. E sua presença é também indispensável para plantas e outros animais que fazem parte da cadeia alimentar e o sustento das sociedades humanas.

Devemos então analisar a água como sendo:

(...) essencial à vida e está cada vez mais, se transformando num elemento-chave para a questão ambiental (...) a diminuição da quantidade de água doce de boa qualidade no planeta implica num sério problema ambiental que repercute sobre a sociedade e a economia de forma incisiva, dado que ela também é um insumo de fundamental importância para a indústria e a agricultura. E as reservas de água da terra são constituídas por 98% de água salgada e só 2% de água doce. Destes 2%, a maior parte, 87%, está congelada nas calotas polares e geleiras, e o restante encontra-se sob a terra, na atmosfera e nos organismos. (GALLO, 2007, pg. 91).

Atualmente para Borghetti; Borghetti; Rosa Filho (2004) o abastecimento de água potável às populações, em quantidade e qualidade, é um indicador básico do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Mesmo assim, a questão água não tem merecido a devida atenção por parte das autoridades governamentais.

Rebouças (2006) cita que precisamos então compreender que no paradigma da globalização econômico-financeira, como fator competitivo dos mercados, as águas subterrâneas representam um insumo econômico mais importante do que o petróleo, na medida em que água é um recurso insubstituível.

Em grande parte, os recursos hídricos que abastecem os parques aquáticos e termas do país são provenientes das águas subterrâneas. Estas são fundamentais e, muitas vezes, indispensáveis para o desenvolvimento social e econômico de um país. Quando são a atração principal se transformam em chamariz ao desenvolvimento da economia local.

Rodrigues (2009) conduziu uma pesquisa sobre o uso das águas do Aquífero Guarani. Nesse estudo a abordagem refere-se à exploração e uso das águas subterrâneas

do Aquífero Guarani, bem como de suas potencialidades na região do Triângulo Mineiro e no município de Cachoeira Dourada, considerando a realidade em que as informações acerca das águas subterrâneas no país são escassas e dispersas, constituiu o principal foco.

O estudo da potabilidade das águas do Aquífero Guarani propiciou a discussão acerca de como uma água não destinada para o consumo humano pode ter aplicabilidade no turismo. O alto teor de sais presente na composição hidroquímica da água, considerado um aparente fator adverso de qualidade, transformou-se em um atrativo para a exploração do Aquífero Guarani em Cachoeira Dourada, com a utilização de suas águas minerais em piscinas termais, inseridas no contexto do lazer e da hidroterapia devido às prováveis propriedades terapêuticas das mesmas (RODRIGUES, A.,M., 2009, p.178)

As possibilidades de uso das águas do Aquífero Guarani para fins recreativos feito por Rodrigues vêm de encontro com apontamentos realizado por Borghetti; Borghetti; Rosa Filho (2004). Além disso, entre as diversas aplicações possíveis do Aquífero Guarani foi reconhecido o emprego para abastecimento público, envase, balneabilidade, hidrotermoterapia e, além disso, aproveitamento em lazer privativo.

De fato, os autores do livro Aquífero Guarani: a verdadeira integração dos países do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL – também apontam para a capacidade de uso do aquífero para o turismo termal, e indicando a instalação de centros de lazer hidrotermal para fortalecer o desenvolvimento socioeconômico da região onde ele se encontra. Apresentando inclusive os complexos já existentes na Argentina, no Uruguai e no Brasil especificamente apresentando os do Estado do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Na verdade como esse recurso natural vem sendo utilizado para as mais diversas finalidades, não obstante, obviamente é preciso agregar estudos e análise com os conhecedores com possíveis questões de planejamento e de gestão do Aquífero Guarani incluindo efetivamente as regiões que se utilizam dele para fins recreativos. (RODRIGUES, A., M., 2009).

A importância social e estratégica da água subterrânea, principalmente para o abastecimento público, demanda uma urgente proteção contra a poluição antropogênica. De acordo com (FREITAS, 2007, p.229), os maiores problemas ambientais surgem pela exploração excessiva de aquíferos, podendo abaixar o nível freático em determinados locais deteriorando a qualidade das águas subterrâneas pela contaminação por atividades humanas realizadas na superfície do terreno.

Atualmente, para Unesco *apud* Rebouças (2006) a água subterrânea é utilizada de forma intensiva em todos os contextos climáticos, sendo que mais da metade da população mundial se abastece com água extraída de mananciais subterrâneos. O Brasil é o único país da América do Sul com legislação que prevê o uso sustentável da água e que se inclui a água subterrânea. De acordo com Borghetti; Borghetti; Rosa Filho (2004) o Aquífero Guarani que divide-se da seguinte forma: no Brasil possui 70,2 %, o Paraguai 6,0%, a Argentina 18,9 % e o Uruguai 4.9% da sua área total.

Acredita-se que o Aquífero Guarani seja o maior reservatório de água doce subterrânea transfronteiriça do mundo e a sua extensão total é estimada em 1,2 milhões de quilômetros quadrados, atingindo 840 milhões de quilômetros quadrados no Brasil; 225.500 milhões quilômetros quadrados na Argentina; 71.700 quilômetros quadrados no Paraguai; e 58.500 quilômetros quadrados no Uruguai (Freitas *apud* Borghetti; Borghetti; Rosa Filho, 2004).

O aquífero possui diversas espessuras em sua extensão sendo encontrado em Alegrete (RS) a um nível superior a 800 metros e em Muitos Capões (RS) com ausência completa de espessura.

Contudo, para Borghetti; Borghetti; Rosa Filho (2004) as menores espessuras foram verificadas na divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, em torno de 70 a 100 metros. E as maiores espessuras do aquífero foram verificadas na região de Campo Grande (MS) cujos valores são superiores a 600 metros e na região de Alegrete (RS) com valores acima de 800 metros.

O Guarani é um aquífero do tipo poroso (a água armazena-se nos poros de suas rochas) e confinado por cerca de 90% da sua área total. Ele encontra-se recoberto pelas espessas camadas de rochas basálticas da Formação Serra Geral e, em algumas regiões, pelos sedimentos que constituem os grupos Bauru e Caiuá. À medida que se direciona para as partes centrais da bacia geológica, o Guarani é encontrado em maiores profundidades devido à sobreposição das unidades geológicas mencionadas acima. (BORGHETTI; BORGHETTI; ROSA FILHO, 2004, p.147).

As águas do Aquífero Guarani podem atingir temperaturas relativamente elevadas, em geral entre 30 °C e 68°C, sendo que a temperatura média é de 25°C a 30°C. Borghetti; Borghetti; Rosa Filho (2004) citam que em função da isoterмия do Guarani a sua temperatura em geral distribui-se a 29° C. Observam-se anomalias positivas e negativas do gradiente geotérmico.

Sendo que na região de Aratiba (RS) e Piratuba (SC) na divisa desses estados o gradiente geotérmico cai para mais ou menos 20°C e que origina temperaturas mais baixas. Contudo, em Piratuba o termalismo é fundamental para a economia local.

Nos afloramentos (parte livre) a temperatura média fica entre 22° C e 25° C medidas efetuadas na boca de poços e nos afloramentos. De 25° a 30° C e na faixa adjacente de baixo confinamento e entre 30 e 68° C na maior parte da área confinada. A temperatura das águas tende a aumentar nas áreas de recarga.

Uma estimativa da área do Guarani, com potencial de produção de águas termais superiores a 38° C, atinge aproximadamente 380.000 Km², equivalente a, aproximadamente, 45% da área de sua ocorrência no Brasil, ou cerca de 30% da sua extensão total. Para a produção de águas com temperaturas mais elevadas, superiores a 60°C, a área potencial de ocorrência se restringe a pouco mais de 30.000 Km², isso é, em torno de 4% e 3% da extensão do Guarani no Brasil e nos demais países, respectivamente. (BORGHETTI; BORGHETTI; ROSA FILHO *apud* CHANG, 2004, p. 154).

Ao usar as águas do Aquífero Guarani nas atividades de turísticas e de lazer o Brasil coloca-se em posição de destaque em nível mundial, sobretudo porque na atualidade o turismo sustentável vem sendo alocado como grande alavanca das economias periféricas.

São muitos os exemplos para Borghetti; Borghetti; Rosa Filho (2004) de empreendimentos de caráter privado no Brasil, Argentina e Uruguai no ramo do turismo hidrotermal. Porém, os autores identificaram somente alguns locais no Sul e Sudeste do Brasil que visam à exploração econômica da atividade de termalismo com o uso das águas do aquífero.

Estas expressões estão até hoje definidas por legislações internacionais e nacionais relativas ao termalismo, às águas termais e ao turismo termal. A expressão termalismo tem sido usada indiferentemente por aqueles que têm escrito sobre o uso das águas termais. No entanto, as fontes bibliográficas, até agora por nós consultadas parecem indicar que a designação foi utilizada apenas no século XX. Empregamos aqui a designação termalismo quando nos referimos ao conjunto de atividades terapêuticas desenvolvidas no espaço de um estabelecimento balnear e que tem como agente terapêutico a água. (QUINTELLA, 2007, p.241/242).

Mas para Pesce (2007), a origem da balneabilidade do Uruguai na região da divisa com a Argentina está associada a os esforços da exploração de petróleo que se

iniciou a cerca de 60 anos atrás e apenas nos últimos 6 anos é que iniciou-se a exploração comercial. O autor identificou nos países vizinhos os seguintes locais com uma atividade de termalismo já bastante desenvolvida: Chajarí, Federación, Concordia, Villa Elisa e Colón na Argentina com águas que possuem temperatura média de 33,6°C a 46°C e Arapey, Daymán, Guaviyú e Almirón no Uruguai.

As águas subterrâneas são fundamentais e, muitas vezes, indispensáveis para o desenvolvimento social e econômico de um país.[...] os reservatórios subterrâneos são utilizados por mais de dois bilhões de pessoas, de um total estimado em 6,5 bilhões de habitantes no mundo. Estima-se que esses mananciais supram a necessidade de 35 a 40% da população brasileira e agreguem valor a um grande número de produtos duráveis e bens de consumo. Em vista da possível carência do recurso natural água, as reservas subterrâneas são estratégicas para as próximas décadas. As águas dessas reservas subsuperficiais têm posição de destaque na avaliação da sustentabilidade das sociedades no futuro e a necessidade de gerenciamento configura-se à medida que a demanda por esse recurso natural evolui. (RODRIGUES, 2009, p.21)

Porém, para Aulicino (1997) nos estados brasileiros os parques aquáticos proliferam e utilizam-se em demasia desse recurso natural. Por isso a exploração dos recursos naturais como recursos turísticos, obriga à elaboração de planejamento que organize e racionalize todo o processo.

Ao implantar parques temáticos o enfoque apresenta-se no desenvolvimento sustentável como uma nova abordagem para que as comunidades reflitam sobre seus padrões de vida, principalmente na preservação dos recursos naturais.

A ideologia do desenvolvimento sustentável e suas transmutações (turismo sustentável, agricultura sustentável, etc) garante sucesso à disneylandização. A multiplicação de parques naturais, como as reservas (o famoso “monumento” anglo-saxão) e áreas protegidas, iniciada no Novo mundo no fim do século XIX, tende, em nome da preservação dos meios considerados “ameaçados”, a erigir como dogma um conservacionismo puro e rígido e a fazer pouco caso das necessidades de desenvolvimento das populações autóctones. (GEORGES *apud* BRUNEL, 2010, p.11).

Com a revolução tecnológica e com a globalização vem ocorrendo uma revolução incrementada pelos serviços. E que na área de turismo compreendem: a hotelaria, lazer e entretenimento, alimentação, transportes. O turismo assume papel principal e, como a indústria do passado, é dependente dos recursos naturais. Assim, o

turismo e o meio ambiente assumem profunda importância dentro dessa nova perspectiva de desenvolvimento sustentável. “Como o desenvolvimento sustentável, o turismo sustentável satisfaz as necessidades presentes dos turistas e das regiões anfitriãs, protegendo e valorizando oportunidades para o futuro”. (BRUNEL, 2010, p. 16).

A tendência é que o turismo como qualquer outra atividade apresenta aspectos negativos e positivos. Devido a isso deve ser avaliada frequentemente a sua intensa dinâmica e sua capacidade de ser mutante. Os destinos turísticos podem estar em alta em um determinado momento e entrar em declínio na mesma velocidade em que cresceram. Assim, exige amplo planejamento e um eficaz monitoramento.

O fenômeno contemporâneo do turismo coloca-se como um vetor de transformação contraditório e emblemático, criando no espaço, simultaneamente, alterações positivas e negativas e tornando-se uma ferramenta dúbia de desenvolvimento e retrocesso. Por conta dessa dicotomia do turismo que, por um lado pode promover o desenvolvimento, mas, por outro, pode provocar sérios problemas sociais, culturais e ambientais nas localidades turísticas, tornou-se freqüente a abordagem de seu caráter ilusório como estratégia para alcançar o desenvolvimento sustentável (BOVO, 2006, p.57).

Para a OMT (2003) os impactos positivos relacionam-se com novas oportunidades econômicas e sociais - diminuindo a desigualdade social, aumentando as oportunidades recreativas e ampliando as instalações de outros tipos de serviços, como: médicos, educacionais e outros que melhoram a qualidade de vida. É comum existir impactos negativos, sendo eles: mudanças das atividades tradicionais, invasão de privacidade, introdução de doenças, aumento da desigualdade social, perdas da linguagem, impossibilidades de acesso, superpopulação, congestionamento viário e aumento da delinqüência.

Por meio da análise dialética é possível revelar os contrastes presentes na atividade turística que, por exemplo, garante a conservação do meio ambiente e também lhe apresenta uma ameaça a ponto de comprometer sua própria existência (BOVO, 2006, p.44).

Com o aumento do número de pessoas vivendo temporariamente em determinada região, os impactos sobre os recursos hídricos, para produção de alimentos e energia podem ser graves. Estima-se que o consumo diário médio de água por parte

dos turistas é dez vezes maior que o necessário para a sobrevivência da população autóctone, inclui-se nesse consumo a irrigação de campos de golfe, jardins e no abastecimento das piscinas (OMT, 2003).

O turismo de natureza e o ecoturismo são reconhecidos como formas de turismo especialmente enriquecedoras e valorizadas, sempre que respeitem o patrimônio natural e as populações locais e se ajustem à capacidade de carga dos locais turísticos (OMT *apud* DIAS, 2003, p.64).

Os atrativos turísticos naturais precisam ser preservados e isso exige um esforço enorme de vários atores envolvidos. O impacto do turismo sobre o meio ambiente é inevitável. “O que se pretende mantê-lo dentro de padrões aceitáveis, que não provoque modificações ambientais irreversíveis e não prejudique o prazer do visitante”. (DIAS, 2003, p.25).

Nem todas as intervenções do turismo, necessariamente, agridem ou degradam o meio ambiente. As características dos impactos são influenciadas diretamente pela forma como o turismo é implantado e gerenciado. A elaboração e implementação de políticas públicas específicas para o setor podem coordenar o desenvolvimento turístico com o objetivo de minimizar os impactos negativos, ao mesmo tempo em que se estimulam os impactos positivos. (BOVO, 2006, p. 46)

Porém, o turismo não é o único fator negativo desse processo, existem outros processos econômicos que contribuem para essa modificação ambiental nos destinos turísticos. Contudo, as necessidades eminentes são a preservação do meio ambiente, providências que devem ser impostas para gerar novas formas de exploração dos recursos naturais para fins turísticos.

No Brasil existem condições extremamente favoráveis para o crescimento de novas atividades para um turismo alternativo em virtude de nossa diversidade de fauna, da flora, da geografia, do clima e dos ecossistemas. Considerando o cenário exposto do estado da arte dos parques aquáticos e do desenvolvimento turístico sustentável os estudos são restritos e os aspectos enfocados por eles não tratam do tema aqui abordado.

Na verdade na literatura nacional não foram localizados estudos sobre a quantificação de parques aquáticos e nem mesmo uma abordagem mais ampla sobre os aspectos turísticos e capacidade que eles possuem na oferta de entretenimento a população regional. Em nenhuma pesquisa anterior foram apontados a quantidade e a infraestrutura dos parques aquáticos existentes no Estado de São Paulo.

O tema é relevante na nova conjuntura turística do país, pois é necessário um conhecimento amplo do setor para uma possível implantação de políticas públicas visando melhorias significativas para este tipo de atrativo turístico.

No próximo capítulo serão abordados os aspectos históricos do lazer e do turismo, bem como aspectos históricos do desenvolvimento do turismo no Brasil, a tipologia do turismo em parques, a evolução dos parques de diversão e a classificação dos mesmos.

3 LAZER E TURISMO

A construção da relação entre o turismo e o lazer requer uma reflexão histórica que pode se realizada pela revisão da literatura.

Para Coriolano (1998) todo ser humano além das necessidades básicas para sua sobrevivência também necessita de lazer, e este lazer é direito garantido por lei. Incluindo também o direito e a liberdade de viajar ou de fazer turismo. O lazer e o turismo significam uma variedade de práticas sociais cada vez mais estereotipadas e variadas, cada vez mais sedutoras e ambíguas que exercem crescente influência sobre o conjunto da vida cotidiana. (CORIOLANO, 1998, p.110).

Santil (2001) afirma que o suposto aumento do tempo livre, e as conseqüentes tensões geradas pela super-aglomeração urbana constituem a mola propulsora do desenvolvimento da atividade turística. Esta deveria alcançar maior número de viajantes, maior busca pelo entretenimento, maiores investimentos em infraestrutura de turismo e lazer. Neste contexto os parques temáticos apresentam-se como espaços fundamentais na busca do entretenimento e do lazer ativo.

O turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem de seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural. (LA TORRE *apud* IGNARRA, 2003, p.13).

Assim, para compreender esse processo as bases históricas do lazer e, por conseguinte, do turismo e suas relações são apresentadas a seguir.

3.1 Lazer e Turismo: interfaces nas questões históricas

Em cada um dos momentos históricos, segundo Boullón (2004), o homem adotou atitudes diferentes frente ao trabalho e ao lazer e, que de certa maneira, se traduziram em formatos semelhantes para resolver as questões de descanso do corpo e do espírito.

Contudo, a OMT (2003) cita que inicialmente os povos tiveram motivações lógicas para seu deslocamento que residiam na busca de alimentos, fuga do perigo e procura por um clima mais ameno. Quando esses povos adquiriram, progressivamente, habilidades e técnicas, se sedentarizaram, possibilitando o surgimento do transporte e da troca de mercadorias.

Como parte desse processo as comunidades primitivas descobriram os jogos e os festejos religiosos que se uniram ao descanso físico. Durante muitos séculos, toda a vida social foi influenciada pelo ciclo dia-noite e pelas questões das estações do ano, e que impunham intenso trabalho nessas épocas. Porém, Boullón (2004) afirma que as informações ainda são escassas para esse período. Com o surgimento de técnicas agrícolas e sistemas de irrigação no Egito e na Babilônia, o manuseio da terra foi regulado possibilitando a existência do ócio.

Posteriormente, sobre a civilização grega no período micênico por volta do século XII a.C até a Atenas de Péricles, no século V a.C, surgem abundantes testemunhos sobre a valorização do tempo livre. Segundo Brandão (1986), neste período são notadas divergências de opinião, que interferem inclusive na construção da mitologia grega, quanto ao uso do tempo livre que era distribuído entre: festivais públicos, antigos cerimoniais, prática de arte e frequência ao teatro e ginásios. Neste sentido, na Grécia residem as primeiras experiências de lazer de forma sistematizada e em grandes estádios, na medida em que o povo praticava esportes, ainda presentes no século XXI.

Já no final do século III a.C. durante o período helenístico, os gregos mantiveram o costume de construir ginásios e agregaram a esses locais, balneários, vestiários e aulas. Tais locais tornaram-se espaços de sociabilidade na medida em que eram freqüentados por jovens e idosos. Ainda sobre o exercício do lazer, importa ressaltar que nos antigos impérios era criada a infra-estrutura básica e necessária para as viagens, como: estradas, canais de navegação e desenvolvimento de veículos de transportes e ao longo dessas estradas surgiam alojamentos para albergar os viajantes. (OMT, 2003)

Neste período os teatros também ganharam valor, a tal ponto que as cidades disputavam, entre si, a construção dos mais admiráveis. A civilização romana soube aproveitar o tempo livre, ainda que fosse um privilégio destinado à elite. Boullón (2004) cita que neste período, multiplicou-se por todo o Império, em todas as cidades mais importantes o circo, a arena, o hipódromo e as termas. Estas, aliás, adquiriram uma

melhor estruturação por volta de 323 d.C., na medida em que passaram a possuir salas de vapor, piscinas, salas de repouso, de ginástica, de massagens, bibliotecas e jardins para passear, além de serem freqüentadas a qualquer hora do dia ou da noite.

Segundo Veyne (2000), as fontes apontam que desde os primeiros séculos em Roma havia o costume das famílias da elite romana se ausentarem da cidade para usufruir de temporadas junto ao litoral italiano e em alguns períodos aproveitavam para passar temporadas de descanso, desfrutando do clima e dos benefícios curativos das fontes de águas termais.

Contudo a sofisticação do lazer romano, em especial no trato com a água é abandonada na medida em que a realidade medieval (século V ao século XV) vai sendo construída. Com o fortalecimento do cristianismo surgem cidades feudais que replicavam, ou pelo menos tentavam instituir a vida cotidiana dos mosteiros. Tratavam-se de aglomerações pequenas onde a percepção de lazer era restrita e os espaços públicos abertos e também as praças adquiriram uma importante função social. Entretanto, nesse contexto, em função da ideologia teocêntrica reinante, todo o contato que sugerisse o retorno à natureza de Adão e Eva era considerado arriscado na medida em que o Homem poderia ser tentado pelo Demônio a todo o momento. (VEYNE, 2000).

Assim, brincar na água, usufruir de sua refrescância e conseqüentemente de suas propriedades medicinais estabelece uma forma de lazer arriscada na medida em que coloca homens e mulheres em atenção direta sobre o próprio corpo, algo recriminado pela moral católica afirma Veyne (2000).

Todavia segundo Boullón (2004), no início da Idade Moderna, em especial no século XV em Baden-Baden, já se registrava um fluxo turístico, e a atração do local eram os banhos de águas termais, não para aliviar-se de alguma doença, mas sim aproveitar o inesperado, pois, homens e mulheres podiam banhar-se no mesmo recinto. Aliás, a fama desta região atravessou séculos tendo se transformado, posteriormente, em local de peregrinação de nobres e reis que buscavam nas águas a cura para seus achaques, o que pode ser exemplificado com a visita de D. Pedro II, Imperador do Brasil, que buscou nos banhos das águas termais de Baden-Baden a cura em um dos momentos em que esteve doente. (SCHWARCZ, 1987).

Progressivamente a idéia de usufruto da água e contato com a natureza vai sendo sistematizada pela construção de hotéis. O homem renascentista tem apego à horticultura, à jardinagem e ao paisagismo dando origem às casas de campo, ou seja, a

segunda residência destinada ao descanso e ao ócio onde se compreende uma nova forma de recreação: o jardim das diversões. Para Boullón (2004) tais jardins alcançaram tamanha fama que seus proprietários passaram a franquear o ingresso às pessoas estranhas mediante pagamento ou reproduziram a experiência em empreendimentos específicos. Essa seria a primeira idéia de parque temático.

Em Londres no século XVII surge *Ranelang Gardens* que consistia em um edifício fechado para a realização de festas e bailes e também com prados, canteiros de flores, bosques e caramanchões onde as classes mais abastadas podiam passar o dia ao ar livre. Boullón (2004) cita que esse formato foi adaptado pelos alemães que o transformaram em local para tomar cerveja, ouvir música e passar horas conversando com amigos.

No século XVIII as atividades ao ar livre transferem-se para os parques públicos. É nesse período que nasce na Inglaterra a cidade de Bath (que já era conhecida dos romanos) famosa pelas propriedades terapêuticas de suas águas e que durante muito tempo ficaram abandonadas em função das transformações ocorridas na sociedade da época. Em 1727 Juan Wood (arquiteto, empreiteiro, artista e especulador) compra e urbaniza uma grande extensão de terras: Tomar água das fontes quentes de Bath fazia parte de um hábito social da época.

Para Boullón (2004) essa cidade cresceu rapidamente e consistia de casas edificadas em fileiras, que poderiam ser classificadas como algo próximo ao que se entende como centros turísticos, ou seja, aos balneários da atualidade. A qualidade do desenho urbano de Bath é um exemplo criativo de um lugar especial para que os Homens pudessem se divertir.

Como já mencionado por Chauí no prefácio para LAFARGUE (1999) o usufruto do ócio no século XVIII e em especial no contexto da Revolução Industrial está restrito aos nobres e à burguesia uma vez que para grande parte da população trabalhadora o tempo livre quase não existe e a vida transcorre entre o descanso animal e o trabalho desqualificado.

Com o desenvolvimento das máquinas e do progresso prometido por elas surge uma servidão moderna de homens, mulheres e crianças e uma enorme contaminação ambiental dos rios. As cidades continuaram crescendo e os subúrbios ficaram cada vez mais distantes. Contudo, Boullón (2004) afirma que neste período o aspecto do centro das cidades é melhorado pela incorporação dos serviços recreativos.

A partir de 1870 a classe média começa a viver a *Belle Époque*. Surgem cafés, cassinos e a sociedade que tinha condições para isso favoreceram-se pela iluminação a gás e o início da energia elétrica. Os esportes acendem e a classe média toma gosto pelas atividades ao ar livre. A análise dos aspectos históricos indica que o acontecimento organizado ainda é muito recente se comparado com outras atividades.

Porém, a versão moderna das viagens turísticas surgiu com Thomas Cook na metade do século XIX, em 1841, quando o mesmo organizou uma viagem para levar um grupo de 570 passageiros para participar de um congresso na Inglaterra. (OMT, 2003).

Para a OMT (2003) a Revolução Industrial cria a base para o turismo como é hoje conhecido. Neste período surgem novas máquinas movidas a vapor, locomotivas e navios. Passa a existir uma nova classe média provocada pelas transformações no trabalho, demandando mais tempo livre e uma busca por viagens recreativas. Essas não excediam um dia. Contudo, no final do século XIX, em função de sua organização e luta, os trabalhadores passaram a usufruir de férias anuais. Neste período ao saírem das áreas urbanas congestionadas e poluídas as pessoas buscavam freqüentar as “estações de águas” e regiões litorâneas - bases para o turismo de lazer moderno.

No século XX, o costume de organizar feiras, exposições de produtos, agora fabricados em série, e de festivais, constituiu um grande progresso do turismo. Assim, os centros turísticos que haviam começado a operar no século anterior desenvolvem novas atrações. Com o surgimento e a ampliação da rede ferroviária foram decisivos para os deslocamentos turísticos terrestres, pois já ofereciam comodidade e segurança aos viajantes. Boullón (2004) comenta que as inovações marcam a entrada do turismo na era industrial e o seu sistema permitiu que as viagens ficassem mais acessíveis para a chamada classe média.

Neste período o turismo é marcado pelo transporte ferroviário em nível nacional e marítimo em nível internacional. Outros fatores que contribuíram para o desenvolvimento do turismo: segurança (policia regular), salubridade (tratamento das águas e instalação de esgotos nas cidades européias), reivindicação dos trabalhadores por mais tempo de lazer (muitas vezes, turismo praiano).

No período entre as guerras - às férias - incorporadas como direito trabalhista passa a ser realidade inclusive para classes menos favorecidas, principalmente porque surge o sistema de crédito. O turismo social tem início na Alemanha e na Itália com férias financiadas pelo Estado para a classe operaria.

Posteriormente, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) o turismo é praticamente paralisado. Após 1945, com a eficiência do transporte aéreo, o turismo ingressa na era do avião e a economia no mundo ocidental é internacionalizada. Em 1949, foi vendido o primeiro pacote aéreo e, a partir de 1957, o turismo aéreo começou a ser preferido ao turismo de cruzeiro. (OMT, 2003).

Com a expansão da atividade turística, a partir da segunda metade do século XX, houve um aumento significativo das agências de viagem em consequência do crescimento das companhias aéreas (ao invés de terem filas, repassava as vendas aos varejistas – Europa). Boullón (2004) comenta que nas décadas de 50 e 60, o montante de passagens aéreas estava em torno de 75% em função do declínio dos cruzeiros e das viagens via ferrovias.

Nesse período aconteceram mudanças na hotelaria: das cidades se aprimoraram nos serviços e nas instalações. Hotéis providos de estacionamentos (os primeiros localizados às margens das estradas), motéis (estruturas horizontais) e *motor-hotels* (estruturas verticais), novas formas de alojamento como os acampamentos, escolas profissionais de hotelaria (Suíça), cadeia de hotéis padronizados e impessoais (Estados Unidos) e *spas*. Na década de 1970, começa a preocupação com o meio ambiente e são organizados os órgãos reguladores de turismo.

Os dados econômicos internacionais mostram uma forte relação entre o ambiente econômico e o crescimento do turismo, em todo o mundo. O crescimento do PIB potencializa o crescimento do turismo. No período de 1975 a 2000 o turismo cresceu a um ritmo médio de 4,4% anual, enquanto o crescimento econômico mundial médio, medido pelo PIB, foi de 3,5% ao ano. (OMT, 2003).

Segundo a OMT (2003), a atividade é responsável pela geração de 6% a 8% do total de empregos no mundo. Além disso, é uma das atividades econômicas que demandam o menor investimento para a geração de trabalho.

3.2 Desenvolvimento do Turismo no Brasil

A seguir será apresentada uma cronologia do turismo no país e será possível compreender o processo de desenvolvimento.

O turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras. (SANCHO *apud* DIAS, 2003, p. 11)

Para Ignarra (2003), o turismo em nosso país começa com o descobrimento. Com a instalação das Capitâneas Hereditárias instituiu-se o turismo de negócios e de certa forma o turismo cultural, pois os filhos das classes mais abastadas são enviados para Portugal para estudar. Posteriormente, para Barreiro (2002) no século XVIII, o turismo receptivo era precário, uma vez que não havia hospedarias na cidade do Rio de Janeiro.

Até a chegada da Família Real e da Carta Régia de 28 de janeiro de 1808 - que estabeleceu a abertura dos portos brasileiros para as nações amigas- o Brasil ainda era uma nação sem infra-estrutura. Havia poucas moradias e alguns pequenos comércios, como comenta Alencastro (1998). Esses não são somente marcos importantes na história brasileira, mas assinalam o início da internacionalização da nação. Posteriormente, a expansão da cultura cafeeira influencia o desenvolvimento urbano e também o princípio da hospitalidade com a construção de hospedarias e locais de restauração, ou seja, os restaurantes. Tais dados permitem que se identifiquem os primórdios do turismo, da hospitalidade e da infra-estrutura turística no país.

O Rio de Janeiro, mais do que qualquer outra cidade se beneficiou com a vinda da Família Real, pois passou por transformações em um curto espaço de tempo. Modernizou-se, iluminando-se, exauriram-se os alagadiços, captou-se água do rio Maracanã para o abastecimento e novos chafarizes foram instalados. Na condição de capital da colônia, a cidade capitalizava com a visita constante de políticos, empresários e cientistas estrangeiros que faziam dela sua primeira parada e contato com a realidade brasileira.

Para Barreiro (2002) os viajantes que por aqui passavam descreviam todas essas mudanças em detalhes. Transformações que resultavam não apenas da chegada da Família Real, mas também da presença de inúmeros estrangeiros que viriam residir, impactando nos hábitos de higiene e vestimentas, nas casas e nos costumes. Neste período a cidade recebeu novidades antes só vistas nas metrópoles européias. Surgiram assim hotéis luxuosos com oferta de mais serviços para os hóspedes, inclusive com salas de banhos, os transportes se modernizaram e se tornaram mais eficientes.

Os primeiros relatos sobre a utilização das águas para banhos e lazer, são atribuídos ao cotidiano da Família Real no Brasil. Prestigiando o uso das águas (hábito de beber das águas minerais) para a saúde e o hábito de tomar banhos de mar.

Neste período os banhos termais eram indicados para tratamento da saúde e comuns pelo mundo todo. Denota-se que de certa forma esses foram os primeiros passos para um desfrutar de águas minerais subterrâneas para a saúde, contudo esse gosto permaneceu ao utilizar-se das águas para o lazer.

Segundo Pires (2002) em meados do século XIX surge a moda do banho de mar nas praias centrais do Rio de Janeiro. Apresenta-se assim um modelo até hoje seguido por milhares de pessoas todos os anos. Nesse período a cidade de Petrópolis nasce como a primeira estância climática do Brasil: esse local foi escolhido pela realeza para fugir do intenso calor do Rio de Janeiro.

Na metade do século XIX na cidade do Rio de Janeiro existiam cerca de 200 estabelecimentos entre hotéis, hospedarias e restaurantes, e em 1885 inaugura-se o trem para a subida ao Corcovado - primeiro atrativo turístico - a receber infraestrutura. E, em 1908 inaugura-se o Hotel Avenida, maior do Brasil, daquela época, iniciando-se a moderna hotelaria do país, como afirma Pires (2002).

O turismo desponta na cidade do Rio de Janeiro, a partir da Exposição do Centenário da Independência do Brasil, em 1922. Este evento marca uma atração turística para um público de mais de 3 milhões de pessoas.

Para Pires (2002) em 1923, é inaugurado o Hotel Copacabana Palace e cria-se a Sociedade Brasileira de Turismo (Touring Club do Brasil) que determina o nascimento do turismo brasileiro. Também se “constrói” a estátua do Cristo Redentor, definindo a imagem brasileira do turismo, focada na cidade do Rio de Janeiro.

Trigo *apud* Carvalho (2010) cita que na cidade de São Paulo, a partir de 1854 começam a surgir os primeiros “bons hotéis”, muitos em operação até hoje, como Lord Palace, Marian Palace e Rojas.

Porém, a partir do começo do século XX essas mudanças continuam a ocorrer principalmente nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

Nos primórdios de 1920, nas décadas do século XX quando a atividade era destinada ao luxo de uma elite de classe alta que, normalmente, ia à Europa de navio, com muitos dias de viagem, voltando com malas cheias e artigos estrangeiros para os familiares que causavam muita emoção e conhecimento cultural. Aparecem as primeiras associações, órgãos e entidades do setor público e privado, especialmente agentes de viagens e hoteleiros que se interessavam pelo turismo brasileiro como uma atividade econômica nascente. (CARVALHO, 2010, p. 50)

Visando o desenvolvimento do turismo no estado de São Paulo de acordo com Fino (2009), surgem as estâncias: turísticas, climáticas, balneárias e hidrominerais num total de 67. E que atualmente se distribuem dessa forma: 15 balneárias, 12 climáticas, 11 hidrominerais e 29 turísticas.

Entretanto muitos outros fatores sociais e econômicos contribuíram para a projeção do turismo, ou seja, regulamentações trabalhistas e férias remuneradas, ascensão de novas classes emergentes e aumento da renda, desenvolvimento da aviação e outras variáveis conjunturais no mundo e no Brasil.

Em 1950 foi inaugurado o Estádio Maracanã (Estádio Municipal do Rio de Janeiro). A seleção se consagra campeã da Copa do Mundo de Futebol realizada na Suécia em 1958 e o país é visto com outro olhar, pois suas belezas são apresentadas ao mundo. Esse é mais um fato marcante para o turismo brasileiro. (CARVALHO, 2010).

O crescimento do turismo, decorrente da melhoria dos meios de transporte e da ampliação dos meios de hospedagem que passaram a incluir os alimentos e bebidas como um dos seus serviços. Com a inauguração de Brasília, em 21 de abril de 1960, a nova capital da República, planejada pelos arquitetos Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, foram criados novos museus, hotéis, e empresas aéreas, como a TAM – Táxi Aéreo Marília (1961).

No ano de 1966 foi criada a Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR - e o Conselho Nacional de Turismo inicia a gestão pública do turismo. (MTUR, 2010c).

A classificação dos hotéis, visando definir categorias, foi implantada entre 1975 e 1979, tendo como base o número de estrelas. Neste mesmo período foram criados e fomentados os balneários - locais de lazer para a classe média. E os parques de diversão, temáticos e aquáticos, foram moldando a imagem do turismo brasileiro.

Na Constituição Federal de 1988 o turismo foi incluído como atividade econômica essencial. Em 1991 através da Lei 8181/91 a EMBRATUR mudou de nome e de estrutura administrativa passando para Instituto Brasileiro de Turismo cuja maior função é a divulgação do turismo brasileiro no exterior.

Para Carvalho (2010) durante o governo de Fernando Henrique Cardoso nos anos de 1994-95 foram elaboradas as diretrizes para uma Política Nacional de Turismo. E, é nesse período que se promove a revitalização dos centros hidrominerais e termais.

Pela análise do que já foi construído é evidente que a atividade turística se estabeleceu como um dos instrumentais mais relevantes na economia do país. Mesmo que esteja sendo desenvolvida

durante quase um século, seus resultados são decorrentes das políticas públicas desenvolvidas, especialmente depois da implantação do Plano Real em 1994 e da evolução de uma sociedade que demonstra apresentar um envolvimento emocional e de conscientização mais integrado com o que pode representar a atividade turística para o país. CARVALHO (2010, p.49).

No ano de 1998 foi criado o Ministério do Esporte e Turismo vinculado a EMBRATUR e, neste mesmo ano, foi lançado o prelúdio do Plano Nacional de Turismo.

Em 1º de janeiro de 2003 foi criado o Ministério do Turismo com suas diretrizes voltadas para o desenvolvimento do turismo sustentável; neste mesmo período instalou-se um novo Conselho Nacional de Turismo e foram lançadas em abril do mesmo ano as novas diretrizes do Plano Nacional de Turismo (PNT), cujo período vai de 2003 a 2007.

O Plano Nacional de Turismo revisou as suas metas para o ano de 2007 a 2010 focando na Regionalização do Turismo. Uma vez revisto, deu-se a continuidade dos trabalhos entre 2011 a 2014 visando principalmente à qualificação do turismo nacional para os dois mega eventos que acontecerão no país-Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016.

Em 2008 foi aprovada a Lei Geral do Turismo - Lei nº 11.771/08 composta por quarenta e nove artigos que estão divididos em seis capítulos, que dispõe sobre a política nacional do turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, disciplinando a prestação de serviços turísticos, o cadastro, a classificação e a fiscalização dos prestadores destes serviços. E através desta lei que o CADASTUR foi implantado. (MTUR, 2010f)

O Estado de São Paulo sempre teve um importante papel no desenvolvimento do turismo nacional, é preciso compreender que atividades das mais variadas são concentradas em grandes centros principalmente na grande São Paulo.

De acordo com Carvalho (2010) o Estado de São Paulo situado na região sudeste do Brasil ocupa 2,92% do território nacional, reúne 21,6% da população brasileira, da ordem de 41 milhões de habitantes, é identificado como a área mais desenvolvida do país, onde a industrialização, o comércio, os serviços e as atividades agropecuárias são destaques econômicos mundialmente reconhecidos. Igualmente é onde existe uma densa rede de transportes, de eletrificação, de telecomunicação e de outros indicadores de desenvolvimento, dinamismo e progresso.

Essa região, especialmente sua capital, a cidade de São Paulo, é considerada um dos principais portões de entrada e saída de turistas das Américas. É um grande pólo gerador de muitos eventos e negócios com ramificações de atividades produtivas por todo seu interior.

Contudo, para Pelizzer (2004), o turismo no interior do Estado de São Paulo ainda não é adequadamente trabalhado, o mesmo possui força para gerar desenvolvimento econômico-social, mas carece de organização, planejamento, gestão, controle e assistência técnica constante o que decorre da falta de uma Política Estadual de Turismo que incentive e direcione o turismo no estado e como consequência também nos municípios.

Assim, o turismo no Estado de São Paulo caracteriza-se pela atuação particular de cada município não aproveitando plenamente os efeitos desenvolvimentistas que o turismo apresenta e o empresariado acaba perdendo nos investimentos pela falta de uma demanda homogênea. As medidas oficiais para o planejamento e o desenvolvimento do turismo apresentam-se desvinculadas de um processo global e as promessas de projetos, planos, investimento e uma publicidade tímida são sucumbidas à descontinuidade político-administrativa que se instalou no setor público de turismo do Estado. (PELIZZER, 2004).

Para Carvalho (2010) o turismo no Estado se apresenta como um turismo expressivamente emissor, enviando turistas para todas as partes do mundo. O Estado de São Paulo caracteriza-se como o maior emissor de turistas e também o maior receptor – considera-se principalmente a cidade de São Paulo. Igualmente o pólo de captação do maior número de receitas e despesas por unidade de federação proveniente de turismo.

Representa um mercado de aproximadamente 16 milhões de turistas, ou seja, uma participação de 37% do número total de turistas domésticos brasileiros. Esta unidade da Federação integra com Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Paraná, um montante de 75% de todo o turismo doméstico brasileiro.

O estudo Classes C e D: Um novo mercado para o turismo brasileiro, realizado pelo Ministério do Turismo no ano de 2009 apresentou como resultado que dos pesquisados 63% desejam como destino as localidades no próprio Estado, ou seja, no Estado de residência. (MTUR, 2010).

Nesta pesquisa sobre as Classes C e D, o desejo de viajar para interior aparece como um destino majoritário com 66% das intenções e seguido de viagens para o litoral

com 26%. Além disso, nesta mesma pesquisa foram consideradas as distâncias percorridas, mostrando que o quadro parece se repetir sendo, portanto, necessários projetos e um trabalho de planejamento a longo prazo para que se confirme que o turismo alavanca a economia do território. MTUR (2010).

De modo geral, as viagens realizadas têm curta distância, sendo que 52% delas tinham menos de 300 quilômetros e 73% menos de 600 quilômetros. Outro item levantado neste estudo indica que o consumo médio com viagens no Brasil é em função do nível de renda. Enquanto os grupos com rendimento familiar inferior a dois salários mínimos gastam pouco menos de 1% do seu rendimento com viagens, as famílias com renda familiar mensal superior a trinta salários chegam a consumir 2% de sua renda com esse tipo de despesa. (MTUR, 2010)

O consumo mensal médio com viagens no Brasil varia entre 4 (quatro) reais para famílias com menos de 2 (dois) salários mínimos e 160 (cento e sessenta) reais para famílias com mais de 30 (trinta) salários mínimos, caracterizando uma diferença de vinte vezes.

Por exemplo, existem mais de 15 milhões de famílias com renda familiar inferior a 2 (dois) salários mínimos, e menos de 900 mil com mais de 30 (trinta) salários mínimos. Esses dados indicam que apesar do pequeno consumo médio, o grande número de famílias faz com que o consumo de viagens por parte das famílias com renda inferior a 10 (dez) salários mínimos seja muito significativo. (MTUR, 2010).

Sem dúvida, trata-se de um montante considerável, sendo grande parte dele relativo ao consumo de famílias de alta renda. De fato, as famílias com renda superior a 10 salários mínimos respondem por 61,6% do gasto total com viagens realizado no Brasil em 2003, de acordo com MTUR (2010). Apenas as famílias com mais de 30 salários mínimos – que respondem a 2% do total – consumiram 13% da despesa total com viagens ou o correspondente a 1,7 bilhões de reais em 2003.

Isso não implica dizer, no entanto, que o consumo realizado por famílias de classes populares seja insignificante. No entanto, dado ao grande tamanho da população nos segmentos de renda das classes C e D, o consumo total no segmento turismo popular está longe de ser imperceptível.

Embora as famílias com renda inferior a 10 salários mínimos fossem responsáveis por apenas 28,4% do total, esse montante corresponde a um gasto com viagens de 3,8 bilhões de reais em 2003.

Além disso, a maior parte desse consumo se concentra na chamada classe C (referente ao estrato de renda de 5 a 10 salários mínimos) que gastaram 1,5 milhões de reais em 2003, quantia similar àquela despendida pela classe AA (com mais de 30 salários mínimos) classificada pelo Ministério do Turismo. (MTUR, 2010).

Ao relacionarmos os gastos com viagens das classes sociais C e D como aponta o estudo realizado pelo Ministério do Turismo, a distância percorrida para realizar as atividades relacionadas, juntamente com o desejo de visitar ao interior do estado de residência projeta-se assim um mercado consumidor enorme para os parques temáticos e principalmente para os aquáticos.

Principalmente porque o consumidor da classe C deseja no momento é se integrar no processo de consumo de produtos turísticos. Como “os parques temáticos situam-se, geralmente, próximos às residências de seus consumidores potenciais.” (CLAVE *apud* DI NAPOLI, 2009, p.24). Este é outro fator determinante para o desenvolvimento do setor de parques aquáticos e temáticos.

Observou-se também que quanto maior a renda familiar esse percentual declina, ou seja, diminui o desejo de realizar viagens pelo Brasil. O consumidor da classe A deseja exclusividade no produto e por isso no momento busca as viagens pela América do Norte, pela Europa, Ásia, nos cruzeiros e *resorts* com viagens exclusivas para essa classe social.

De acordo com essas análises, calcula-se ser o turismo interno é dez vezes maior que o volume de turismo internacional. Os índices do Ministério do Turismo apontam para o crescimento atual do turismo doméstico, o que assinala uma perspectiva de consolidação da atividade turística no Brasil, oportunizando a melhoria da qualidade dos serviços prestados e contribuindo para o desenvolvimento. (MTUR, 2010).

Por outro lado, o turismo, quando feito de forma predatória, vem contribuindo para o surgimento dos problemas ambientais. Isso por que o turismo de massas precisa de toda uma infra-estrutura adequada e de equipamentos para suprir uma demanda para o acolhimento de um grande número de pessoas, que “é caracterizado por um grande volume de pessoas que viajam em grupo ou individualmente para os mesmos lugares, geralmente nas mesmas épocas do ano” e constitui-se num dos maiores agressores dos recursos naturais”. (RUSCHMANN *apud* DIAS, 2003, p.15).

Contudo, esse modelo de atividade econômica se desenvolveu como uma atividade do fenômeno de massas. Teve e tem como objetivo principal a geração de renda a partir da exploração dos recursos naturais.

Em consequência, o desenvolvimento do turismo na ausência de planejamento adequado, poderia contribuir para o aproveitamento do uso intensivo ou inadequado do território, com desflorestamento, erosão, e a perda de diversidade biológica. Os danos ao meio ambiente ameaçavam a viabilidade do setor turístico porque este depende fundamentalmente do meio ambiente natural.

O conceito de sustentabilidade surgiu do reconhecimento de que recursos limitados do planeta não poderiam suportar indefinidamente o crescimento populacional e industrial associado às atuais abordagens do desenvolvimento, e que estas não estavam funcionando para reduzir a pobreza ou elevar os padrões de vida nos diversos países. (OMT *apud* Dias, 2003, p.171)

Essa tipologia de turismo desenvolve-se principalmente em função das águas subterrâneas existentes em nosso território. Como Rebouças (2006) afirma que desde os primórdios das civilizações, a importância da água subterrânea já era reconhecida como fonte de abastecimento das populações das zonas áridas e semi-áridas. A urgente proteção deste manancial para os parques aquáticos é fundamental para que continuem oferecendo seus complexos aquáticos para o lazer da população.

3.3 Características do turismo em parques temáticos

Para Brunel (2010), houve uma evolução da demanda turística por produtos individualizados em oposição ao turismo de massa dos anos 1960, e o turista se recusa em ser considerado somente turista e induz novas formas de usos turísticos e cria novos locais para a atividade turística – parques temáticos. A razão básica para a natureza desta especificidade de turismo continua sendo a principal atração turística que é o sol e a água.

Além dos fatores apontados acima há que se considerar o próprio conceito de parque temático no que se refere à motivação para a procura deste tipo de entretenimento: todo o parque deve ser um espaço especializado em atender a demanda de lazer cujo ponto forte é proporcionar o isolamento do visitante em um ambiente mágico que aguça os cinco sentidos do usuário. Colocando o visitante em um mundo irreal e de sonhos com uma gama de emoções pelos seus atrativos naturais e artificiais. Os parques

temáticos possibilitam o aumento das taxas de permanência e os gastos dos turistas nas localidades, pois, através das atividades de animação, acentua-se o interesse do turista pelo pólo receptor. Dessa forma os parques produzem e requerem vivacidade, movimentação, dinamização e motivam a participação. Assim, integra-se a oferta turística, agregando valor e humanizando as viagens. (SANTIL, 2001, p.89).

A diversificação e segmentação do mercado turístico, o aumento do número de viagens independentes, com custos mais baixos, sem programação antecipada das férias vem alterando os hábitos de consumo do turista. Apontando um futuro promissor para esse tipo de turismo a lazer: as visitas aos parques.

Para a OMT *apud* Ignarra (2003) os consumidores dos serviços turísticos são classificados em turistas, excursionistas e visitantes. Portanto, para a Organização das Nações Unidas (ONU) *apud* Ignarra (2003):

Turista é toda a pessoa sem distinção de raça, sexo, língua e religião, que ingresse no território de uma localidade diversa daquela em que tem residência habitual e nele permaneça pelo prazo mínimo de 24 horas e máximo de seis meses, no transcorrer de um período de 12 meses, com finalidade de turismo, recreio, esporte, saúde, motivos familiares, estudos, peregrinações religiosas ou negócios, mas sem propósito de imigração. (ONU *apud* IGNARRA, 2003, p. 15)

Porém, para Aguirre *et al* (2003) o visitante se subdivide em turista e excursionista. O excursionista não pernoita na localidade turística, mas os motivos de visita ao local são os mesmos do turista. Ou seja, é excursionista ou turista de um dia. (IGNARRA, 2003).

Esses espaços de lazer - parques temáticos, parques aquáticos - são conhecidos como não-lugares, pois, o excursionista ou o turista desloca-se até o local, usufrui de toda a sua infra-estrutura, sem levar em consideração como a comunidade local lida com seus aspectos sócioambientais.

Esses locais para (SORALUCE *apud* ASHTON, 2010, p.67) apresentam algumas condições peculiares de cada estabelecimento e que devem reunir:

- estar composto por atrações exteriores e cada uma deve ser peça independente;
- ter um custo de entrada e não por atração;
- ser construído com base nas necessidades dos visitantes;
- focalizar mais diversão do que aprendizado;
- proporcionar mais sensação física do que simulação;

- e por último, ser um destino em si mesmo.

Fazem usos de recursos naturais, particularmente das águas subterrâneas e no Estado de São Paulo, principalmente das águas do Aquífero Guarani.

No que diz respeito à arquitetura, argumenta-se que o estilo mais aceito para projetos de parques temáticos tenha sido o pós-moderno, caracterizado por certa liberdade formal e por conter elementos facilmente aceitos e adaptáveis. Ao adotar um tema, o parque se apropria de sua simbologia e restringe-se a representá-la como forma de reviver ou retroceder no tempo e no espaço ou ainda buscar algo no futuro (matar parte da sua curiosidade em relação ao mesmo). (ASHTON, 2010, p. 65)

É, entretanto, necessário ressaltar que o visitante não procura qualquer parque, mas aquele que possui uma série de recursos com um tema específico, tais como: belezas naturais, limpeza, ordem, segurança, isolamento, beleza, características que se complementam.

Por outro lado, a sua oferta de diversão é válida para toda a família para o que deve ter versátil e atrações suficientes para entreter as crianças e idosos. Devem ter atrações para todas as faixas etárias, e também deve atender as suas necessidades de alimentos e, possivelmente, hospedagem nos arredores. Finalmente, o sucesso de imersão no mundo dos sonhos está intimamente relacionado com o tamanho do parque, como a dimensão espacial do meio ambiente e sua atração variável são fundamentais. (SECALL, 2010, p.41)

No estudo realizado pela Fundação Getulio Vargas (FGV) e pelo Ministério do Turismo (MTUR) denominado: Sondagem do Consumidor - Intenção de Viagem, foram apresentados os seguintes dados referentes à sondagem mensal sobre a intenção de realizar viagens nacionais e internacionais: a grande maioria dos entrevistados da classe inferior de renda, até R\$ 2.100,00, exatamente 97,9%, informou, em fevereiro/2010, que o destino da viagem deveria ser o próprio Brasil.

Seja na forma de excursões com duração menor de 24 horas ou em formatos maiores, as atividades de lazer ou as excursões em questão são eventos que utilizam um número considerável de equipamentos turístico e têm alta frequência. (MTUR, 2010e).

Normalmente acontecem ao longo de todo o ano e fogem do período da alta estação. Pode-se afirmar que, de modo geral, as viagens voltadas aos destinos localizados no interior do próprio Estado, onde reside o viajante, constituem o tipo de viagem mais frequente para os turistas de baixa renda. Principalmente, porque esse

consumidor não investe grandes somas financeiras nas suas viagens e busca aquelas que possuem um custo menor, porque normalmente viajam em família. Sendo que esses destinos, mais próximos, receberiam com maior frequência esse público específico, principalmente os parques, porque oferecem lazer para todos da família.

3.4 Tendências e evolução dos parques

A contextualização do cenário dos parques de diversões, seus aspectos históricos e a sua hibridização estão descritos neste tópico.

Para compreender de forma ampla a origem dos parques de diversão, é necessário primeiramente definir o termo “*parque*” utilizado neste texto.

No Dicionário da Língua Portuguesa-*Houaiss* (2001) o termo parque significa jardim público para o lazer. De acordo com *Merriam Webster Dictionary* a palavra parque tem origem na palavra francesa “*parc*”, ampliando a denominação de locais que em princípio eram somente jardins, para locais de lazer e entretenimento que promovem resultados econômicos sociais para a sociedade.

Embora os primeiros registros da existência dos parques de diversões sejam da Europa, o nascedouro, dos modernos centros de entretenimento são os Estados Unidos.

O resgate de registros que permitam recontar o passado é uma extensa e árdua missão (...). Pelo espírito dos pioneiros da história, pelo significado contido nas entrelinhas da vida de diversas gerações e pelo teor e evolução da tecnologia do divertimento até os dias atuais. Este conhecimento, mais que simples alegoria, ilustra a essência e o espírito de uma indústria que ainda está na sua infância, e que muito tem que aprender sobre sua própria personalidade. (SALOMÃO, 2000, p.44)

No Brasil, foram encontradas evidências da existência de um parque na cidade do Rio de Janeiro, em 1899, que atraía a sociedade republicana carioca para o Largo do Machado onde se localizava. Para Salomão (2000) esse local era todo iluminado e contava na época com rинque de patinação e teatro de ótima qualidade.

No Rio de Janeiro, Paschoal percebeu uma cidade em processo de expansão urbana e carente de divertimentos, que eram muito poucos. Foi com essa percepção que começou a investir no empresariamento de locais para o desenvolvimento de diversões públicas”. (MARTINS, 2010, p.53).

O investidor do parque Paschoal Segreto (imigrante italiano pioneiro no entretenimento comercial no Rio de Janeiro), audaz para a época, traz em 1900, para o Parque Fluminense a montanha-russa, bonecos automáticos e balões, local usado para recepcionar Santos Dumont em 1904.

Contudo, com o passar dos tempos o parque teve sua área reduzida, posteriormente transformou-se em um cinema (Cine Teatro Polytheama) e manteve seu funcionamento até 1980 na Praça Duque de Caxias quando foi transformado em supermercado Salomão (2000). O autor cita que os parques brasileiros assim como os americanos sempre tiveram na sua história a íntima relação com festas cívicas e comemorativas.

A Exposição Internacional de 1922 possuía um parque de diversões em uma extensa área às margens da Avenida das Nações, com amplo pórtico de 100 metros de extensão, pavilhão de festas estilo Luis XVI, brinquedos clássicos como: grande balanço em forma de barco, pequenos aviões com dispositivo mecânico que produziam movimentos circulares.

Para Salomão (2000) os anos 20 testemunharam um desenvolvimento de pequenos parques mambembes nas periferias das cidades brasileiras, bem como unidades itinerantes que percorriam o interior do país.

Em 1920 foi construído o Parque do Centenário, no Rio de Janeiro, projeto inicial grandioso e que aproveitou a infra-estrutura deixada pela feira do Distrito industrial. Este parque possuía o maior cinema ao ar livre com tela de 90 metros quadrados e capacidade para cinco mil pessoas e foi fechado poucos anos depois.

Na década de 1920, havia em torno de 2000 parques espalhados pelas diversas regiões do Brasil. E, em 1934 havia somente 245 unidades devido às transformações sociais e econômicas ocorridas neste período. (SALOMÃO, 2000).

Rodrigues (2008) a evolução dos parques brasileiros obedeceu à seguinte sequência: urbanos ou rurais, privados e públicos, para posteriormente tornarem-se mais uma vez espaços privados de lazer.

Nas décadas de 1940 e 1950, o processo de urbanização provocou a ocupação de áreas urbanas atraindo violência e afastando os frequentadores dos parques. O advento da televisão também contribuiu para que as pessoas ficassem mais tempo em seus lares, locais seguros e confortáveis. Já na década de 1960 esses locais se tornaram pontos de

disputa entre gangues de rua sendo, então esvaziados pela violência, mas também por incompetência gerencial, falta de manutenção das instalações e atrações muito antigas.

Esses empreendimentos foram evoluindo e do formato original transformaram-se para agregar mais serviços e atividades e, dessa forma, aumentar a visitação e lucros compondo os Centros Urbanos de Entretenimento ou *Shoppings* de Lazer. Esses empreendimentos multifacetados já possuem suas versões no Brasil: Estação Plaza Show de Curitiba no estado do Paraná.

Com o crescimento e a importância econômica de São Paulo em detrimento ao Rio de Janeiro, ocorreu um gradual deslocamento do desenvolvimento da indústria de lazer nas décadas seguintes e o ponto culminante foi a transferência da capital federal para Brasília. (PEIXOTO *apud* SALOMÃO, 2000, p.54)

Na festa comemorativa do quarto centenário da cidade de São Paulo no ano de 1954 e em andamento uma guerra, o governo permitiu a importação de equipamentos da Alemanha para a instalação de uma área de lazer no parque Ibirapuera. Diversos pequenos parques uniram-se em mutirão e criaram um fundo para a importação de equipamentos que foram divididos entre os consorciados.

Em 1972 o primeiro grande parque fixo urbano surge às margens do rio Tietê, denominado Playcenter. O setor sofreu durante o período militar, principalmente com o governo Geisel (1974 a 1979) que incluiu os equipamentos para parque como artigos supérfluos o que torna os parques obsoletos em termos de inovação e tecnologia. Mesmo quando o governo de Collor de Mello eliminou o veto à importação, não ocorreram grandes mudanças em função das altas taxas de importação e falta de incentivos fiscais para a implantação desses centros de lazer.

A união do setor então existente permitiu a fundação da ADIBRA em 1989 e a sua participação na Câmara Setorial do Turismo - Ministério da Indústria e Comércio conquistando incentivos fiscais e renascendo com otimismo. Atualmente, o tempo dos diversos empecilhos com equipamentos sucateados parece ultrapassado.

A cidade de São Paulo possuía os projetos em operação mais significativos do setor, sendo eles: Playcenter, Cidade da Criança e Simba Safári.

O estímulo dado ao setor através dos financiamentos e das autorizações de importações favorece novos empreendimentos que estão apontados a seguir:

Inaugurado em 1985 primeiro parque aquático do Brasil, localizado na cidade de Fortaleza no estado do Ceará e denomina-se Beach Park é considerado o maior e mais

importante parque aquático do país, pela diversificação e inovação dos atrativos e por se localizar em uma cidade litorânea turística. Esse parque é um complexo turístico distribuído numa área total de mais de 180 mil metros quadrados, por onde circulam todo ano cerca de 1.150.000 pessoas. Pela classificação adotada por Secall (2010) este é um parque aquático destino.

Na Figura 1 pode-se observar a infraestrutura do Beach Park local que utiliza uma grande quantidade de água nas suas dependências. Possui um espelho d'água com 7.000 metros quadrados e movimenta um volume de água no parque aquático de aproximadamente de 8.500 metros cúbicos. Encontra-se junto a praia e por isso adotou a introdução de palmeiras no paisagismo e o uso piaçava nas coberturas das construções do parque.



Figura 1 Vista aérea de parte do Beach Park

Fonte: <http://www.beachpark.com.br>. Acesso: 10 de agosto de 2010.

Em 1991 é inaugurado o Beto Carrero World no litoral de Santa Catarina na cidade de Penha o empreendimento torna-se um marco do setor no país.

Este parque compreende um misto de parque tradicional, com atrações modernas, *shows* circenses e minizoológico. E se localiza em uma região de intenso fluxo turístico dos países da América do Sul. É considerado o maior parque temático da

América Latina como destino único, pois uma gama enorme de turistas viaja até a região somente para usufruir de suas atrações.

A área total do parque é de 14 milhões de metros quadrados, sendo utilizados cerca de 1,5 milhões de metros quadrados. Os brinquedos e atrações ao vivo fazem deste parque um dos maiores centros de lazer do mundo. A empresa previu a expansão para o interior de São Paulo, mas não aconteceu. Na Figura 2 pode-se observar a grandiosidade deste complexo de lazer.



Figura 2 Parque Beto Carrero World

Fonte: <http://www.betocarrero.com.br>. Acesso: 12 de agosto de 2010.

No ano de 1996 o Tivoli Parque, localizado na cidade do Rio de Janeiro, encerra suas atividades, devido à imagem desgastada por acidentes e pela disputa da área pela prefeitura e pelo proprietário. Como cita Salomão (2000) isso aconteceu pela falta de regulamentação do setor. Também no Rio de Janeiro é inaugurado o parque Terra Encantada, no ano de 1998.

Na esfera dos governos estaduais e federal, respectivamente, impostos foram reduzidos e linhas de crédito do Banco Nacional Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES - foram criadas para que outros parques, agora mais sofisticados e de natureza privada, como o Beto Carrero, em 1991, o Parque da Mônica, em 1993, o Parque do Gugu, em 1997, o Terra Encantada, em 1998, o Wet'n Wild São Paulo, em 1998, o

Wet'n Wild Rio de Janeiro, em 1999, e o Hopi Hari, em 1999, pudessem ser inaugurados.

Todas essas mudanças ocorridas, cita Salomão (2000) que o segmento Parques de Diversões, inclusive no Brasil deve-se Walt Disney (produtor cinematográfico, cineasta, diretor, roteirista, dublador, animador, empreendedor, filantropo e co-fundador da *The Walt Disney Company*, foi o criador do parque temático sediado nos Estados Unidos denominado Disneylândia, além de ser o fundador da corporação de entretenimento, conhecida como a Walt Disney Company), principalmente pela adoção do modelo americanizado dos parques brasileiros.

Veio transformar o setor através de inventividade e implantando as mesmas tendências dos parques anteriores, tendo como público alvo a classe média, que possuía automóvel (que os levaria até os parques). Esse projeto estava convencionado a diversas atrações com um tema central, surge assim o conceito de parque temático.

Esses empreendimentos revelaram-se um sucesso sem precedentes. Na década de 1960 desponta nos Estados Unidos - Nova Iorque, um parque, com o tema central voltado para a história do país e quatro anos depois fecha suas portas, puramente pela falta da magia Disney.

Para Salomão (2000) em 1961 surge no Texas com o tema central voltado para a história do Texas e a aventura, local este com muitas montanhas-russas, com shows e espetáculos musicais. Obteve sucesso e logo foram construídas outras unidades iguais: Geórgia e St. Louis. Esta empresa ainda se mantém ativa como a cadeia de parques Six Flags In., e é considerado o segundo maior grupo de parques.

Enquanto isso Walt Disney adquire uma área de terras pantanosas na Flórida. Foi uma compra feita de forma secreta de 30.000 acres de terras (120 milhões de metros quadrados), próxima a cidade de Orlando e valoriza o entorno graças ao forte poder de negociação com a autoridade política local. Buscou nesse novo empreendimento não cometer os mesmos erros do passado e construiu áreas subterrâneas para a manutenção e deu ênfase ao treinamento e à formação interna.

Na atualidade o complexo Walt Disney apresenta quatro grandes parques temáticos: Disney's Magic Kingdom, Disney's Epcot Center, Disney MGM Studios e Animal Kingdom, de acordo com Salomão (2000). Possui três parques aquáticos: River Country, Typhoon Lagoon e Blizzard Beach e *resorts* tematizados com instalações hoteleiras e diversas atividades de lazer.

Os conceitos de parque temático tal qual conhecemos atualmente provêm dos conceitos aplicados por Walt Disney na sua contemporaneidade.

Sem dúvida, os parques da Disney são ícones do pós moderno, já que comemoram orgulhosamente as cópias de elementos anteriores da alta cultura que, produzidos em massa, não significam mais o que quer que seja em particular, mas sim uma hiper-realidade, onde a simulação visual e auditiva são mais reais do que o original que as inspirou, com uma arquitetura de superfícies e de aparências, onde o real já foi transformado, melhorado, a fim de ser consumido. (ASHTON, 2010, p.65)

Os modernos parques temáticos passam a firmar-se na preferência turística mundial a partir dos anos 1990. E no Brasil não poderia ser diferente especialmente devido à grande popularização do transporte aéreo, colaborando destacadamente para a reformulação da infra-estrutura suburbana e trazendo um caráter eclético, universal à cultura do divertimento e do turismo mundial Ashton (2010).

O imaginário contemporâneo é fortemente explorado nos parques temáticos. São imagens que trazemos conosco desde a infância, sendo assim, o prazer está no reconhecimento, ou seja, na identificação daquilo que já sabemos. Por outro lado, o futuro também tem um sabor diferente, são fragmentos de situações projetadas além do cotidiano (fantasias). (ASHTON, 2010, p. 67).

Porém, nas mais diferentes regiões do país o surgimento de parques temáticos e aquáticos que proporcionam lazer “pago” decorre principalmente da degradação ou do desaparecimento de espaços públicos para a mesma finalidade Salomão (2000). É importante ressaltar que um dos principais fatores para o desaparecimento ou a degradação desses espaços ocorre principalmente pela falta de segurança que assola o país neste momento.

A seguir far-se-á uma discussão sobre a classificação dos parques baseando-se nos trabalhos dos pesquisadores nacionais e internacionais.

3.5 Classificação dos Parques

Os parques tradicionais transformaram-se nas últimas décadas em uma gama enorme de outros locais para a prática do lazer e do entretenimento (Salomão, 2000).

Os autores ao longo de suas pesquisas e à medida que os parques vão se transformando vão registrando novas classificações e transformações. Porém as seguintes são comumente definidas: Salomão (2000), Ashton (2010), MTUR (2010f), Secall (2010), IAAPA(2010) tanto no Brasil como em outras partes do mundo.

Os parques temáticos são parques de diversões fixos onde são utilizados temas diferenciados na ambientação física de suas atrações. Essas definições se aplicam aos parques de entretenimento com temas específicos, como: Disneyworld, Beto Carrero, Turma da Mônica, entre outros. (BOTEUX; WERNER, 2002, p.52)

Secall (2010) os parques temáticos podem ser classificados em quatro níveis conforme os seguintes critérios: o tamanho, dimensão física, volume financeiro investido e número de visitantes.

“No primeiro nível estão inseridos os mega parques baseados em atrações turísticas em nível global e são destinos turísticos únicos. Nesse caso o parque de Orlando é o único exemplo existente no momento e por possuir diferentes temas e receber trinta milhões de turistas por ano.

Em segundo nível está os parques de dimensão continental com vocação de destino turístico com a mesma escala mundial, geralmente localizados em áreas de alta densidade populacional e recebendo anualmente entre cinco e dez milhões de visitantes. O Eurodisney de Paris é o único parque europeu nesta classe.

No terceiro nível estão os parques de dimensão internacional com volume anual de visitantes entre dois e meio e cinco milhões de visitantes por ano. Na Espanha, um parque com essa característica é o Port Aventura.

Finalmente, no quarto nível estão os parques de dimensão nacional, cuja demanda varia de um a dois milhões e meio de visitantes anualmente (SECALL, 2010, p. 47, tradução nossa). O autor usou nesta classificação o critério de número de visitantes”.

Porém, num segundo momento ele propõe uma classificação temática que se apresenta assim:

“Parques com regressão à infância, como: parque Disney em Los Angeles nos Estados Unidos, mas a primeira experiência (1952) baseada nas histórias infantis de literatura européia o parque Efteling Werdel Vol Wonderen em Efteling na Holanda.

Outros parques com essas características são o Big Bang Pitufos em Lorena ou Legoland na Dinamarca.

Um segundo tipo são aqueles cujos temas são baseados na História do próprio país onde estão localizados em cenários naturais ou artificiais, independentemente do caráter real ou mítico. Como exemplos podem ser citados o Parque Asterix, na França, o Terra Mítica, em Benidom, ou X-Caret (parque arqueológico histórico natural) na Riviera Maya no México.

A terceira tipologia de parque é formada por aqueles cujos temas são relacionados ao mundo da ficção e sonhos de infância, porém baseados em filmes. Esses parques temáticos são baseados na recriação de filmes que tiveram um grande impacto no passado, utilizando os locais originais das filmagens. Como é o caso do parque na Nova Zelândia onde foi filmada a série Harry Potter (filmes para o público adolescente).

Um quarto tipo seriam os parques ligados à natureza. O melhor exemplo é o Sea World um dos parques temáticos de Orlando, cujo complexo de diversão gira em torno do mar e das suas criaturas.

Mas também os parques naturais como são conhecidos, mostrando a vida selvagem ao redor do mundo, mas não em gaiolas, como no passado, mas em grandes ambientes tão naturais quanto possível. Nesta área poderá incluir os parques nacionais e áreas públicas naturais, com diferentes graus de proteção, cujo objetivo maior é fornecer o conhecimento, estudo, diversão, proteção e pesquisa da flora e da fauna.

Uma quinta tipologia de parque temático inclui aqueles cujas atrações estão relacionadas com as novas tecnologias. Um exemplo típico é o Futuroscope, em Poitiers (França).

Os parques com temáticas em ciências, que estão em crescente expansão, são também classificados nesta categoria, na qual podem ser incluídos: Cidade da Ciência e Indústria de Paris, os que estão planejados para Jerez (mundo dos motores) ou em Teruel\Burgos (arqueologia e paleontologia)". (SECALL, 2010, p.47-48, *tradução nossa*).

Os *Centers Parks* europeus são uma espécie de “bolha”, ou seja, sob uma ampla estrutura metálica se reproduz o ambiente de uma praia tropical. Empreendimentos esses quase que completamente indiferentes à região em que se inserem, mas que só existem pela alta tecnologia existente na atualidade. (KNAFOU *apud* CRUZ, 2003, p.15)

Para Ashton a definição de parque:

Trata-se de um local cercado, o que contribui para a segurança de seus frequentadores, para cujo acesso cobra-se uma tarifa de entrada. Destina-se ao divertimento, entretenimento, contemplação, educação, alimentação (já que passamos muitas horas no local) e compras, utilizado em tempo de lazer, de descanso e de ócio. Trata-se de um espaço lúdico onde jogos, brinquedos e descontração convidam ao divertimento. É planejado de modo que o público permaneça por longo período desfrutando das várias opções e com a certeza e o desejo de repetir a visita. (ASHTON, 2010, p.66 a 67).

A Figura 3 apresenta essa transformação dos parques de diversões desde o seu surgimento até o presente momento. Essas transformações surgem à medida que o usuário deseja novas formas de locais de entretenimento. Do primeiro modelo que se transforma nos mais variados tipos de parques, tais como: centros especializados em alimentação - parques gastronômicos, centros de compras (*Outlet*), estádios de futebol com todo o tipo de entretenimento.

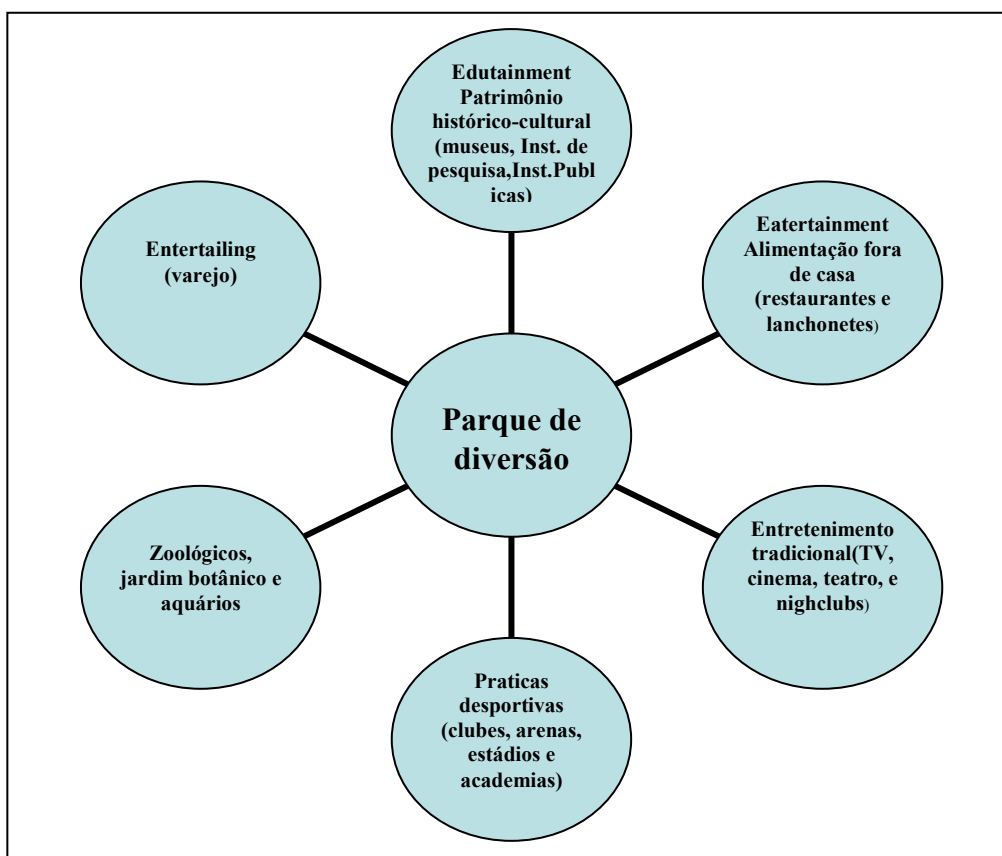


Figura 3 Transformação dos parques

Fonte: SALOMÃO (2000, pg. 76) adaptado pela autora

Contudo, a ADIBRA apresenta uma classificação simples e lógica. Porém bastante útil para os parques dividindo-os em: fixos ou móveis. Mas na verdade a

classificação básica dos Parques Temáticos para efeitos de estatística e pesquisa está assim, classificada: específicos, aquáticos e parques de diversões. (EMBRATUR *apud* SALOMÃO, 2000, p. 80).

Atualmente o Ministério do Turismo através do CADASTUR classifica em parques temáticos e parques aquáticos (pessoas física, jurídica e cooperativa). As definições citadas por Salomão, pela ADIBRA e pelo CADASTUR apresentam diversas contradições na classificação dos parques.

Pois, a transcrição por extenso das Características dos Parques Temáticos do Brasil baseados na definição da EMBRATUR e transcrita por Salomão é definida: “Os parques temáticos ou de diversões fixos se utilizam de temas diferenciados na ambientação física de suas atrações e tem como um de seus objetivos mercadológicos o estímulo da atividade turística. Esta definição se aplica aos parques de entretenimento com temas específicos (...)”. (EMBRATUR *apud* Salomão, 2000, p.80).

Percebe-se uma utilização equivocada do termo Parque Temático, sendo que os empreendimentos não fazem uso da nomenclatura Parque de Diversões por esse ser um termo antigo com conotação de um pequeno empreendimento. Por isso se utiliza a nomenclatura Parque Temático não por ser mais abrangente e adequado, porém por ser mais rentável e soa com modernidade.

Em 1998 no Congresso Mundial de Lazer, Gorski apresentou outra classificação mais consistente e ampla dos tipos de parques conhecidos na época, como mostra o Quadro 1, conforme Salomão (2000). Nessa classificação os parques fixos são separados dos móveis, permitindo diferenciar parques aquáticos e secos, com exemplos da tipologia existem nas mais diferentes regiões do mundo.

Tipo de parques	Exemplo
1. Parque móvel clássico	Unidade móvel Playcenter
2. Parque Fixo clássico Parque de Atrações “Iron Park” Parque Tradicional Europeu ou pré-temático	Playcenter-SP Tivoli- Dinamarca
3. Parque de Conveniência	Fantasy Place- RJ e SP
4. Parque Aquático	Rio Water Planet-RJ
5. Parque Temático Personagem de Conhecimento Público	Disneyland-EUA

Personagem vivo de forte presença na mídia Cinema e Televisão Multi-temático Países e histórico	Parque do Gugu- SP Universal Studios-EUA Busch Gardens-EUA Epcot Center-EUA
6. Parque Participativo de Animais	Simba Safári-SP
7. Parque Científico e Pedagógico	La Villete-França
8. Parque Associado à Esportes	Ski Mountain Park-SP

Quadro 1 Nova classificação de Gorski

Fonte: GORSKI *apud* SALOMÃO (2000, p. 83)

Ao apresentar esta nova classificação proposta por Salomão (2000), importa notar que está mais clara e bem definida. Nessa classificação separaram-se os parques fixos dos móveis. Permitindo que se faça uma análise desmistificando a diferença entre aquáticos e os secos. Na Figura 4 é observada essa nova classificação definida por Salomão.

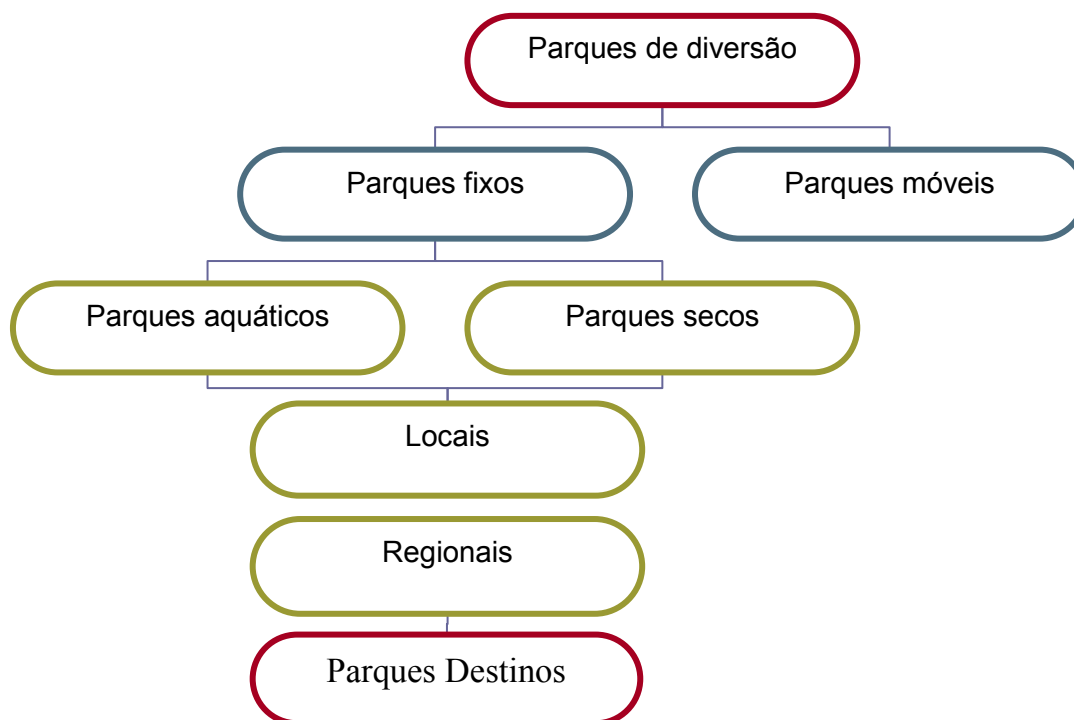


Figura 4 Classificação proposta por Salomão

Fonte: SALOMÃO (2000, p.88) adaptado pela autora

As classificações são inúmeras, mas é preciso definir o que é um Parque Aquático.

Parque Aquático é um atrativo turístico construído artificialmente pelo homem para ofertar ao visitante inúmeras atividades recreativas, mediante o pagamento de ingressos. Esses atrativos se utilizam de águas como componente principal da sua atração e ofertando atividades de lazer e recreação, através de piscinas, praias, rios e corredeiras artificiais e com uma diversidade de brinquedos que usam a água como elemento principal. Podendo as suas águas ser termais ou não. Não possuindo como objetivo tratamento de saúde como é o caso das termas - balneário equipado para o uso terapêutico das águas medicinais quentes.

Os parques aquáticos bem como os *resorts* e as termas surgem no país, como espaços privilegiados, integrando importantes valores simbólicos – arquitetônicos, paisagísticos, de tradição e de futuro, que impõem urgentes renovações.

Nos últimos dez anos, o número de parques temáticos, aquáticos e de diversões aumentou 51% no Brasil. Segundo Francisco Carlos Lopes, presidente da Associação das Empresas de Parques de Diversões do Brasil (ADIBRA, 2004), esse aumento ocorreu, principalmente, a partir da década de 90, em função de incentivos criados [...]. (DI NAPOLI, 2010, p.sp)

Atraindo milhares de visitantes e turistas, e que nas últimas décadas, a indústria do entretenimento - sinônimo de lazer para muitos - seduz o consumidor, sugerindo-lhe as sessões adequadas para sua satisfação e desejando usufruir de todo esse encantamento proposto por esses locais.

3.5.1 Panorama dos Parques Aquáticos do Brasil: regiões sul, sudeste e centro-oeste

Os parques aquáticos popularizaram-se na década de 1970 nos Estados Unidos, que inovaram e modernizaram as suas atrações com a entrada do elemento água - surgem os tobogãs e as piscinas. Os parques então deixam de ser somente fixos e secos - com o atrativo principal a água e assim sofrem o processo de hibridização.

Rodrigues (2008) cita que nos anos 1980 por todo o território nacional o mercado passou a explorar mais avidamente os parques aquáticos e o público alvo passou a ser as crianças, adolescentes e os jovens casais.

Para Santil (2008) os parques aquáticos, então, se incorporaram à oferta turística buscando refletir a cultura do local onde se localizam, e fomentar a economia local, com a exploração das atividades complementares, como: hospedagem, alimentação, serviços de apoio ao turista- receptivo.

São inúmeros parques pelo Brasil e os mesmos se concentram principalmente na região sul, sudeste, centro-oeste e existem alguns empreendimentos nas regiões norte e nordeste, que ao agregarem valor se transformam em atrações turísticas.

Os parques aquáticos, descritos a seguir, estão localizados nas regiões sudeste, sul e centro-oeste, pois são nessas regiões onde se encontram em maior número.

A região sudeste do Brasil apresenta um grande potencial para o desenvolvimento do turismo de forma integral, pois está é uma região densamente povoada, com uma infraestrutura de rodovias e a região também possui uma das rendas per captas mais altas do país, isso influencia para que os empresários construam seus empreendimentos nesta região e possui clima propício para esse tipo de atrativo (calor e períodos longos sem chuva e muitos dias com sol).

Os parques estão localizados nas mais diferentes cidades dessa região, sendo:

- Rio de Janeiro: parque aquático Rio Water Planet localizado na Estrada dos Bandeirantes no pé do maciço da pedra branca em Vargem Grande- RJ. Ocupa uma área de 455.000 m², possui centro gastronômico, lojas de conveniências e quarenta e duas atrações na água desde brinquedos infantis até outros que desafiam aqueles que gostam de esportes radicais (RIO WATERPLANET, 2010).

Entre estas atrações pode-se citar: Rio Lento com mais de 700 metros de extensão, toboáguas, Rio bravo com 275 metros de extensão e 33 metros de altura, montanha russa, corredeiras, piscinas de ondas com 3.200 m² e conta ainda com 18 tipos diferentes de ondas, escorregador fechado de alta velocidade, escorregador giratório e um independente complexo infantil, para crianças de dois a seis anos, com inúmeras atrações aquáticas.

Este complexo se localiza num estado com atrativo eminentemente praiano esse local vem sendo usufruído pela comunidade do seu entorno, não se tratando, portanto de um parque destino, embora possua atrativos desta natureza.

A Figura 5 mostra a grandiosidade deste complexo e apresenta o grande volume de água utilizado na maioria e suas atrações. Ocupa uma área de 455.000 m², é considerado o maior parque aquático da América Latina. Possui como uma das atrações o Rio Lento com mais de 700 metros de extensão. O Rio bravo com 275 metros de

extensão e 33 metros de altura, montanha russa, corredeiras, toboáguas e piscinas de ondas com 3.200 metros quadrados e 18 tipos diferentes de ondas.



Figura 5 Parque aquático Rio Water Planet

Fonte: <http://www.riowaterplanet.com.br/page/parque.asp>. Acesso: 11 de agosto de 2010.

Na região sul do Brasil são encontrados diversos parques aquáticos e estações de águas termais que também são parques aquáticos inovando na oferta deste segmento.

No Estado do Paraná destacam-se diversos complexos hidrotermais que além da propriedade terapêutica da água também oferecem entretenimento em seus complexos que são os seguintes: Termas de Jurema (Iretama), Estância Termas Iara (Bandeirantes), Termas de Maringá, Termas de Londrina e na região de Foz do Iguaçu o Acquamania, o Parque Aquático Cataratas, Aquaplay, Mabu Termas & Resorts e o Ody Park Hotel que se localiza a vinte quilômetros de Maringá - PR.

No norte do Paraná, região de Londrina está o Aguativa Golf Resort, com oito piscinas aquecidas, cujo acesso é somente permitido com hospedagem. O conjunto aquático deste *resort* compreende entre outras atrações um toboágua, dois aquários para mergulho livre entre 300 peixes e tartarugas, uma cascata, sauna, banheiras *jacuzzis* e um bar.

Equipe de recreação é responsável pela animação durante o dia, com aulas de hidroginástica e brincadeiras monitoradas. Além de usufruir do parque aquático, os

hóspedes podem praticar arvorismo, hipismo, tirolesa, arco-e-flecha, caminhadas, pescarias e jogar golfe.

E nesta região do estado do Paraná conforme Borghetti; Borghetti; Rosa Filho (2004) que se encontra um dos maiores parques hoteleiros do país que recebe turistas das mais diversas regiões do mundo.

Portanto, o grande número de atrativos vem de encontro com o processo de regionalização do turismo nacional e que possui como objetivo principal a de manter o turista por mais tempo na região turística. O turista que antes passava em média três dias na região de Foz do Iguaçu - hoje permanece em média sete dias em virtude do aumento da oferta turística.

Em São José dos Pinhais encontra-se o Acqua Park Nogueira um clube aquático com 60.000 metros quadrados de área útil, construído bem no meio de uma floresta, próximo à Curitiba e da região metropolitana. Nesse complexo são mais de seis milhões de litros de água espalhados por piscinas que garantem aos visitantes momentos de lazer.

No Estado de Santa Catarina encontra-se: o Parque Aquático Cascanéia localizado no interior do município de Gaspar na região do litoral, com uma área total de 100 mil metros quadrados com diversas piscinas, tobogãs e uma diversidade de atrações e infra-estrutura.

No município de Antonio Carlos localiza-se o Parque Aquático Arco Iris e no município de Içara está localizado o Parque Aquático Verde e que conta com quatro piscinas que possuem 2000m² de área. Além das águas limpas das piscinas, há uma lagoa de água cristalina preservada que pode ser usufruída para banho.

Ainda há várias estações de águas termais no Estado que atraem milhares de turistas do Brasil e do exterior para seus balneários que funcionam como parques aquáticos. As principais estâncias de águas termais situadas no litoral são Tubarão, Santo Amaro da Imperatriz, Gravatal e Águas Mornas. No oeste do estado destacam-se o Parque Termal Piratuba, Águas de Chapecó, Palmitos e Ita, de acordo com Borghetti; Borghetti; Rosa Filho (2004).

No Estado do Rio Grande do Sul encontra-se a Fazenda Ácqua Lokos que está localizada entre as praias de Arroio Teixeira e Curumin, localizado no município de Capão da Canoa. Este empreendimento de lazer possui inúmeras opções de entretenimento

Na cidade de Cachoeirinha a uma distância de mais ou menos 10 quilômetros encontra-se o parque City Park e é um centro de lazer rodeado pela natureza e ocupa 100 mil metros quadrados e distribuído em imensa área de lazer, esporte e recreação.

No Estado de Goiás no município de Caldas Novas localizado na região centro-oeste do Brasil encontra-se a maior estância hidrotermal do mundo e que possui a maior concentração de piscinas termais do país. Atualmente existem na cidade 103 hotéis e 286 *flats* com aproximadamente 45 mil leitos.

As atrações existentes são o Lago Quente (Lagoa de Piratininga), seis parques aquáticos e *resorts* com águas termais localizados no município que recebem em torno de três milhões e duzentos mil visitantes por ano.

As águas possuem surgência no Rio Quente e na Lagoa de Piratininga e também são bombeadas de poços tubulares profundos com temperatura entre 34 e 58 graus centígrados. (MENDES, 2010, p. 24).

No município de Rio Quente se localiza o complexo turístico Pousada do Rio Quente *Resorts*. O volume de água produzido pelas nascentes do rio Quente resulta numa vazão constante de 6.228.000 litros/hora, completando assim, uma marca superior a 149 milhões de litros a cada 24 horas no complexo turístico.

Entre os parques localizados nas regiões sul, sudeste, centro-oeste do país a maioria emprega o uso das águas subterrâneas e que dependendo da localização possuem potencial geotérmico e termal. Esses complexos possuem semelhanças entre si, pois se utilizam das águas dos aquíferos subterrâneos existentes em nosso território.

Os parques do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Goiás encontram-se sobre o maior manancial de águas subterrâneas do país - Aquífero Guarani – e alguns deles se utilizam desse potencial hídrico para o abastecimento dos seus complexos.

Envolvendo as regiões norte e oeste do Paraná, oeste de Santa Catarina, e noroeste do Rio Grande do Sul que integradas com as regiões leste da Argentina e noroeste do Uruguai poderiam se transformar num dos grandes centros de turismo termal. Isto tudo em função da localização do Aquífero Guarani que se transformou em um substancial produto turístico.

Para Borghetti; Borghetti; Rosa Filho (2004) observa-se que sua exploração para esse fim não ocorre somente no Brasil, mas também nos países onde está localizado - Argentina e Uruguai.

Ao explorar esse recurso hídrico propiciou a criação de mais um ramo turístico que tem como pano de fundo a exploração das águas. São os parques aquáticos, complexos onde a água é sinônimo de diversão e ao mesmo tempo de exploração econômica por parte dos empreendedores. A importância da água para esses empreendimentos é vital, pois todas as suas atividades estão relacionadas com água.

No próximo capítulo será feita uma exposição do inventário e do diagnóstico realizados sobre os parques aquáticos do Estado de São Paulo.

4 INVENTÁRIO E DESCRITIVO DOS PARQUES AQUÁTICOS

Neste capítulo será apresentado o inventário dos parques aquáticos do Estado de São Paulo e uma descrição do parque aquático Thermas dos Laranjais que se localiza no município de Olímpia, segundo metodologia já explicitada nos procedimentos metodológicos.

A escolha do Estado de São Paulo foi baseada em fatores econômicos, por ser considerado o estado com maior peso na economia brasileira e com a renda per capita mais alta do país, por apresentar um dos maiores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e por possuir um grande número de atrativos turísticos tanto na região do litoral, na grande São Paulo e no interior do estado o que, em consequência, possibilita que a sua população busque atividades de lazer diferenciadas.

São 622 quilômetros de praias, um grande número de reservas naturais e inúmeros municípios com atrativos para os diversos segmentos do turismo, tais como turismo rural, turismo religioso, turismo histórico cultural, ecoturismo e inclusive o turismo termal. É possuidor de estâncias turísticas, hidrotermais e climáticas que estão voltadas para a oferta de entretenimento e lazer.

O Estado de São Paulo tem uma população estimada, no ano de 2009, em 41.384.039 milhões de habitantes. (IBGE, 2010).

É detentor de 31% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, figura entre os estados com alto IDH, possui infraestrutura viária, educacional, hospitalar, com mão de obra qualificada, fabrica produtos de alta tecnologia, abriga o maior parque industrial e a maior produção econômica do país, além de possuir estrutura aeroportuária - aeroportos pela capital e pelo interior do estado. Ressalta-se que além de todos estes fatores a sua capital é um importante polo do turismo de negócios, ou seja, a terceira cidade receptiva de grandes eventos desse segmento no mundo.

Por esses motivos a pesquisa sobre os parques aquáticos existentes no estado é relevante, pois ao conhecer os atrativos turísticos e sua localização será possível desenhar uma real visão do processo global do turismo visando conhecer as potencialidades do turismo receptivo no Estado.

Num primeiro momento, a análise do sistema CADASTUR, que reúne o número de empreendimentos no Estado, possibilitou compreender que até a presente

ocasião não há obrigatoriedade em cadastrar os parques aquáticos no sistema. (MTUR, 2010f).

Este sistema possui como principal alvo as agências de turismo, meios de hospedagem, transportadoras turísticas, parques temáticos, organizadores de eventos, acampamentos turísticos. Esses serviços são de cadastro obrigatório, de acordo com a Lei Geral do Turismo 11.771/08 e tem por objetivo promover o ordenamento, a formalização e a legalização dos prestadores de serviços turísticos no Brasil, por meio do cadastro de empresas e profissionais do setor. (MTUR, 2010f).

O Ministério do Turismo ao implantar o Sistema de Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos (CADASTUR) apresenta os seguintes dados no formulário de cadastro, conforme Anexo 2:

-“Dados institucionais (data de início de operação do parque, nome fantasia, nome e cargo do representante legal, filiação representativa, rede a qual pertence, número de empregados com formação média e superior), Dados da localização (endereço completo, latitude e longitude, e-mail, home page);

-Características do parque (localização, centro, rural, urbano), Área total do empreendimento (compreendida de 2000 a 15000m², 15001 a 30000m², 30001 a 60000 m²), volume de água (de 1.500.000 a 3.000.000 litros e de 3.000.001 a 5.000.000 litros), características do local (campo, floresta,lago/lagoa, localidade histórica, montanha, praia e serra e a classificação nacional de atividades econômicas - CNAE;

-Descrição da Atividade e equipamentos de lazer aquático com descrição dos equipamentos de piscina em quantidade (piscina com ondas, piscina infantil, piscina olímpica, piscina semi olímpica, piscina, pula pula aquático, toboágua) e equipamentos adjacentes à piscina tais como atrativos de suporte ao lazer, bares aquáticos, cadeiras de sol, chuveiros, hidromassagem e sauna;

- Estrutura geral, segurança e gestão ambiental: estrutura de apoio (bar, cofre central, comercialização do empreendimento por meio da internet, enfermaria, equipamentos acessíveis a deficientes/mobilidade reduzida, espaço para eventos, estacionamento, farmácia, fax, fraldário, guarda-volumes /armários, internet, internet sem fio, lanchonete, loja de conveniência, restaurante, SPA, telefone público, transporte interno, vestiários/sanitários),

- Posturas / Medidas (equipamentos de combate a incêndios, informativos de profundidade das piscinas, informativos de segurança e regras de conduta, manutenção de equipamentos, monitoramento da qualidade da água, plano de emergência de

combate a acidentes, plano de emergência de combate a incêndio, plano de gestão ambiental, plano de segurança, sala de monitoramento (segurança garantida por câmeras e uma central) e salva-vidas capacitados)". MTUR (2010f).

Ao realizar a pesquisa sobre os prestadores de serviços turísticos regularmente cadastrados nesse sistema e que possui dados completos desses prestadores foram prontamente identificados e localizados dois parques aquáticos no Estado de São Paulo, sendo eles: Parque Aquático Thermas dos Laranjais em Olimpia e Wet'n Wild em Itupeva. MTUR (2010f).

O Ministério do Turismo vem trabalhando para que todos os empreendimentos turísticos do país façam seus cadastros, pois isto permitira a intervenção do poder público, principalmente na fiscalização dos quesitos de qualidade, do tipo de serviços prestados e permitiria a implantação de políticas públicas para o setor.

Podem ser citadas como exemplo as agências de viagens do país, pois cerca de 80% já estão cadastradas como resultado de um trabalho conjunto das entidades associativas do setor. (MTUR, 2010f).

Entretanto, o levantamento dos empreendimentos aquáticos do Estado de São Paulo, realizado no sistema de busca *Google* permitiu identificar 21 parques aquáticos, localizados principalmente nas regiões mais densamente povoadas e, mostrando que, alguns desses utilizam águas subterrâneas para suprimento das suas atrações.

Cabe salientar que alguns desses parques aquáticos funcionam como clubes associativos, integram os atrativos de hotéis e *resorts* e outros são empreendimentos de redes internacionais. E um deles encerrou suas atividades.

Nesta pesquisa foram considerados somente os parques aquáticos que são divulgados através de páginas na *internet*, usadas como instrumento de marketing e vendas dos ingressos. A divulgação busca apenas atrair o futuro visitante para frequentar o local e, não é habitual, a identificação de dados técnicos (origem e quantidade de água utilizada nos atrativos, tamanho do complexo).

Assim, embora este inventário reúna e organize todas as informações disponíveis apresentando outros dados técnicos, ele ainda apresenta-se incompleto.

Não foi possível localizar nenhum outro cadastro de órgãos governamentais nacionais e estaduais ou da classe regulatória que apresente todos os parques aquáticos identificados nessa pesquisa. Os parques descritos a seguir contemplam alguns dos critérios já definidos pelo Ministério do Turismo no CADASTUR. (MTUR, 2010f).

- O Thermas de Piratininga localiza-se no município de Piratininga-SP e tem a sua origem baseada na busca de petróleo em terras paulistas com a perfuração de um poço, na década de 1970, pela empresa Paulipetro, que encontrou águas quentes (40⁰ C) alcalinas similares às de Karlsbad na Alemanha.

Este complexo aquático está abrigado em uma área de 10 mil metros quadrados, com três piscinas de água quente e dez de água fria. O turismo local está em expansão, atraindo cada vez mais pessoas de todas as partes do país, fortalecendo a economia local e proporcionando desenvolvimento social e cultural para seus habitantes, para o município e para as cidades da região. (SANTOS, 2010).

- O complexo de lazer Magic City situado a apenas 60 quilômetros da capital paulista, no município de Suzano-SP, ocupa uma área de 300 mil metros quadrados, cercado pela Mata Atlântica, oferece atrações para todas as idades, tais como parque aquático, parque de diversões, esportes de aventura, fazendinha e pesqueiro.

O parque aquático utiliza cerca de três milhões de litros de água, possui piscinas adulto e infantil, piscinas recreativas, playground aquático, piscinas aquecidas, toboáguas e um *kamikaze* com 20 metros. (MAGICCITY, 2010).

- O Viva Parque se localiza no município de Jujutiba-SP e dista 45 minutos da capital São Paulo. O local possui 650.000 metros mil quadrados de área, sendo 110.000 de área urbanizada e o restante de Mata Atlântica preservadas, com completa infraestrutura e piscinas adequadas para atender público de todas as idades, além de uma piscina de ondas e seis toboáguas.

Para as pessoas que adoram um bom banho de piscina com o conforto das águas quentes, uma das piscinas possui água aquecida a 27⁰ C. (VIVA PARQUE, 2010).

- A Pousada e Thermas Rio Preto situa-se a dez minutos da cidade de São José do Rio Preto, e a uma distância em torno de 440 quilômetros da capital. Possui um complexo turístico, voltado para o Turismo de Saúde e balneário com águas oficialmente classificadas, conforme Código de Mineração no Decreto Lei nº 7.841/45, como "Água mineral fluoretada, vanádica, litinada e hipertermal na fonte" que chegam à superfície com temperatura superior a 42⁰ C. (POUSADA RIO PRETO, 2010).

- O município de Barretos-SP apresenta dois complexos de lazer aquático. O complexo turístico do Barretos Thermas Park, projetado com três torres na forma de ferradura, compreendendo 710 apartamentos, 2 centros de convenções, 805 vagas de estacionamento, 1 heliporto, perfazendo 120.000 metros quadrados de área para lazer.

Possui ainda cerca de 20 piscinas termais (total de 4.350 metros quadrados) alimentadas com águas subterrâneas com temperatura de 49°C provenientes de 1.000 metros de profundidade.

O projeto final deverá incluir nos seus atrativos: quadra poliesportiva, quadras de tênis, piscinas (baby, com duchas, infantil, com cascata, adulto, olímpica), saunas, *spa*, camas elásticas, *playground*, labirinto, rio bravo, cachoeira artificial, trilha ecológica, toboágua, *kamikase*, bar molhado, restaurantes, bares, *cyber café*, bar do *lobby*, sala de massagem, *fitness*, *shopping*, mata nativa e represa natural.

Cabe ressaltar que este empreendimento está em fase de construção e não sendo inaugurado até a realização deste levantamento. (BARRETOS THERMA PARK, 2010).

- O complexo do Barretos Country Hotel & Acquapark possui temática rural, ou seja, é considerado o primeiro *resort country* do Brasil.

É, portanto, um parque temático-aquático com motivos *countries*, mas, com várias outras opções, entre as quais uma piscina praia com duas cascatas ao fundo lembrando cachoeiras naturais, quatro piscinas com temas diferentes para cada uma, rio lento e cortina de água e três *spas* com hidromassagem. (BARRETOS HOTEL & ACQUAPARK, 2010).

No município de Ribeirão Preto-SP foram identificados dois complexos de lazer aquático sendo que um deles encontra-se atualmente fechado.

- O Splash Beach está localizado na rodovia que liga Ribeirão Preto-SP ao distrito de Bonfim Paulista, numa área de 113.740 metros quadrados e despendia no seu complexo seis milhões de metros cúbicos de água para atender um amplo número de atrações para todas as idades: dois toboáguas com curvas radicais com descida em bóia (individual ou com acompanhante) em uma espécie de *rafting* aquático.

Conta ainda com toboágua radical com 18 metros de altura, toboágua fechado (que faz girar, virar e cair em uma piscina de 3 metros de profundidade), um enorme pula-pula inflável em formato de bolha, onde as crianças escalam e escorregam para uma piscina de 90 centímetros de profundidade, uma piscina que simula um rio corrente

com percurso de 360 metros, um *playground* infantil com mini-toboáguas, cascatas para massagem e relaxamento, quadras de vôlei de praia e piscina de ondas de até 1,60 metro de altura.

O Parque foi projetado para receber diariamente cinco mil pessoas, confortavelmente, oferecendo 1.000 vagas fixas no estacionamento (carros) e mais 20 vagas para ônibus. Contudo, em dezembro de 2009 o complexo encerrou suas atividades e foi abandonado. (EPTV.COM, 2010).

- O Centro de Lazer Magic Gardens (Clube Parque) se encontra em Ribeirão Preto está localizado na área rural, a menos de 5 quilômetros do centro da cidade.

Possui uma área de 500 mil metros quadrados e conta com piscina de ondas com seu entorno ladeado por quiosques, piscinas de biribol, *play ground* com rampa aquática, piscina semiolímpica com duas pistas de toboágua, rio lento (em fase de construção) com mais de 450 metros de percurso no qual estão inseridas grutas.

Este espaço, caracterizado como um clube social está sendo construído por etapas, de acordo com a disponibilidade financeira e a aprovação dos sócios. (MAGIC GARDENS, 2010).

- O Água Viva Thermas Clube Hotel está localizado na cidade de Fernandópolis na região noroeste do Estado de São Paulo e foi um dos primeiros a entrar em funcionamento na década de 1980. Ao perfurar um poço na década de 1970 foram detectadas águas termais. (BORGHETTI; BORGHETTI; ROSA FILHO, 2004).

O Água Viva divide-se em clube, hotel e lavra que fornece dois terços da água consumida em Fernandópolis-SP.

O clube é dotado de três amplas piscinas, toboáguas, *tobobabys (toboáguas para crianças)*, quiosques com churrasqueiras, lanchonete e restaurante, quadras poliesportivas e mini-campos de futebol.

Os sócios do clube utilizam-se da infra-estrutura do parque mediante pagamento de mensalidades e o público em geral tem acesso mediante pagamento de ingresso, porém, sem livre acesso ao hotel. Em contra partida os hóspedes do hotel podem usufruir integralmente da infra-estrutura. As águas brotam de uma fonte natural, a uma temperatura de 59°C abastecendo suas cinco piscinas, sem sofrer agressão de metais pesados, pois são renovadas diariamente. (AGUA VIVA, 2010).

- O Blue Tree Park Lins Hotel está situado no oeste do Estado de São Paulo no município de Lins, a 455 quilômetros da capital.

A água mineral e termal do local foi descoberta em janeiro de 1960, quando foi feita perfuração para pesquisa de petróleo na região. Do poço artesiano jorrou água quente que hoje abastece as piscinas do complexo. A profundidade do poço é de 3.459 metros com vazão espontânea de 180.000 litros por hora, numa temperatura de 39,5° C.

A comprovação científica das propriedades terapêuticas dessas águas estão ratificadas por laudo do Instituto Adolfo Lutz, que destaca a sua alcalinidade (carbonatos:138 mg/L bicarbonato 66 mg/L) e pH 9,84 entre outros componentes. A água é considerada mineral, isotermal e alcalina bicarbonatada.

Este complexo aquático é denominado Praça das Águas com 2.800 metros quadrados de águas termais, bar molhado (bar localizado dentro da piscina) e piscina infantil com toboágua e escorregadores. O acesso só é permitido mediante a hospedagem no hotel. (BLUE TREE PARK LINS HOTEL, 2010).

- Em São José dos Campos – SP se localiza o complexo de lazer Clube Thermas do Vale e dentre as suas atrações destacam-se piscinas, rio lento que possui 350 metros de comprimento e 4 metros de largura e 1,30 de profundidade, com aproximadamente 1 milhão e 400 mil litros de água, toboágua com 4 pistas sendo a maior com 23 metros de altura. É necessário ser sócio para frequentá-lo. (THERMAS DO VALE, 2010).

- O complexo de lazer Thermas Water Park localizado na Estância Turística de São Pedro-SP, a 191 quilômetros da capital do estado, oferece pistas de toboáguas (em formatos de caracol ou retas, abertas ou fechadas, com e sem bóias e em queda livre), disco voador robotizado, parque aquático infantil, rampa de bóias, e toda a estrutura necessária para receber seus associados e visitantes. (THERMAS WATER PARK,2010).

- O parque aquático *Wet'n Wild (WW)* localizado na cidade de Itupeva, integra uma franquia norte americana, com diversas atrações envolvendo piscina de ondas, escorregadores coletivos, área para vôlei de praia, além de atrações exclusivas dos parques *Wet'n Wild (Mach Four, Hydramanic, Mammoth e Bubble Up)*. (RODRIGUES, A.,M., 2010).

Ressalte-se que a proximidade de um reservatório de água, zona de manancial, deve ter sido um determinante para a escolha do local, pois, segundo o próprio parque *WW*, utiliza-se de 6 milhões de litros de água espalhados por piscinas, brinquedos, banheiros e lanchonetes. (DI NAPOLI, 2009, p. 14).

O parque da cidade de Itupeva-SP ocupa uma área de 760.000 metros quadrados estando localizado a cerca de 70 quilômetros da cidade de São Paulo e 20 quilômetros de Campinas, localização estratégica dada a grande densidade populacional urbana de alto poder aquisitivo compreendida num raio de 100/150 quilômetros. Com capacidade para receber 12 mil pessoas por dia, além de contar.

O parque utiliza 6 milhões de litros de água espalhados por piscinas, brinquedos, banheiros e lanchonetes e seu abastecimento é feito por dois poços profundos, mostrando que a escolha do local para a construção do empreendimento está relacionada a um grande manancial de águas, afirma Di Napoli (2010)

Conta com dez atrações, tais como piscina de 2.400 metros quadrados (5 tipos de ondas de até 1,20m de altura), rio de correnteza com 320 metros de comprimento, dois toboáguas com 18 metros de altura e 70 graus de inclinação.

Conta com dois toboáguas, que fazem curvas em formato de serpentina e descem de uma altura que equivale a um prédio de 6 andares com 60 metros de comprimento, toboágua com uma bacia gigante que desce de uma altura de 15 metros (com curvas e quedas), pula-pula inflável (onde crianças de até treze anos escalam e escorregam, caindo numa piscina com 1 metro de profundidade).

Possui um espaço repleto de mini toboáguas, brinquedo no qual o visitante é lançado por jatos d'água, passa por rodaminho e cai num funil que desemboca numa piscina. Para manter o parque, nos dias em que é fechado ao público, conta com 100 funcionários e em dias de operação este número ultrapassa 800. Este espaço de lazer aquático por sua complexidade tem passado por inúmeras pesquisas científicas de todas as áreas das ciências.

- O complexo de lazer Parque Aquático Triângulo Azul, está localizado a apenas 46 quilômetros da capital São Paulo, no município de São Lourenço da Serra-SP. Possui um conjunto de 11 piscinas e localiza-se em uma área de 200 mil metros

quadrados de Mata Atlântica, compreendendo: cachoeira, lago para pesca, trilhas, bosques, e quiosques com churrasqueiras.

Este empreendimento está fechado para reformas, pois será adaptado para receber eventos relacionados à Copa do Mundo a ser realizada no Brasil, em 2014. (TRIANGULOAZUL, 2010).

- O Plêiades Aquático e Campo está localizado na cidade de São Paulo às margens da rodovia Fernão Dias, Zona Norte da cidade de São Paulo e é rodeado pela Serra da Cantareira. Possui seis piscinas, uma delas com 2.000 metros quadrados, um mini parque aquático para o público infantil, quatro toboáguas, cachoeira artificial e diversas outras atrações destinadas às famílias.

Sobre este parque não foi possível identificar a origem das suas águas. Para usufruir de suas atrações é necessário ser sócio, hóspede ou mediante pagamento de ingresso com convite de um sócio. (CLUBEPLIEADES, 2010).

- O parque Vale Encantado se localiza na cidade de Biritiba Mirim na região do Alto Tietê à apenas 70 quilômetros da cidade de São Paulo.

Em uma área de 01 milhão e meio de metros quadrados, possui uma diversidade de atrações, tais como grutas, nascentes, árvores nativas e exóticas, flores e pássaros que compõem um local de preservação da Mata Atlântica.

Possui um conjunto de sete piscinas, para adultos e crianças e, ainda uma piscina oval aquecida com temperatura em torno de 25° C, com profundidade de aproximadamente 1,30m. Possui hotel, chalés e área para camping e a infra-estrutura é complexa e atende a todas as faixas etárias. (VALEENCANTADO,2010).

O município de Águas de Lindóia está situado a 180 quilômetros de São Paulo, a 8 quilômetros da divisa com Minas Gerais, possuindo dois complexos de lazer com o uso das águas termais que foram localizadas pelos tropeiros de século XIX.

- Um dos complexos é denominado Balneário Municipal Dr. João de Aguiar Pupo conhecido como Balneário Municipal de Águas de Lindóia e possui as águas das fontes São Roque, Santa Filomena, Glória, Madame Currie e Beleza.

As águas da fonte São Roque que abastecem o balneário possuem propriedades minerais, como: ologomineral, toriativa e hipotermal. O balneário oferece banho de imersão e de espuma, sauna completa úmida e seca, ducha escocesa, *stanger bad*

(corrente galvânica), forno de *beer*, inalação, massagens, tratamentos de saúde com infravermelho e ultravioleta, piscinas sendo que uma delas com água mineral à temperatura de 26° C, além de plantões médicos seguindo padrões internacionais de atendimento. (AGUAS DE LINDOIA, 2010).

- As *Thermas Water Park* (*Thermas Regionais de Águas de Lindóia*) estão localizadas, a 15 minutos do centro da cidade, na estrada que liga o município a Monte Sião-MG. Possui um conjunto de piscinas para as mais diversas faixas etárias com diferentes níveis de profundidade, chafariz central, baleia gigante, rampas e canais para bóias e o Castelo Encantado para o público infantil com vários chafarizes e canais para a diversão com bóias.

Entre suas atrações incluem-se ainda várias pistas de toboáguas, *playground* infantil, ponte pênsil, campo de areia, lago para pesca esportiva, Ilha do Pirata (complexo de lazer temático no meio de um lago) e infra-estrutura de alimentação. (THERMAS WATER PARK, 2010).

- O Hotel Estância Barra Bonita está localizado a 3 quilômetros da cidade de Barra Bonita. O parque aquático Atlantis (situado nas dependências do hotel), possui 10 piscinas, sendo uma delas aquecida, *hidrospas*, toboáguas, tobogã radical, bar aquático conhecido em outros parques como bar molhado e piscinas de biribol, chalés para hospedagem, centro de eventos, quadras e campos para esportes.

Todo esse complexo está distribuído em 450.000 metros quadrados. O acesso ao parque aquático é possível com a hospedagem no hotel. (HOTEL ESTANCIA BARRA BONITA, 2010).

- O Castelo Park Aquático está localizado no município de Cesário Lange, a 6 quilômetros da rodovia Castelo Branco.

Este complexo de lazer ocupa uma área de 30 mil metros quadrados com as seguintes atrações: rio lento com correnteza artificial que utiliza 600 mil litros de água, dois toboáguas um com 50 metros de pista e outro com 80 metros (dois *lups*) com destino a uma piscina, um *Half Pipe* (espécie de rampa com água para descer com ou sem auxílio de bóia), piscina com cachoeira, duas piscinas para uso infantil interligadas com mini-toboágua. (CASTELO PARK AQUÁTICO, 2010).

- O Parque Aquático Thermas dos Laranjais da cidade de Olímpia-SP, que será objeto de uma descrição detalhada no tópico 4.1 vem somar-se aos parques aquáticos anteriores, totalizando 21 empreendimentos no Estado de São Paulo.

A comparação deste inventário com o cadastro dos empreendimentos denominados Parques Aquáticos pelo CADASTUR permite apresentar as seguintes questões:

Do total de 21 parques, somente dois parques possuem os critérios mínimos indicados pelo sistema CADASTUR no que tange à área (10 mil e 30 mil metros quadrados). MTUR (2010f).

Porém, vários parques aquáticos apresentam áreas muito superiores ao intervalo estabelecido pelo CADASTUR: quatro parques possuem área entre 100 mil e 200 mil metros quadrados de área, cinco entre 300 mil e 760 mil metros quadrados e um com área de 1 milhão e meio de metros quadrados de área total.

Observa-se que não há um padrão para os parques nos dados referentes às áreas; o intervalo estabelecido pelo sistema CADASTUR foi adaptado aos valores de área que já existiam.

Quando se analisa o volume de água utilizada pelos parques aquáticos é possível observar que há parques que utilizam entre 450 mil litros a 6 milhões de litros de água em suas dependências. Quando do cadastro no sistema implantado o parque precisa informar a quantidade de água utilizada no empreendimento essa informação é obrigatória para o preenchimento do formulário de cadastro.

Parte-se do pressuposto que o não cadastramento dos parques aquáticos no CADASTUR se dá pela não obrigatoriedade desse cadastro para a operacionalização e funcionamento do empreendimento e da falta de conscientização dos empreendedores. MTUR (2010f).

Há a necessidade de se conhecer os atrativos turísticos ofertados no país e quando um país não conhece a sua oferta turística, não há como oferecer esses atrativos nas divulgações oficiais nacionais e internacionais que são realizadas e nem como realizar fiscalização sobre esses empreendimentos.

Um resumo dos empreendimentos aquáticos do estado de São Paulo, com localização e nome fantasia está apresentado no Quadro 2, que reúne todas as informações desses empreendimentos e, portanto, complementar o que já se apresentou nos procedimentos metodológicos.

INDICE	CIDADE	NOME DO PARQUE	LOCALIZAÇÃO
A	Piratinga	Thermas de Piratinga www.thermasdepiratinga.com.br/	Rod Elias Miguel Maluf, Km 01 – Piratinga/SP (14) 3265 9100
B	Suzano	Magiccity www.magiccity.com.br	Estrada do Pavoeiro-Rodovia Índio Tibiriça, Km 5 8,5 (11) 4746 5800
C	São José do Rio Preto	Pousada e Thermas Rio Preto www.pousadariopreto.com.br/	Rodovia BR 153 Km 49 - São José do Rio Preto. Reservas: (11) 3107-3501 (17) 3225-5031 (17) 3224-4846
D	Juquitiba	Viva Parque www.desigual.com.br	Rodovia Regis Bittencourt Km 319, Estrada do Jacuba, 2011 - Jardim das Palmeiras, Juquitiba – Tel:(11) 4683 2083
E	Olimpia	Thermas dos Laranjais www.thermas.com.br	Av. do Folclore, 1543 – 15400-000Olimpia - SP Fone: (17) 3279 3500
F	Barretos	Barretos Country Hotel – AcquaPark www.barretoscountrypark.com.br	Via Pedro Vicentini, nº 111 Jardim Aeroporto – (17) 3321 2323
G	Barretos	Barretos Thermas Park(a ser inaugurado) www.barretosthermaspark.catenaecastro.com	No complexo do Par que do Peão “Berrantão
H	Ribeirão Preto	Splash Parque* Fechado	Estrada Ribeirão Preto-Bonfim Paulista
I	Ribeirão Preto	Magic Gardens www.magicgardens.com.br	Av: Jornalista Antonio Carlos Pinho Santana, 2501 - Jd. Alexandre Balbo 14066-220 - Ribeirão Preto (16) 3639-1177
J	Fernandópolis	Água Viva Thermas Clube Hotel www.aguaviva.tur.br/	Rodovia Pref. João Carlos Stuqui, km2 - Fernandópolis – SP (17) 3465-0400
K	Lins	Blue Tree Park Lins www.bluetree.com.br	Rodovia Marechal Rondon, Km 443 - CEP: 16400-970 - Lins - SP Tel.: 55 (14) 3533 6300
L	São José dos Campos	Club Thermas do Vale www.thermasdovale.com.br	Av. Lineu de Moura, 205 - Vale dos Pinheiros - Tel.:(12) 2136-8888 - São José dos Campos-SP
M	São Pedro	Thermas Water Park www.thermasnet.com.br	Rodovia SP 304 - Km 189 - Fazenda Limoeiro, s/nº - Águas de São Pedro (19) 3181 2111
N	Itupeva	Wet'n Wild www.wetnwild.com.br	Rodovia dos Bandeirantes, km 72 – (11) 4496 8000
O	São Lourenço da Serra	Parque Aquático Triângulo Azul www.trianguloazul.com.br/	Rodovia Regis Bittencourt, Km 301 – (11) 4686 1450
P	São Paulo	Clube Plêiades Parque Aquático www.clubepleiades.com.br	Rodovia Fernão Dias - São Paulo (11) 2147 9999
Q	Biritiba Mirim	Vale Encantado www.valeencantado.com.br	Estrada do Sertãozinho, km 06 – Biritiba Mirim – SP – 08940-000 (11) 4692 1094 / 4692 2905
R	Águas de Lindóia	Balneario Municipal de Águas de Lindóia www.balnearioaguasdelindoiacom.br	Praça Dr. Francisco Tozzi, 1 – Águas de Lindóia – (19) 3824 1435 / 3824 3194
S	Águas de Lindóia	Thermas Water park ou Thermas Regionais de Águas de Lindóia http://www.thermaswaterpark.com.br	(19) 3824-1344
T	Barra Bonita	Hotel Estância Barra Bonita Park Aquático Atlantis www.barrabonita.com.br	Rua João da Silva Nogueira, 2700 - CEP: 17340-000 - Barra Bonita – (11) 5051 8111 – (14) 3604 1400
U	Cesário Lange	Castelo Park Aquático www.casteloparkaquatico.com.br	Localizado às margens da Rodovia SP 143 - Km 3,5, que liga Cesário Lange a Pereiras, à 6 Km da Castelo Branco

Quadro 2 Parques Aquáticos Localizados no Estado de São Paulo

Fonte: elaborado pela autora, 2010

A distribuição geográfica dos parques inventariados indica que 8 parques estão localizados no entorno da grande São Paulo onde se localizam 39 municípios, ou seja, 40% na região densamente povoada com uma população que gira em torno de 20 milhões de habitantes.

Sugerindo algumas causas para a implantação desses empreendimentos nessa região, tais como fácil acesso com rodovias em excelente estado de conservação, como: Anhanguera, Bandeirantes, Washington Luis, Castelo Branco.

Com um clima propício para este tipo de atividade, ou seja, clima tropical com duas estações bem definidas.

Uma renda per capita que atinge cerca de 12.000 dólares proporcionando um maior poder de compra da sua população. Esses fatores somados implicam numa maior busca por atividades de lazer.

Na Figura 6 pode ser identificada a localização dos parques aquáticos no mapa do Estado de São Paulo.

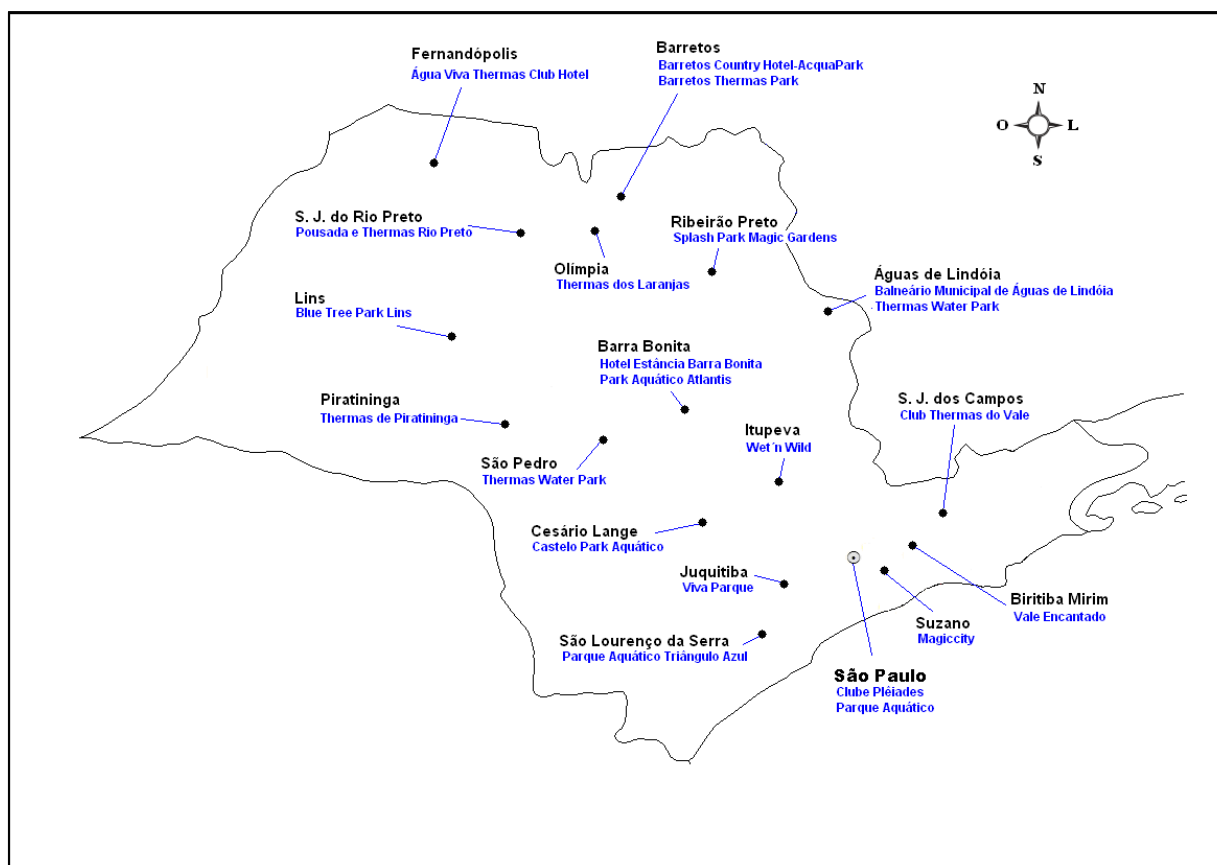


Figura 6 Localização dos Parques Aquáticos do Estado de São Paulo

Fonte: modificado de <http://www.mapas-sp.com/sp-rodoviario.htm> (pela autora, 2010)

Oito parques aquáticos estão situados entre a região norte e noroeste do Estado de São Paulo, esses parques foram instalados em função dos poços profundos já estarem abertos na busca de petróleo (não encontrado na época).

Conforme Borghetti; Borghetti; Rosa Filho (2004) é provável que esses poços agora explorem água que, provavelmente, pode ser oriunda do Aquífero Guarani que é fonte de águas termais de grande vazão em função da localização dos mesmos.

Ao inventariar os parques aquáticos no Estado de São Paulo foi possível identificar um número considerável de empreendimentos que possibilitam além do lazer o desenvolvimento local e, quiçá regional, como é o caso do parque de Olímpia-SP.

Os sistemas de cadastros têm função regulamentadora dos parques por parte do governo e é um instrumento muito importante para o turismo – já que visa à proteção do consumidor – pois desempenha o papel de regulamentar as preocupações quanto aos aspectos dos recursos ambientais e culturais. Assim, algumas regulamentações quanto aos parques aquáticos poderiam ser relacionadas à capacidade de carga e ao volume de água utilizada nesses atrativos. (OMT, 2003).

As organizações turísticas, as empresas, os destinos turísticos, juntamente com o governo local enfrentam diversos desafios, mas é preciso preparar-se para o desafio do planejamento turístico. O processo de planejamento por ora discutido diz respeito aquele que garantirá o desenvolvimento turístico sustentável, que respeita as populações locais, gerando empregos adequados a sua comunidade, mantenha o ambiente natural e proporcione qualidade para o turista. (OMT, 2003).

Esta pesquisa sinaliza o quão importante é o setor de parques temáticos, especificamente os parques aquáticos que vão se inserindo nas mais diversas regiões do estado de São Paulo, sem que seja realizado um estudo aprofundado da sua capacidade de acolhida, de funcionamento, dos seus impactos ambientais e sociais e de sua capacidade de movimentação da economia.

Nota-se assim, que o turismo vem se tornando uma atividade com grande capacidade de desenvolvimento socioeconômico e com um significativo poder de redistribuição de renda pelas diversas regiões do Estado de São Paulo. E “o turismo no Estado de São Paulo caracteriza-se pela atuação individualizada de cada município e seus problemas conseqüentes, que tem como maior prejudicado o turista ou o visitante”. (PELIZZER, 2004, p.47)

Com a implantação da Regionalização do Turismo pelo Ministério do Turismo o segmento turístico juntamente com o poder público começa a repensar e a planejar o turismo de forma regionalizada. Porém, no Estado de São Paulo esse processo ainda encontra-se em fase de discussão nas regiões turísticas. MTUR (2010c).

Apesar dos benefícios que qualquer atividade turística oferece para a localidade onde se desenvolve, o seu crescimento desordenado pode provocar efeito maléfico na comunidade onde ele é implantado. As alterações do meio ambiente pelo homem transcendem os impactos derivados da exploração da natureza pelo turismo.

O ambiente é território, uma mescla de natural e de artificial, uma humanização da natureza e uma naturalização do homem. E é nesse contexto global de meio ambiente que atividade turística se desenvolve, porque se apropria de certos espaços, como território. O principal objeto de consumo do turismo é o espaço (...) é uma lógica que a atividade turística ocasiona impactos sejam eles positivos ou negativos ao meio ambiente. (ALMEIDA *apud* DÁVILA 2005, p.62)

As questões ambientais fundamentais resumem-se em cinco elementos, como o aquecimento do planeta, a destruição da camada de ozônio, a chuva ácida, a destruição e poluição dos recursos do solo e principalmente a destruição e poluição dos recursos hídricos.

Até o presente momento a exploração turística dos recursos naturais ainda não atraiu protestos das organizações que resguardam o meio ambiente como ocorre em outras atividades econômicas. Mesmo assim o turismo ainda é visto como uma atividade importante para assegurar a qualidade de vida da população. (IGNARRA, 2003).

Porém, esses parques aquáticos empregam como sua principal atração a água através da hibridização e há uma preocupação crescente com o esgotamento dos recursos hídricos.

Em alguns empreendimentos pesquisados foi possível identificar a utilização de grande quantidade de água como exemplo um parque que emprega nos atrativos do parque em torno de 3 milhões de litros de água e não há política pública de monitoramento e reuso dessas águas.

Durante muito tempo a atividade turística foi se desenvolvendo independentemente dos órgãos públicos, contando muitas vezes somente com a vontade

das empresas do setor de turismo. Porém, a partir da implantação do Ministério do Turismo essa atividade passa a ser planejada à longo prazo e com a exigência do cadastro o setor passa pela regulamentação. Importa salientar que essa não é uma realidade diferente para os parques aquáticos já que o CADASTUR surgiu recentemente para se conhecer o perfil dos serviços turísticos. MTUR (2010f).

Até o presente momento o cadastro não tem apresentado resultados eficientes em relação aos seus objetivos iniciais. Pois, o sistema objetivava ao turista o acesso aos serviços turísticos disponíveis, possibilitando, também, um maior controle de qualidade e quantidade dos prestadores de serviços, contribuindo assim para a formalização do setor turístico. MTUR (2010f).

Ao levantar somente dois parques aquáticos pelo sistema CADASTUR no Estado de São Paulo o turista acaba por não conhecer a oferta turística à disposição e ao mesmo tempo outras ferramentas não oficiais estão disponíveis para o turista.

O sistema de cadastro cuja organização envolveu um grande aporte financeiro não cumpre efetivamente o seu papel de disponibilizar informações seguras acerca dos parques. MTUR (2010f).

Com fim de aclarar o assunto até aqui apresentado Salomão (2000), comenta que na medida em que se conhece o sistema turístico do país, é possível inferir que a implantação de políticas públicas e de investimentos em equipamentos, instalações e facilidades para fins turísticos (rodovias conservadas, aeroportos adequados, qualificar a mão-de-obra entre outros) são algumas das medidas necessárias para o desenvolvimento desta área para a cadeia produtiva do turismo.

Dessa forma um número considerável de parques aquáticos estão localizados entorno da região metropolitana da cidade de São Paulo e com um adensamento na região norte do estado.

4.1 Análise e caracterização do Parque Aquático Thermas dos Laranjais

O Parque Aquático Thermas dos Laranjais é atrativo turístico que possui a capacidade, enquanto atividade turística, de fomentar o desenvolvimento sócio-econômico e agregar serviços de lazer para a população autóctone e para os visitantes e turistas.

Esta concepção de um atrativo turístico é definida por Ignarra (2003) como um Produto Turístico - conjunto de serviços que existe em razão de um atrativo.

Para Fonteles (2004) o parque aquático apresentado nesta análise é considerado um não-lugar e um atrativo artificial, características de um novo espaço construído a partir da não identidade e do não reconhecimento, pois foi fabricado pelo Homem sem levar em consideração a cultura local.

Com os parques temáticos, o consumo do espaço voltado ao lazer se especializa, é programado e procura individualizar o consumidor, abastecendo-o através do consumo dirigido, agora sobre uma temática, que visa transportar os indivíduos ao imaginário, ao modelo de fantasia almejado. O imaginário, que era estimulado para o consumo das mercadorias, agora ele mesmo se tornou uma mercadoria. A cidade, inspiração desses lugares, cumpre sua missão de transformar a matéria em símbolo. (PADOVANI, 2011, p.179)

A área em que se encontra o objeto de estudo deste tópico compreende o município de Olímpia no Estado de São Paulo. Situado na Meso-região da Alta e Média Araraquarense e na micro-região Turvo-Grande, com área de 831 quilômetros quadrados, é limitado ao norte pelos municípios de Altair e Guaraci, ao sul, por Tabapuã e Cajobi, a leste por Barretos e Severínia e a oeste por Guapiaçú e Uchoa.

A sede Municipal, situada a 506 metros de altitude, tem sua posição geográfica determinada pelo paralelo de 20°45'15", latitude sul, em sua interseção com o meridiano 48°54'38" de longitude oeste.

O município é formado pelos distritos de Baguaçú e Ribeiro dos Santos com uma população de cerca de 50 mil habitantes. A sua economia está baseada na agroindústria (cana de açúcar), comércio e prestação de serviços, embora tenha tido dois outros ciclos econômicos: café e laranja. (IBGE, 2010).

O turismo cultural, de saúde e lazer vem se destacando no município desde a criação do Festival do Folclore, na década de 1950.

Festival este é reconhecido como o maior do Brasil, no gênero, notabilizando-se por preservar e celebrar espetacularmente a cultura brasileira reunindo grupos folclóricos e parafolclóricos provenientes de diversos pontos do país em meio a outras atividades paralelas. O festival acontece na Praça das Atividades Folclóricas “Prof. José Sant’anna”, onde se realiza, recebe a visita de mais de duzentas mil pessoas, oriundas de

diversas partes do Brasil, e inclusive do exterior, dentre turistas, estudantes, pesquisadores e estudiosos do assunto.

E o desenvolvimento do turismo de lazer pela implantação do parque aquático Thermas dos Laranjais, que possibilitou o desenvolvimento da cidade de Olímpia e daqueles municípios em seu entorno, por propiciar os serviços exigidos pelos turistas e visitantes, tais como: hotéis, pousadas, restaurantes, bares e agências receptivas empregando um grande número de autóctones.

Relacionadas às cidades localizadas na região, é necessário destacar a vital importância para o desenvolvimento do turismo em Olímpia, os municípios de Ribeirão Preto (135 Km) e São José do Rio Preto (35 Km) dotados de aeroportos para os vôos fretados, além de Barretos (que abriga um dos maiores eventos da região), Bebedouro e Catanduva localizadas a cerca de 50 Km de Olímpia, somando quase um milhão de pessoas, que vivem na região, a uma distância média de 100 Km.

Como salientado por Chon; Sparrowe (2003) esse tipo de empreendimento obtém reconhecimento como atrativo turístico quando localizado próximo do local de residência dos visitantes como é o caso desse parque.

O parque aquático é um complexo de entretenimento formado por piscinas, brinquedos aquáticos nacionais e desenhados e construídos por uma equipe de engenharia, com infraestrutura adequada para alimentação, lazer e recreação.

Foi criado em 10 de dezembro de 1984, na sede da Associação Comercial e Industrial de Olímpia. Nesta ocasião, estiveram presentes 65 pessoas e, destas, as que se tornaram sócias ganharam a condição de Sócios Fundadores e Conselheiros Vitalícios. Porém, a construção do empreendimento foi iniciada somente no ano seguinte e oficialmente inaugurado em 1987.

O parque aquático foi, primeiramente, denominado Clube Dr. Antonio Augusto Reis Neves e a sua idealização creditada ao empresariado local que acreditava que a cidade poderia ter um clube de águas termais, em virtude da existência de um poço profundo, que aflorava águas quentes e que durante muito tempo ficou inativo. Poço este que foi perfurado pela Petrobras na tentativa frustrada de localizar petróleo.

Na época da fundação do clube o proprietário das terras consentiu que os dutos de água atravessassem sua propriedade e a água fosse conduzida até o local de construção do clube.

Este empreendimento foi construído em uma área estratégica, próximo ao Ribeirão Olhos D'Água e, na fase inicial, em somente dois alqueires cedidos pelo

proprietário. Porém, no decorrer do tempo, a área foi acrescida pela compra de área do mesmo proprietário. Atualmente a área possui cerca de 16 alqueires, correspondentes a 380 mil metros quadrados.

Assim em todo o complexo visualiza-se a presença marcante do paisagismo apresentando como elemento principal as palmeiras, dando a idéia para o visitante se localizar em uma região litorânea. Contudo, num olhar mais aprofundado sobre a arquitetura desses atrativos, observa-se uma desumanização, ou seja, uma valorização de atributos das regiões litorâneas e dos centros urbanos com uma supervalorização do consumo em todo o complexo (LUCHIARI, 2000).

Os parques aquáticos apresentam um padrão arquitetônico semelhantes entre si. Portanto, neste quesito os parques não buscam inovações ou diferenciações entre eles.

Na Figura 7 é possível visualizar a estrutura atual deste complexo que será apresentado na integra no Quadro 3. O local utiliza uma grande quantidade de água nas suas atrações provenientes de captação subterrânea. Do lado esquerdo, o rio Ribeirão Olhos D'Água que não faz parte do complexo. Nota-se que este parque dá ênfase ao paisagismo da mesma forma que em outros parques.



Figura 7. Vista Aérea de Parte do Parque Aquático Thermas Dos Laranjais

Fonte: <http://www.termas.com.br/fotos>

Com base nas pesquisas atualmente o empreendimento parque aquático Thermas dos Laranjais possui dois poços profundos para o suprimento das águas em seu complexo.

Sendo que o primeiro poço foi perfurado no início da década de 1980 pela Petrobras na expectativa de encontrar petróleo e localiza-se a cerca de três quilômetros do empreendimento. Como não foi encontrado petróleo, o poço foi fechado e alguns anos depois reaproveitado pelo parque aquático.

Esse poço apresenta as seguintes características: 1.200 metros de profundidade, vazão de 150 mil litros por hora, e temperatura da água em torno de 43° C. Como na época de sua perfuração o poço não foi encamisado, o que provocou desmoronamento, foi necessário a sua reestruturação. (GAZETAOLIMPIA, 2010).

De acordo com Rebouças *apud* Bruna (2006) na Carta de Águas Doces do Brasil, as águas subterrâneas são patrimônios nacionais e quem vem sendo apropriadas pelos setores econômicos dominantes, ainda estão desprotegidas juridicamente e institucionalmente, tanto no nível federal, estadual e municipal.

Falta fiscalização e controle, pois poços mal construídos ou abandonados, sem qualquer medida de proteção constituem os principais focos de poluição do manancial subterrâneo no meio urbano, enquanto no meio rural, os riscos são gerados principalmente, pelo uso intensivo e desordenado de insumos químicos na agricultura.

No Brasil as águas subterrâneas foram, por muito tempo, consideradas uma extensão do terreno, podendo ser naturalmente apropriada pelos proprietários do solo. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF 88) a dominialidade das águas subterrâneas passa para domínio público. E o dispositivo sobre águas subterrâneas do Código de Águas, faz com que os Estados sejam os gestores dessas águas. (FREITAS, 2007, pg.145).

Dessa forma baseando-se na questão da proteção dos mananciais subterrâneos o Departamento Nacional de Proteção Mineral, do Ministério das Minas e Energia (DNPM) em fiscalização da outorga cita no informe repassado a Diretoria do parque que o poço citado foi perfurado pela Petrobras e hoje pertence à Agência Nacional do Petróleo –ANP.

Porém, o Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE – do Estado de São Paulo afirma que os recursos hídricos (águas superficiais e subterrâneas) constituem-se em bens públicos que toda pessoa física ou jurídica tem direito ao acesso e utilização, cabendo ao Poder Público a sua administração e controle. (DAEE, 2011).

Qualquer pessoa que quiser utilizar as águas de um rio, lago ou mesmo as águas subterrâneas, terá que solicitar uma autorização, concessão ou licença - Outorga - ao poder público e a outorga de uso ou interferência desses recursos hídricos será facultado ao outorgado fazer uso das águas por tempo determinado, com finalidade específica e em condição expressa no respectivo ato.

No Estado de São Paulo cabe ao DAEE o poder outorgante, por intermédio do Decreto 41.258, de 31/10/96, de acordo com o artigo 7º das disposições transitórias da Lei 7.663/91.

O parque, objeto de estudo, em agosto de 2009, estava com todas as atividades concentradas nos preparativos para a recepção de um número considerável de usuários. Porém, recebeu os fiscais do DNPM, que diante de irregularidades, lacraram os poços de águas profundas alegando que operavam sem autorização da União e assim estavam na ilegalidade, prejudicando a visita no complexo durante o período do evento. (GAZETAOLIMPIA, 2010).

As justificativas apresentadas davam conta que o empreendimento não possuía licença para a extração da água mineral, e que não havia nenhum processo no DNPM, órgão que regulariza a extração mineral no país. Portanto, como a água é um bem da União, os parques prescindem de outorga para a utilização das águas subterrâneas.

Porém, a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 20, inciso IX define que os recursos minerais, inclusive os do subsolo, são bens de uso comum do povo, sob gestão do poder público federal.

A pesquisa de lavra de água mineral e potável de mesa para consumo humano, bem como destinada a fins balneários, far-se-á pelos Regimes de Autorização de Pesquisa e de Concessão de Lavra, conforme previstos no Código de Mineração, bem como no Código de Águas Minerais, respectivos regulamentos e legislações correlatas complementares. Compete privativamente ao Governo Federal conforme previsto no artigo 22, inciso XII da Constituição Federal, tratando-se de águas termais, e expedir a competente licença de pesquisa de lavras deverá ser pelo DNPM.

Contudo, a diretoria do parque comunicou que possuía autorização estadual através da Lei Estadual Nº 6.134/68 que dispõe sobre a preservação dos depósitos naturais de águas subterrâneas do Estado de São Paulo. (DAEE, 2011).

Apresenta-se dessa forma uma incongruência entre os órgãos fiscalizadores das águas subterrâneas.

O parque aquático Thermas dos Laranjais neste período precisou ficar fechado até a regularização do processo de extração mineral. Contudo, o local no período de agosto a novembro de 2009 funcionou mesmo sem seu principal atrativo que são as águas termais com redução dos valores dos ingressos.

É importante destacar que a questão da exploração excessiva das águas subterrâneas, para atividades relacionadas com o turismo, não é exclusividade de Olímpia.

[...]das águas minerais explotadas em Cachoeira Dourada para balneabilidade e das águas minerais normalmente utilizadas para o consumo humano têm se que, em média, as águas minerais explotadas em Cachoeira Dourada apresentam 100 vezes maior quantidade de sais do que as águas minerais normalmente utilizadas para envase e, conseqüentemente, para consumo humano.(RODRIGUES, 2009, p.178)

O complexo de lazer não apresenta nenhuma responsabilidade no uso das águas subterrâneas para o seu abastecimento. A água utilizada é descartada sem qualquer tipo de tratamento e, ainda, em local impróprio. Estas águas poderiam ser utilizadas para outras finalidades mediante tratamento adequado. Desta forma o parque estaria em consonância com o que outros parques já praticam e também com as práticas mundiais de responsabilidade social.

Percebe-se, portanto, certo descaso, pelo menos aparente, do Poder Público e da sociedade em geral quanto à proteção das águas subterrâneas. (FREITAS, 2003, p.230). E que entre os motivos para o descaso, em primeiro lugar há uma demora na percepção da contaminação de um aquífero, considera-se que este é extremamente lento podendo levar anos ou décadas para que se possa detectar o real impacto de uma atividade que polua.

A Lei Municipal - nº 1.858/87 estabelece as condições de uso da água excedente dos poços do parque aquático para o abastecimento humano da população olimpiense através dos serviços do Departamento de Água e Esgoto de Olímpia - Daemo. Contudo, não foram apresentadas iniciativas em reaproveitar esse excedente que gira em torno de 200 a 300 mil litros de água por hora para o abastecimento da comunidade local. Além do poço da Petrobras, o parque ainda perfurou outro por conta própria. (GAZETADEOLIMPIA, 2010).

Este segundo poço foi perfurado no ano de 2003, dentro do próprio parque, com 1350 metros de profundidade, vazão de 250 mil litros por hora e temperatura de 44°C,

na saída da água. Desta vazão, contudo, são utilizados apenas em torno de 180 mil litros de água por hora e o restante é considerado reserva de contingências. (THERMAS DOS LARANJAIS, 2010).

“Além dos dois poços profundos de águas termais, o clube de Olímpia possui alguns poços semi-artesianos perfurados, mas são insuficientes para atender a demanda do parque aquático” (GAZETADEOLIMPIA, 2010).

Clube Thermas dos Laranjais “joga fora”, a cada hora, nada menos que 200 mil a 300 mil litros de água mineral, produzidos pelos poços profundos que abastecem suas piscinas e outros equipamentos aquáticos. Esta água deveria estar sendo usada pelo setor de abastecimento da cidade, que, no entanto, ainda não adotou esta medida. O diretor do Daemo, Walter José Trindade, diz apenas que há “vontade política” para fazê-lo. Este volume de água jogado no Olhos D’Água diariamente equivale a 50% até 66,6% do que é captado pelo Daemo no mesmo período, para servir à população. (GAZETADEOLIMPIA, 2010).

Independentemente da utilização das águas do parque serem consideradas minerais ou não. Conforme Thermas dos Laranjais (2010) essas águas possuem as seguintes propriedades químicas com presença em proporções variáveis, nas diferentes fontes, as seguintes substâncias: sulfato de cálcio, cloreto de sódio e de magnésio, bicarbonato de cálcio, magnésio e potássio, fosfato de potássio e sílica.

As propriedades físico-químicas aliadas aos sais minerais dissolvidos na água influenciam o trabalho glandular em geral, o funcionamento intestinal, a circulação arterial venosa, linfática e a diurese (THERMAS DOS LARANJAIS, 2010).

Para Thermas dos Laranjais (2010) em relação às propriedades físicas das águas, no site oficial do parque são destacadas as seguintes informações:

Termalidade: O termo é conhecido por águas com temperatura acima do normal. As águas do parque aquático Thermas dos Laranjais são hiper-termais, ou seja, com temperaturas entre 42° e 43° C. Esta propriedade confere a estas águas efeitos anti-estresse, relaxamento muscular, analgésico e sedativo, compensando reumatismo, dores articulares e musculares.

Radioatividade: A radioatividade das águas das Thermas dos Laranjais é proveniente das emanações dos gases, desaparecendo rapidamente devido à exposição à temperatura e ao ambiente. A radioatividade tem efeito terapêutico na estimulação celular, sedativa do sistema nervoso, cicatrizante, vaso dilatador e hipotensivo.

Ressalta-se que o principal atrativo do parque aquático ainda são suas águas. Para Freitas (2007) o Brasil possui legislação própria para os recursos naturais e também para a substância água, assim qualquer empreendimento que se utilizar desses recursos precisa legalizar a situação através de outorgas.

No setor turístico Ferreti (2002) afirma que a preservação dos recursos naturais é necessária e nenhum projeto turístico sobreviverá, caso esses recursos ambientais estejam degradados ou em vias de extinção.

Contudo, de acordo com Bruna (2004), persiste a questão do monitoramento, do controle e da fiscalização desses empreendimentos, em específico dos parques aquáticos, que se transformam em empreendimentos rentáveis, necessitando aumentar sua responsabilidade sócio-ambiental, visando ao desenvolvimento sustentável do meio ambiente da sua região.

A piscina de ondas, cujo acesso é somente mediante o uso da bóia, apresentada na Figura 8, está disponível para as mais diversas faixas etárias e no seu entorno possui praia de areia (higienizada), salva vidas, aspectos esses indicados pelo CADASTUR. As ondas entram em funcionamento mediante sirene acionada, impedindo assim que algum usuário esteja desprevenido e evitando acidentes.



Figura 8. Uma Visão da Piscina de Ondas

Fonte: <http://www.termas.com.br/fotos>

Para a população que reside no interior do estado a piscina de ondas é uma das maiores atrações, pois, faz o visitante sentir-se à beira mar.

A infraestrutura e o paisagismo apresentam-se no local como elementos para levar o visitante a sentir-se em um local diferenciado, ou seja, a se transportar para um não-lugar. Para Timon (2010) quando o visitante busca um local para seu lazer este local deve lhe proporcionar situações únicas, de experiências e de mundos fantásticos.

Espaço esse incapaz de formar qualquer tipo de identidade e de relação, ou seja, espaço de transição. O não-lugar será então um lugar que não é relacional, não é identitário e não histórico. Para Luchiari (2000) produz-se no espaço global um lugar, que nega o local, sendo, portanto, um não-lugar.

Portanto, essa estética que se apresenta em todo o parque foi implantada para ampliar a aparência de um local paradisíaco. Esse modelo foi copiado ou adotado dos parques aquáticos americanos e proporcionar o consumo.

Nos parques de diversão, temáticos (*indoor e outdoor*) e aquáticos a relação de consumo é evidente. Tanto os filmes, as fotos, quanto os *souvenirs* podem ser comprados em suas dependências, aumentando a arrecadação. Na verdade, o seu interior é um grande centro de compras, pois estas se tornam o testemunho do conhecimento dos lugares, já que não existe a identidade do vivido (PADOVANI, 2011, p.179).

Os parques aquáticos usam de alta tecnologia e se apropriam de um tema exclusivo, algo inexistente no mundo real, e estabelecem um ambiente fantasioso e neste novo ambiente não há nada do cotidiano do usuário Ashton (2010).

Num futuro apresentar-se-á uma tendência na tematização dos parques mais próxima do natural, em detrimento da tematização artificial e que vai exigir uma participação mais efetiva do setor público na regulamentação das atividades e uma regulamentação para o setor.

O rio lento, com 300 metros de comprimento por 3 metros de largura possui água em temperatura ambiente e o *Half Pipe* (espécie de rampa com água para descer com ou sem auxílio de bóia) com possibilidade de escorregar, pois possui inclinação para esse tipo de atividade e é sustentado por água naturalmente quente em todo o seu trajeto como apresentado na Figura 9.



Figura 9. Rio Lento e Escorrega

Fonte: <http://www.termas.com.br/fotos>

A ilusão de um contato íntimo com a natureza é transmitida ao visitante pela cascata de águas termais, que jorrando o tempo todo, proporciona a idéia de ser um atrativo natural. Porém, o local foi reproduzido artificialmente e são vendidas constantemente através das imagens como algo real.

Contudo, para o visitante o parque ser real ou irreal não é o mais importante na busca desses locais e sim a busca do lazer, da diversão, ou seja, momentos de fuga do cotidiano.

Com os parques temáticos, o consumo do espaço voltado ao lazer se especializa, é programado e procura individualizar o consumidor, abastecendo-o através do consumo dirigido, agora sobre uma temática, que visa transportar os indivíduos ao imaginário, ao modelo de fantasia almejado. O imaginário, que era estimulado para o consumo das mercadorias, agora ele mesmo se tornou uma mercadoria. A cidade, inspiração desses lugares, cumpre sua missão de transformar a matéria em símbolo. (PADOVANI, 179,2011).

Mas o visitante não observa se a natureza é transformada num espetáculo bizarro com tempo certo de duração Luchiar (2000), como mostra a Figura 10.



Figura 10. Cascata de Águas Termais

Fonte: <http://www.termas.com.br/fotos>

O Parque Aquático Thermas dos Laranjais buscou inovação dos seus atrativos, particularmente, aqueles voltados para o público infantil.

A área do parque infantil possui inúmeros atrativos, entre os quais, tobogãs, tirolesa, diversos brinquedos, cogumelos, pirulito e duchas infantis, porém, o que mais chama a atenção dos pequenos é a tirolesa, na qual o usuário é transportado suspenso a uma longa distância, acima de uma piscina com profundidade adequada para esse tipo de atividade.

O balde também é um brinquedo disponibilizado para as brincadeiras das crianças e consiste em suporte giratório com balde nas extremidades que ao encher-se de água o mesmo tomba derramando todo o líquido nos que estão embaixo do atrativo, conforme Figura 11.



Figura 11. Tirolesa e Balde

Fonte: <http://www.termas.com.br/fotos>

Nas piscinas, como mostra a Figura 12, com uma piscina menor (centro) na qual há grande concentração de sal visando o não afundamento do usuário e no seu entorno outra piscina com águas quentes.

Criam-se as imagens do espaço que podem ser manipuladas, produzindo os símbolos do espaço, reproduzidos de acordo com os interesses individuais, na maioria das vezes relacionados à busca de *status*, ou ainda, à busca para “cura” das doenças causadas pela correria urbana; evidentemente são questionáveis os “poderes terapêuticos” desses espaços. (PADOVANI, 2011, p.179).

A temática desenvolvida para esse local específico refere-se ao mundo dos piratas que se encontra presente na maioria dos parques aquáticos e no imaginário do visitante e principalmente das crianças.

Na formatação deste atrativo não se levou em consideração as questões culturais do país que poderia trazer um diferencial para este parque, pois são tantos os aspectos aquáticos que fazem parte da nossa história que o mesmo poderia ter se transformado em parque aquático temático em virtude das questões culturais que cercam o município.

Esses parques normalmente se apresentam com aspectos de outras culturas em detrimento da nossa e quiçá quando adotam a nossa o fazem de forma jocosa.



Figura 12. Piscina de Sal e no Entorno Piscina de Água Quente

Fonte: <http://www.termas.com.br/fotos>

Na lagoa existente no parque encontram-se pedalinhos e caiaques para serem utilizados pelos visitantes. A água depois de suprir as piscinas, é enviada para a lagoa. Esta lagoa é um dos atrativos do local e o excedente das suas águas corre para o córrego Ribeirão Olhos D'Água.

No período da visita ao parque – maio de 2008 - estavam em implantação diversas atrações como: um mini-zoológico, um parque das águas, rio de ressurgência, rio rápido, parque das aves, estacionamento para três mil veículos de passeio e 200 ônibus. Estes dados demonstram que o parque não está finalizado na íntegra, pois são constantes as obras de ampliação e melhorias.

O parque possui uma visitação de cerca de duas a três mil pessoas por final de semana na baixa temporada e de 4 a 5 mil pessoas na alta de temporada.

Contudo, em determinados finais de semana atinge 6 mil pessoas, capacidade de carga do parque. Desta forma massificando a atividade turística no parque. Pois, quando

atinge sua capacidade máxima há uma grande aglomeração de usuários nos principais brinquedos, piscinas, restaurantes, bares, banheiros e chuveiros, assim a qualidade do empreendimento é afetada.

Os parques temáticos estão sempre sujeitos ao período da sazonalidade, ou seja, não têm um fluxo contínuo de visitantes no decorrer do ano. O número de visitantes aumenta nos períodos de finais de semana, feriados e férias, ficando nos outros períodos com uma baixa ocupação. Desse modo, durante os meses de baixa temporada o Hopi Hari só abre as fronteiras do seu país nas sextas feiras, sábados e domingos, ficando fechado nos outros dias da semana. (ALCOBIA, 2009, p.44)

Para Secall (2010) uma das estratégias, para um parque manter e conquistar novos usuários é a renovação das suas atrações.

O parque de Olímpia possui inúmeras atrações, como já descrito anteriormente, e a administração busca inovação constante. Este parque segue a idéia dos parques na *Disney World* em Orlando na Flórida (Estados Unidos), transformando-se sempre para que o visitante possa visitá-lo inúmeras vezes, e assim encontrar novidades nos atrativos.

Observa-se esse processo no Parque Aquático Thermas dos Laranjais, pois, no ano de 2007 a visitação no parque foi de um milhão de pessoas, ultrapassando, em alguns finais de semana, a sua capacidade máxima de carga.

Considerando o complexo Parque Aquático Thermas dos Laranjais e os itens que são apontados no formulário do CADASTUR para o cadastramento nota-se que esse complexo possui equipamentos, brinquedos e infra-estrutura de acordo com o solicitado no formulário como, por exemplo, área de alimentação, vestiários, bares.

Placas de sinalização ao visitante também são encontrados em todo o complexo para garantir a segurança dos usuários.

Estão resumidos no Quadro 3 os atrativos que compreendem o complexo de lazer Thermas dos Laranjais, com indicação do número e/ou área destinada para cada um deles.

Atrativo	Número e/ou Área de Atrativos
Sede Social	3.000 m ²
Poços de água quente natural (ofurô),	4
Saunas de água quente natural	2
Mini Tobogã	1
Toboágua gigante	4 pistas / 21 metros de altura
Poço Bandeirante	1
Piscina de ondas	1
Rio da corredeira	300 metros de extensão
Piscina da sonolência	1
Piscina com cachoeira	1
Piscinas de biribol	2
Kamikase	21 metros de altura e pista de 80 metros
Hidrobalanço	6 canhões de água
Parque infantil com brinquedos	Tirolesa, pirulitos, duchas
Piscina infantil	1
Big Buble	1
Guerra D'Água com canhão	1
Quadras de Tênis de saibro	6
Quadras polivalentes	2
Campos de bocha	2
Campos de futebol <i>society</i>	2
Bosque com churrasqueiras	
Pista de Cooper	1330 metros de extensão
Academia de ginástica	
Estacionamento veículos e ônibus	
Salões para eventos	
Churrascaria	300 pax(pessoas)
Restaurante Self Service	500 pax
Bares	4
Loja de Conveniências	
Vestiários	

Quadro 3. Atrativos do Parque Aquático Thermas Dos Laranjais

Fonte: elaborado pela autora, 2010.

Para compreender quem é o usuário do parque é preciso ter conhecimento da demanda que, nas estatísticas, recebe o nome de visitante e se subdivide em turistas e excursionista. (AGUIRRE *et al*, 2003).

Neste parque é predominante a utilização pelo visitante denominado excursionista ou conhecido também de “bate e volta”, ou seja, aquele que se desloca durante a madrugada do seu município, chegando ao parque no início das suas atividades, lá permanecendo o dia todo e retornando ao seu local de residência no final do dia.

Os usuários deste parque originam-se das diversas cidades da região onde o parque está localizado que é evidenciado através das placas dos automóveis localizados no estacionamento principal do parque e que foi observado ao realizar a visita ao local. Chon; Sparrowe (2003) afirmam que o usuário deste tipo de empreendimento pertence à região e que não necessite mais que três horas de deslocamento.

Contudo, neste parque foi possível observar que há visitantes e turistas que excedem este tempo e esta distância do local. Quando a questão é uma maior permanência no complexo a cidade de Olímpia existe a infraestrutura turística complexa que envolve hotéis, pousadas, casas de segunda residência, restaurantes, agências receptivas e que vem se desenvolvendo para proporcionar a conforto ao turista que lá permanece por vários dias.

Existe a diferenciação no valor do ingresso em função do dia da semana conforme descrito no Quadro 4. Os valores são consideravelmente maiores nos feriados especiais.

PREÇOS – INGRESSOS		
1/12/2009 a 2010	TARIFÁRIO PORTARIA	
2ª a 6ª FEIRA	ADULTO	R\$ 40,00
	1/2	R\$ 20,00
FINAL DE SEMANA/ FERIADOS	ADULTO	R\$ 50,00
	1/2	R\$ 25,00
FERIADOS ESPECIAIS/2010	ADULTO	R\$ 60,00
	1/2	R\$ 30,00

Quadro 4 Preços dos ingressos de acesso ao Parque Thermas dos Laranjais

Fonte: <http://www.termas.com.br/ingressos.asp>. Acesso em: 23 de novembro de 2010.

Esse usuário excursionista ou turista tem a possibilidade de adquirir ingressos ou pacotes turísticos antecipadamente nas agências de viagens ou no local. Esses ingressos possuem tarifação reduzida para estudantes, terceira idade, professores da rede pública do estado de São Paulo e para crianças de 0 a 6 anos.

Portanto, considerando um dia no parque (domingo normal) para uma família de quatro pessoas com renda máxima de 3 salários mínimos que em valores atuais não excede os R\$1.600,00 e incluindo para esse dia os valores dos ingressos, transporte e alimentação, essa família gastaria algo em torno de R\$ 300,00, sendo: R\$150,00 (2 ingressos adultos e 2 estudantes), R\$ 50,00 de transporte (combustível e pedágios), R\$100,00 de alimentação.

Assim, uma família gastaria em torno de 20% dos ganhos mensais para passar um dia no local o que na realidade não se apresenta acessível a grande parte das famílias brasileira contradizendo os dados apresentados pelo estudo Classes C e D: Um novo mercado para o turismo brasileiro, realizado pelo Ministério do Turismo no ano de 2009.

Não existe até o presente momento uma política de preços para baixa temporada, e nem para autóctones como já implantado em outros parques, nos quais: aniversariante não paga, acesso aos estudantes de escolas públicas possuem semanas ao longo do ano com ingressos a baixo custo e para os munícipes no dia do município o parque é gratuito.

Essa foi uma forma encontrada por outros parques para o acesso da população local ao parque e para que não se sentisse excluída do processo de acesso ao lazer e ao entretenimento no local. Esse local também possui um quadro de sócios que mediante pagamento de mensalidades podem usufruir de toda a infraestrutura diariamente.

Dois tipos de visitantes podem ser claramente identificados: o excursionista que procura o local para passar o dia e que tem limitações nos gastos financeiros, e o turista permanece pelo menos três dias na cidade, visitando o parque todos os dias da sua permanência- este turista é que mobiliza o setor turístico do município.

Esse excursionista ou turista procura um lugar para os seus momentos de lazer que possa oferecer-lhe segurança e diversão mesmo que para isso precise despender boa parte dos seus ganhos financeiros mensais e, portanto, o parque precisa compreender a responsabilidade que possui na oferta desse lazer tanto para o excursionista quanto para

o turista. Esse usuário demanda por poucos serviços na localidade, de certa forma movimentando muito pouco a economia local.

O principal fator de sucesso do parque aquático será a habilidade de atrair o visitante, que irá consumir os serviços voltados para o lazer. Destaca-se a importância da formatação do produto aos interesses do consumidor, pois, o lazer, apesar de ocorrer na vida do indivíduo, não faz parte das necessidades básicas do ser humano, mas que está nos desejos de toda a sociedade atual. Esse consumidor tem necessidades e comportamentos específicos.

Atualmente o desenvolvimento do turismo interfere nas atividades econômicas, sociais e culturais, e principalmente no ambiente natural. Em muitas localidades o turismo se constitui num produto de exportação provocando impactos tanto econômicos quanto sociais.

Para SILVEIRA (1997, p.88) a adoção do conceito de desenvolvimento sustentável aplicado em turismo representa (...) buscar a integração entre o uso turístico, preservação do meio ambiente e melhoria das condições de vida das comunidades locais.

Na atualidade há consenso entre os pesquisadores, e analistas do fenômeno turístico em sentido amplo, de que a sustentabilidade deste tem que ser auferida sob vários aspectos: sustentabilidade econômica, sustentabilidade ambiental (tomando em conta a cultura e a natureza) e sustentabilidade política. Um empreendimento totalmente preservacionista, via de regra, é economicamente inviável, mas pode ser politicamente interessante. Também pode não ser, caso a comunidade esteja aguardando soluções para o desenvolvimento econômico. Deve haver uma avaliação dos limites até onde um empreendimento pode ser sustentável do ponto de vista ambiental sem que haja prejuízos no econômico, e de qual a estratégia política é a adequada para beneficiar a maior parte das pessoas possível. Deve haver uma negociação desses limites para que todos, empreendedores e sociedade, sejam beneficiados. (BARRETO, 2011, p.23)

O município de Olímpia sempre teve a sua economia baseada na agricultura, agropecuária e na prestação de serviços. Posteriormente, com o incremento do turismo, adotou uma nova prática em busca do desenvolvimento econômico e social da sua sociedade.

Porém, sem um prévio planejamento sem o envolvimento da comunidade e do poder público, a exploração e o desenvolvimento desordenado do turismo neste município, bem como os impactos socioculturais gerados pela ausência de planejamento

específico para promover a gestão do turismo, pode, a longo prazo, gerar sérios conflitos entre a comunidade e os visitantes. (PELIZZER, 2004).

Um aspecto a ser considerado é que o turismo apresenta-se como uma atividade de crescimento muito rápido, e de modo geral as Prefeituras não conseguem em tempo suficiente dimensionar seus impactos. Concebem o turismo como atividade cuja rentabilidade tem retorno a curto prazo, o que implica maior preocupação com a rápida obtenção de recursos, para um posterior investimento. (DIAS, 2003, p. 79)

Como em determinados períodos o parque em estudo ultrapassou a sua capacidade de carga máxima, de alguma forma pode ter proporcionado impacto na comunidade anfitriã, por alguns dos seguintes motivos: excesso de veículos circulando por suas vias, grande quantidade de resíduos (sólidos ou líquidos) resultantes das atividades do parque, consumo excessivo de águas no complexo para a demanda existente no período.

Entende-se por capacidade de carga no turismo o número de turistas que podem ser acomodados e acolhidos em uma destinação ou atrativo sem provocar alterações significativas nos meios físicos e sociais e na expectativa dos visitantes. (DIAS, 2003).

No empreendimento não foram diagnosticadas práticas de desenvolvimento sustentável. Contudo, era de se esperar que um local que utiliza de um bem de toda a sociedade e se tratando de um empreendimento na área do turismo este deveria adotar prática nesse sentido.

Para Dias (2003) a característica que envolve a atividade turística é de uma especificidade e de uma dimensão que não se encontra em outra atividade produtiva, afetando direta ou indiretamente diversos segmentos da economia, tornando-se um poderoso organismo de desenvolvimento, e abrindo a probabilidade de geração de inúmeros empregos diretos e indiretos (mais ou menos qualificados) e um número enorme de postos de trabalho.

Esse setor é uma das alternativas de empregabilidade frente às grandes transformações tecnológicas e a globalização. Neste setor coexistem desde grandes redes de hotéis, franquias internacionais de parques até as pequenas empresas familiares.

Quando se inicia a atividade turística em uma localidade analisa-se a capacidade que essa atividade terá em fomentar a economia local, através da oferta de empregos para a comunidade.

O parque estudado oferta diretamente 260 empregos nas mais diversas funções, desde segurança, jardinagem, salva-vidas, atendentes, pedreiros, químico, confeccionistas de bóias, consertadores de cadeiras, e outras atividades relacionadas ao funcionamento do parque. Esses colaboradores na sua maioria são oriundos da própria comunidade.

E indiretamente inúmeros colaboradores do setor turístico local trabalham em função do atrativo, pois o município conta com *resort*, 5 hotéis, 20 pousadas, inúmeras casas de temporada, bares e restaurantes, sorveterias, e ainda se destacam 4 agências de receptivo de viagem e uma infinidade de outros serviços correlatos que a atividade exige.

Há uma grande transformação nesta comunidade através das atividades do parque e juntamente com as demais atividades do setor turístico.

Os investimentos que foram feitos ao final das etapas do projeto, de R\$ 60 milhões, é resultado de uma pesquisa de potencial feita pela empresa, que a cidade de Olímpia começa a mudar seu perfil econômico a partir do *Thermas*, e que a coexistência com o *Thermas de Olímpia Resorts*, influenciará os investidores e inclusive o comércio local a mudarem o comportamento, ou seja, trabalharem nos finais de semana, abrirem à noite, para que o turista possa ter onde gastar, onde passear. E um dos principais motivos da economia local se acentuar é em virtude do comércio local não se adequar para os desejos e necessidades dos turistas. (PLANETA NEWS, 2010).

Ao implantar o parque aquático o principal objetivo é proporcionar lazer “pago” para o usuário e para os investidores. Com o advento desse tipo de empreendimento haverá um retorno dos investimentos, gerando mais empregos e promovendo o desenvolvimento econômico.

Observa-se que esse desenvolvimento turístico vem acontecendo em Olímpia. Porém, como não houve planejamento turístico anteriormente e nem o debate com a comunidade para a implantação do parque. No entanto, o empreendimento é uma realidade e atualmente tem proporcionando desenvolvimento econômico-social.

Contudo, para Pelizzer (2004) as causas da exclusão da comunidade do processo de desenvolvimento do turismo são: origem do empresário (normalmente vem de outras regiões - que difere deste em estudo, pois são originários da comunidade), incapacidade do governo municipal, ausência de política municipal de turismo, falta de ação conjunta

entre iniciativa privada e poder público, carência de mão de obra qualificada e falta de verbas para o setor de turismo.

Num primeiro instante a exploração realizada pelo turismo de massa não se apresentava evidente, mas com o crescimento da crise ambiental e o aumento da consciência ambiental da população - os parques devem implantar ajustamentos voltados ao consumo consciente dos bens naturais.

O turismo de massa continua respondendo, quantitativamente, pela maioria dos fluxos de demanda, mas assiste-se a uma tendência crescente de segmentação dessa demanda, com o surgimento de um turista mais consciente, mais exigente, menos passivo e mais preocupado com a qualidade das suas experiências durante a viagem. (FRATUCCI, 2000, p.130)

O turismo sempre se apresentou como uma atividade econômica limpa, que não gerava poluição e impactos ambientais. Porém, esta é uma atividade que gerava empregos e oportunidades financeiras, Mas hoje estudos são realizados para avaliar os impactos gerados pelo turismo ao meio ambiente e à população autóctone. Segundo Dias (2003) um turismo bem planejado, com efetivo gerenciamento haverá de contribuir para a preservação desses ecossistemas.

O planejamento do turismo tem estado, historicamente, balizado por teorias e práticas da área administrativa e por técnicas publicitárias e de marketing; as primeiras desenvolvendo projeções futuras com base nas tendências de mercado, e as segundas criando hábitos de consumo. (BARRETO, 2011, p. 22).

O fenômeno turístico para Barreto (2011) carece de uma análise profunda, pois nunca se sabe para onde irá expandir nunca se sabe quando vai ressurgir ou quando será fadada ao fracasso.

Com um bom planejamento turístico poder-se-ia evitar certas mazelas ao longo do processo de turistificação principalmente para as comunidades receptoras dos parques aquáticos como é o caso do município de Olímpia.

No prosseguimento deste trabalho, traz as Considerações Finais e sugestões para trabalhos futuros. E, finalmente, inclui-se a listagem de Referências com os documentos citados nesta Dissertação de Mestrado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algumas questões colocadas nesta dissertação são respondidas durante a exposição, como por exemplo, o turismo pode ser evidenciado como um forte aliado ao crescimento econômico e social do país, principalmente na geração de emprego e renda e no desenvolvimento de municípios onde os recursos e as belezas naturais podem ser adequadamente utilizados como formas alternativas de trabalho. O turismo é uma atividade marcante na sociedade atual ocupando lugar de destaque.

É importante observar que a oferta de produtos e serviços turísticos deve estar acompanhada de políticas e programas que atendam às necessidades informacionais dos turistas, à qualificação de profissionais para o setor, aproveitamento da mão de obra local, à criação de legislação e à conscientização da população quanto à questão do desenvolvimento sustentável.

Esta investigação teve como principal preocupação organizar um inventário dos parques aquáticos no Estado de São Paulo e a descrição do Parque Aquático Thermas dos Laranjais na sua infraestrutura e na sua capacidade de proporcionar lazer e entretenimento.

Quanto ao contexto da investigação, efetuou-se uma pesquisa exploratório-descritivo-explicativa. Para conhecer amplamente a área dos parques foi necessário realizar um estudo minucioso nos mais diversos campos do conhecimento científico, e, traçar um perfil do processo de seu surgimento, da sua modernização e hibridização.

Na investigação dos parques existentes no país foi necessária uma ampla busca nos órgãos agregadores que representam o setor como ADIBRA, Sindepat e CADASTUR.

Na ADIBRA as informações disponíveis no *site* são referentes tão somente aos membros do quadro associativo, composto por Parques de Diversões, Temáticos, Aquáticos, Móveis, Áreas de Entretenimento Familiar e também vários outros fornecedores de produtos e serviços e apresenta-se em ordem alfabética, fatores que dificultam a consulta.

O *site* do Sindepat constitui-se num informativo dos parques que fazem parte do seu quadro de associados, ou seja, o consultor deverá saber o nome do parque para localizá-lo. Para ambos foram enviadas solicitações de informações via correio

eletrônico sem obter sucesso nas respostas. Contudo, em ambos a base de dados está aquém do desejado.

As informações disponíveis no sistema CADASTUR, são incompletas e não identificam todo o segmento de parques, ou seja, não cumpre a função de ser um indicador tanto para o setor turístico como para o turista. Esta situação mostra que o significativo dispêndio do Ministério do Turismo para implantar este sistema não atende às necessidades cadastrais do setor. No CADASTUR identificam-se quarenta e um parques entre temáticos, aquáticos e de diversões no país.

Quando se realizou a pesquisa no sistema do CADASTUR o acesso as informações se apresentavam simplificadas. Mas logo após a presente pesquisa o mesmo teve uma reformulação do sistema. Dessa forma dificultou ainda mais para o usuário que deseja obter qualquer informação sobre os parques aquáticos. A partir das citadas mudanças o consultor deve estar munido do nome fantasia do empreendimento, do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), da cidade e do bairro para conseguir qualquer dado sobre o mesmo.

Salienta-se o quão é relevante um sistema de cadastramento completo, bem organizado e acessível, características fundamentais que facilitarão a pesquisa ou uma simples consulta, cuja inserção deve ser incentivada, tanto pela cadeia produtiva do turismo, como pelas associações representativas do setor e principalmente pelos órgãos oficiais do turismo nacional para que o usuário tenha um instrumento de informação e também para servir de subsídios políticas públicas.

Como não foi possível identificar todos os parques aquáticos existentes no Estado através do cadastro oficial foi necessário buscar outro mecanismo: foi então utilizado o sistema *Google* baseado em um indicador chamado *Page Rank*, que permite listar prioritariamente os resultados mais relevantes.

A hipótese veio a se confirmar no decorrer da pesquisa. Pois, não foi localizado nenhum mecanismo eletrônico oficial do Estado de São Paulo onde o turista pudesse ter fácil acesso aos dados e a localização dos parques. Esses dados são distribuídos quase que na sua totalidade pelas operadoras turísticas e agências de viagens nas feiras e salões de turismo.

Assim, a metodologia usada para esta pesquisa continua sendo a melhor forma para que o turista localize os parques aquáticos para usufruir em seus momentos de lazer. Porém, para que esse turista obtenha as informações desejadas deverá recorrer ao sistema de busca *Google* ou diretamente ao *site* dos parques aquáticos.

Assim, inventariou-se um total de 21 parques aquáticos no Estado de São Paulo e elaborada uma descrição detalhada dos mesmos. Como a literatura não tem registro até o momento destes dados e os dados oficiais ainda são incipientes os resultados descritos nesta dissertação indicam que o presente levantamento e desvelamento dos parques aquáticos no Estado de São Paulo é relevante para a cadeia produtiva do turismo.

Este inventário mostra que os parques aquáticos foram implantados e se desenvolveram de acordo com a demanda da região onde está localizado com uma concentração na região metropolitana da cidade de São Paulo em função da grande demanda por locais de lazer, pela concentração de habitantes e pelo poder de consumo da população.

E na região norte e noroeste do Estado essa concentração é consequência principalmente da distância do litoral, dos longos períodos sem chuva, das rodovias em bom estado, da melhora do poder aquisitivo da população e, em alguns dos parques, da existência de poços anteriormente perfurados pela Petrobras.

Desses parques observa-se que alguns possuem histórico de sucesso e outros foram fadados ao fracasso em função dos aspectos administrativos e da capacidade dos seus gestores para a compreensão das necessidades de lazer dos visitantes.

O sucesso de alguns parques além dos aspectos de infraestrutura também está relacionado com a inovação na forma como esses locais são divulgados.

Há necessidade do uso crescente da *internet* e das suas mídias sociais além da sua divulgação nas feiras de turismo, salientando que a ausência desses empreendimentos nessas novas formas de divulgação certamente enfrentará problemas na sua ocupação e na sua lucratividade.

No contexto da investigação nesta forte tendência de ampliação do setor cria-se o Parque Aquático Thermas dos Laranjais, cujo objetivo inicial era apenas a oferta de lazer para a comunidade local. Entretanto, ao deparar-se com perspectivas futuras de ampliação e crescimento advindos dos incentivos fiscais e de financiamentos para a área, na década de 1990, se expandiu a tal ponto que hoje é reconhecido como um destino turístico do Estado de São Paulo.

Os dados de caracterização deste parque apontam para: o local possui uma visitação em larga escala durante o ano todo, massificando a atividade turística nesta comunidade; o planejamento da implantação desse parque não foi discutido pela

sociedade civil, ou seja, todos os impactos decorrentes desse empreendimento agora são divididos por toda a comunidade; se por um lado há geração de emprego e renda, por outro lado ocorre discriminação, pois nem toda a comunidade possui condições de usufruir de suas atrações em função dos custos, já que este não é lazer gratuito.

O processo de desenvolvimento do turismo local agora é irreversível e, portanto, é necessário que o município planeje suas ações referentes às políticas públicas, sensibilize as autoridades em relação ao poder de desenvolvimento que o turismo possui na sua localidade, organize o setor turístico local de forma que o mesmo ofereça qualidade nos serviços.

Principalmente por que o segmento do turismo apresenta algumas características peculiares, pois quando não for bem planejado, vive períodos de alternâncias, em alta num momento e rapidamente entrar em declínio, o que pode trazer sérios problemas para a comunidade local, tais como: redução dos inúmeros empregos gerados, infraestrutura ampliada para atender o turista e a população local o que pode gerar sérios impactos econômicos e sociais nesta localidade.

Nesse processo todas as decisões pertinentes ao turismo receptivo deveriam ser compartilhadas com todos os segmentos sociais, através do Conselho Municipal de Turismo.

A atividade turística fundamentada em conceitos de desenvolvimento de sustentável promove ações visando a implantação de um parque com 'selo de qualidade ambiental' que preserve os recursos naturais do local por estabelecimento de medidas como, por exemplo, a utilização racional dos recursos hídricos pela implantação de sistemas de reuso das águas, captação das águas pluviais e a disponibilização para o tratamento e a redistribuição dessas águas residuais para as empresas locais ou para o abastecimento da população, conforme já dispõe a Lei Municipal nº 1.858/87 que estabelece as condições da reutilização desta água para abastecimento da população.

Esses ajustamentos deveriam ser acompanhados pelas agências reguladoras e pelos órgãos federais. A adequação aos dispositivos legais estabelecidos por estudos validados permitiria alcançar o cumprimento de uma ação de sustentabilidade inovadora para o segmento dos parques aquáticos.

Outras medidas úteis podem ser adotadas, tais como: o uso de novas tecnologias na construção de atrativos do local, o cultivo de plantas ornamentais nativas ou resistentes a seca para evitar a irrigação, instalação de hidrômetros de água em todas as atrações para detectar antecipadamente vazamentos ou mau funcionamento dos equipamentos.

Além disso, a implantação de programa de gestão eficaz, juntamente com um programa de treinamento dos funcionários seriam ações importantes para evitar o desperdício de água no empreendimento, contribuindo em muito para a preservação almejada.

O estabelecimento de normas e a fiscalização do seu cumprimento têm ainda um motivo que deve ser aqui apontado. O aumento da demanda pelo Parque Aquático Thermas dos Laranjais, motivou outros municípios da região a implantar parques desta natureza, dada a lucratividade que este tipo de empreendimento proporciona. Deve-se, entretanto, ressaltar o enorme potencial de incremento do turismo local e regional através dos parques existentes na região. Entretanto, é imperativa a demanda por ações regulatórias urgentes para o setor.

Nesta abordagem alguns elementos podem ser assinalados que sem dúvida irão marcar o futuro dos parques aquáticos. Em primeiro lugar, precisa-se pensar nas tendências evolutivas do turismo nacional. Se o crescimento econômico financeiro continuar nos parâmetros mencionados anteriormente o segmento e a demanda turística se ampliará, mostrando quão expressivo é esse setor para o lazer e o turismo.

Os Parques Aquáticos são um produto turístico novo no Brasil e que têm experimentado constantes inovações o que, certamente, corresponde a um dos fatores que muito contribuirá para a sua expansão. Trata-se de uma potencialidade insuficientemente explorada até o momento.

Os parques aquáticos constituem um mercado emergente para o Estado de São Paulo. Oferecem perspectivas futuras cuja evolução deve ser atenta e rigorosamente acompanhada pelos órgãos responsáveis. Independentemente de o Estado reconhecer e compreender a relevância dessa atividade turística, o setor está convencido da importância econômica desses atrativos.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, José Antonio.;LAGE, Beatriz Helena Gelas. **Criatividade empresarial de Mauricio de Souza. In: Turismo, Hotelaria e Lazer.** Beatriz Helena Gelas Lage (org). São Paulo: Atlas, 2004.

ADIBRA. **Associação das Empresas de Parques de Diversões do Brasil.** Disponível em: www.adibra.com.br. Acesso em: 10 de janeiro de 2010

AGUAS DE LINDOIA. **Águas de Lindóia: uma cidade perfeita para o seu lazer, sol e ar puro o ano inteiro.** Disponível em: <http://www.aguasdelindoia.com>. Acesso em: 09 de setembro de 2010.

AGUAVIVA. **Água Viva Thermas Clube Hotel.** Disponível em: <http://www.aguaviva.tur.br/>. Acesso em: 30 de agosto de 2010.

AGUIRRE, Rafael Sanjuanbenito; SIMON, Maria Fernanda Gómez; DI SANTO, Sílvia; PÂNTANO, Liliana; GRUNEWALD, Luis. **Recreação e turismo para todos.** Caxias do Sul: Educs, 2003.

ALCOBIA, R. A. **Dimensões da hospitalidade nos parques temáticos – caso do parque temático Hopi Hari (SP).** São Paulo, 2004. 128 páginas. Dissertação (Mestrado). Universidade Anhembi Morumbi. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp001530.pdf>. Acesso em: 15 de abril de 2009.

AMANTHEA, Nelson R. **De volta para o futuro: o Aquífero Guarani como alternativa viável ao desenvolvimento da região de Londrina.** Dissertação de mestrado. Disponível em: www.dominiopublico.gov.br. Acesso em 20 de janeiro de 2007.

ANSARAH, Marília Gomes dos Reis (org). **Turismo: Como aprender, como ensinar, 2.**São Paulo: Editora SENAC, 2001

ASHTON, Mary Sandra. **Parques Temáticos.** Revista Famecos. nº11, Porto Alegre, 1999. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3052/2330> Acesso em: 17 de novembro de 2010.

AULICINO, Madalena Pedroso. **Algumas implicações da exploração turística dos recursos naturais.** In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org.). **Turismo e Ambiente: Reflexões e Propostas.** São Paulo: Hucitec, 1997.

BARBOSA, Ycarim Melgaço. **História das viagens e do turismo.** São Paulo, Aleph, 2002.

BARREIRO, Jose Carlos. **Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência.** São Paulo: Editora UNESP, 2002

BARRETTO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas, Papirus, 1995.

_____. **O imprescindível aporte das ciências sociais para planejamento e a compreensão do turismo**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 15-29, outubro de 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v9n20/v9n20a01.pdf>. Acesso em: 05 de abril de 2011.

BARRETOS COUNTRY HOTEL. Disponível em: <http://www.barretoscountrypark.com.br/acquapark.htm#>. Acesso em 06 de setembro de 2010.

BARRETOS THERMAS PARK. **Barretos Thermas Park um novo conceito de turismo e negócios em Barretos**. Disponível em: <http://www.barresthermaspark.catenaecastro.com/>. Acesso em: 05 de setembro de 2010.

BEDERKA, Mike. **A Smooth Ride: Routine water slide checks prevent major problems**. In: Funworld Colletions WATERPARKS -IAAAPA, 2010. Disponível em: <http://www.iaapa.org/>. Acesso em: 15 de junho de 2010.

BENI, Mario Carlos. **Globalização do turismo, megatendências do setor e a realidade brasileira**, São Paulo: Aleph, 2003.

_____. **Análise Estrutural do Turismo**. - 6ª ed. atual. - São Paulo: Editora SENAC, 2001

BESSA, Fabiane Lopes Bueno Neto. **Desenvolvimento sustentável, responsabilidade socioambiental das empresas e turismo**. In: Anais do Congresso Internacional de Direito Ambiental: Meio Ambiente e acesso à justiça: flora, reserva legal e APP. Antonio Hermann Benjamim, Eladio Lecey e Sivia Cappelli (Orgs). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

BOITEUX, Bayard; Werner, Mauricio. **Promoção, entretenimento e planejamento turístico**. São Paulo: Aleph, 2002.

BORGHETTI, Nadia Rita Boscardin; BORGHETTI, José Roberto; ROSA FILHO, Ernani Francisco. **Aqüífero Guarani: a verdadeira integração dos países do Mercosul**. Curitiba, 2004.

BOULLÓN, Roberto C. **Atividades turísticas e recreativas: o homem como protagonista**. Trad. Maria Elena Ortega Ortiz Assumpção. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

BOSQUE, Raul Lardies. **Um nuevo concepto de parque temático: origen e impactos de Dinópolis**. Cuadernos de Turismo ISSN: 1139-7861. 2005, 15; pp. 149-167. Disponível em: <http://revistas.um.es/turismo/article/view/18461/17811>. Acesso em: 10 de novembro de 2010.

BRANDÃO, Junito de Souza. **Mitologia Grega**. Editora Vozes, Petrópolis: 1986

BRASIL. Ministério do Turismo. **Classe C e D, o Novo Mercado para o Turismo Brasileiro**. Estudo realizado pelo IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal). Disponível em: www.mtur.gov.br. Acesso em: 21 de fevereiro de 2010.

_____. Ministério do Turismo. **Boletim de Desenvolvimento Econômico do Turismo. EBAPE-FGV**. Outubro de 2009. Ano VII, nº 24. Disponível em: www.mtur.gov.br. Acesso em: 15 de maio de 2010b.

_____. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2007-2010**. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/plano_nacional/downloads_plano_nacional/PNT_2007_2010x.pdf. Acesso em: 20 de maio de 2010c.

_____. Ministério do Turismo. **Hábitos de Consumo do Turismo Brasileiro**. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/noticias/todas_noticias/Noticias_download/13.11.09_Pesquisa_Hxbitos_2009.pdf. Acesso em: 01 de set de 2010d.

_____. Ministério do Turismo. **Sondagem do Consumidor - Intenção de Viagem**. Ano III. Número 07. Julho 2010. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br>. Acesso em: 10 de setembro 2010e.

_____. Ministério do Turismo. **CADASTUR - Sistema de Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas**. Disponível em: <http://www.cadastur.turismo.gov.br/cadastur/index.action>. Acesso em: 15 de setembro de 2010f.

_____. **IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 16 de maio de 2010.

BRUNA, Gilda Collet. **Água e ecoturismo**. In: REBOUÇAS, Aldo da C. *et al* (Org). **Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação**. 3. ed. - São Paulo: Escrituras Editora, 2006

_____. **A dominialidade das águas subterrâneas no Brasil à luz da constituição federal de 1988 e o caso do Aquífero Guarani**. In: Anais do Congresso Internacional de Direito Ambiental: Direitos Humanos e Meio Ambiente. Antonio Hermann Benjamim (Org). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

BRUNEL, Sylvie. **Turismo e mundialização: rumo a uma disneylandização universal?**. Mercator - Revista de Geografia da UFC, ano 08, número 15, 2009. Tradução do original realizada por Eustógio Wanderley Correia Dantas e Raimundo Freitas Aragão. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br>. Acesso em: 10 de outubro de 2010.

BOVO, Raquel. **Subsídios à elaboração de políticas públicas de turismo sustentável com base local: diretrizes, programas, ações e indicadores de avaliação**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Rio Claro: [s.n.], 2006

CARVALHO, Caio Luiz De. **Políticas Públicas no Turismo Brasileiro: a cidade de São Paulo e a construção de sua identidade turística.** Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo - ECA/USP. Disponível em: www.dominiopublico.gov.br. Acesso em: 08 de janeiro de 2010.

CASTELO PARK AQUÁTICO. Disponível em: <http://www.casteloparkaquatico.com.br/>. Acesso em: 10 de setembro de 2010.

CHON, Kye-Sung; SPARROWE, Raymond T.; **Hospitalidade: conceitos e aplicações;** tradução Ana Beatriz de Miranda e Silva Ferreira; revisão técnica Gleice Regina Guerra. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

CLUBEPLÉIADES. **Clube Plêiades parque aquático.** Disponível em: <http://www.clubepleiades.com.br/>. Acesso em: 07 de setembro de 2010.

CORIO, L. N. M. T. (org), **Turismo com ética**, Fortaleza: FUNECE, 2ª edição, 1998.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza. **Introdução à geografia do turismo.** - 2.ed. São Paulo: Roca, 2003.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Pesquisa em turismo: planejamento, métodos e técnicas.** São Paulo: Futura, 1998.

DIAS, Reinaldo. **Turismo Sustentável e meio ambiente.** São Paulo: Atlas, 2003.

DI NAPOLI, Nina Meire de Oliveira. **O processo de licenciamento ambiental dos parques Hopi Hari e Wet'n Wild turismo sustentável e ética Vinhedo – SP.** Disponível em: Disponível em: www.dominiopublico.gov.br. Acesso em: 06 de janeiro de 2010.

EMPRESA FORMAL TURISMO LEGAL. Disponível em: <http://www.empresaformalturismolegal.com.br/eftl/decreto-n-5-406-cadastro-obrigatorio/>. Acesso em: 30 de novembro de 2010.

EPTV.COM. Disponível em: http://eptv.globo.com/busca/busca_interna.aspx?283244. Acesso em: 07 de setembro de 2010.

FERRETI, Eliane Regina. **Turismo e meio ambiente.** São Paulo: Roca, 2002.

FINO, Patrícia. **Estância Turística de Salto - SP: Turismo por decreto.** Dissertação de Mestrado – UNIARA – Centro Universitário de Araraquara. Araraquara, 2009

FRATUCCI, Aguinaldo César. **Os lugares turísticos: territórios do fenômeno turístico.** GEOgraphia- Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, Vol. 2, No 4 (2000). Disponível em: <http://www.uff.br/geographia>. Acessado em: 01 de abr 2011.

FREITAS, Fabiana Paschoal. **A proteção do Aquífero Guarani: um estudo à luz dos princípios do Direito Ambiental e do zoneamento ambiental.** In: Anais do Congresso Internacional de Direito Ambiental: Meio ambiente e acesso a justiça: flora, reserva legal e APP. Antonio Hermann Benjamim, Eladio Lecey e Sivia Cappelli (Orgs). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

FUNWORLD COLLECTIONS. **Waterpark.** Disponível em: http://www.iaapa.org/community/waterparks/PDF/FW_Collections_Waterparks.pdf. Acesso 20 de abril de 2010.

FONTELES, José Osmar. **Turismo e impactos socioambientais.** São Paulo: Aleph, 2004.

GAZETAOLIMPIA. **Thermas entra com pedido de exploração, mas água quente pode demorar a ser atração.** Disponível em: http://www.gazetaolimpia.com.br/noticias=olimpia=ler.php?id_editoria=1&id=530. Acesso em: 10 de setembro de 2010.

GONZÁLEZ, Maria Elisa Alén. GÂNDARA, José Manoel.G. BREA, José Antonio Fraiz. **Explicación de las intenciones de comportamineto a través de la calidad percibida y satisfacción em el turismo termal de Espanã.** In: Turismo em Análise, publicação do Departamento de Relações Pública, Propaganda e Turismo da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo - Vol.17.n.2. Aleph. São Paulo, 2006.

HIRATA, Ricardo *et al.* **Aquífero Guarani: oportunidades e desafios do grande manancial do cone sul.** In: 58º Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 2006, Florianópolis. Anais eletrônicos. Florianópolis: Disponível em: sg-guarani.org/index. Acesso em 20 de janeiro de 2007.

História da vida privada no Brasil: **Império: a corte e a modernidade nacional.** Coordenador geral da coleção Fernando A. Novais; organizador do volume Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Historia da vida privada: **Do Império Romano ao ano mil.** Coleção dirigida por Philippe Áries; Georges Duby. Td. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HOTEL ESTANCIA BARRA BONITA. Disponível em: <http://www.barrabonita.com.br/template.asp>. Acesso em: 10 de setembro 2010.

IAAPA. **International Association of Amusement Parks and Attractions.** Disponível em: <http://www.iaapa.org/>. Acesso em: 20 de maio de 2010.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do Turismo.** 2.ed. ver. e ampl. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

JANISSEK, Raquel. **A influência da internet em negócios empresariais: identificação e caracterização de elementos para análise de sites.** Dissertação de

mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: www.lume.ufrgs.br. Acessado em: 30 de março de 2011.

LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. td. J. Teixeira Coelho Netto; introdução de Marilena Chauí. São Paulo: Hucitec; UNESP, 1999.

LUCHIARI, Maria Tereza D.P. **Urbanização Turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo**. In: SERRANO, Célia; BRUHNS, Heloisa Turini; LUCHIARI, Maria Tereza D.P.(orgs): Olhares contemporâneos sobre o turismo. Campinas, SP: Papirus, 2000.

MAGIC GARDENS. **Venha invadir nossa praia**. Disponível em: http://www.magicgardens.com.br/parque_aquatico.php. Acesso em: 06 de setembro de 2010.

MAGICCITY. **A cidade mágica da diversão**. Disponível em: <http://www.magiccity.com.br/site/>. Acesso em: 03 de setembro de 2010.

MAPA de águas subterrâneas do Estado de São Paulo: escala 1:1.000.000 : nota explicativa / [coordenação geral Gerôncio Rocha]. - São Paulo: DAEE Departamento de Águas e Energia Elétrica : IG-Instituto Geológico : IPT Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo : CPRM Serviço Geológico do Brasil, 2005. Disponível em: http://www.dae.sp.gov.br/images/documentos/MAPA_AS.pdf. Acesso em: 02 de setembro de 2010.

MANN, Lisa Anderson. **Drop by Drop: Fine-tuning water systems to reduce the carbon (and water) footprint**. In: FUNWORLD COLLECTIONS. **Waterpark**. Disponível em: http://www.iaapa.org/community/waterparks/PDF/FW_Collections_Waterparks.pdf. Acesso 20 de abril de 2010.

MENDES, Paula Cândida Barbosa. **Turismo e Meio Ambiente no Parque Estadual da Serra de Caldas Novas – GO (PESCAN)**. Dissertação de Mestrado. Disponível em: http://tede.biblioteca.ucg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=362. Acesso em 05 de setembro de 2010

OLIVEIRA, C. B. **Sobre lazer, tempo e trabalho na sociedade de consumo**. Disponível em: www.dominiopublico.gov.br. Acesso em 15 de setembro de 2009.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Turismo internacional: uma perspectiva global**. trd. Roberto Cataldo Costa. -2.ed. Porto Alegre: Bookmann, 2003.

PADOVANI, Eliane Guerreiro Rossetti. **A cidade: o espaço, o tempo e o lazer**. In. GERARDI, Lucia Helena de Oliveira (org). **Ambientes: Estudos de Geografia**. Rio Claro: Programa de Pós-Graduação em Geografia-UNESP; Associação de Geografia Teórica-AGETEO,2003. Disponível em: http://www.rc.unesp.br/igce/geografia/pos/downloads/2003/livro_completo.pdf. Acesso em: 26 de outubro de 2011

PELIZZER, Hilário Ângelo. **Planejamento e gestão da hospitalidade no turismo receptivo**. In: Planejamento e Gestão em Turismo e Hospitalidade. Ada de Freitas Dencker (org). São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

PESCE, Abel H. **Thermal Spas: an economical development alternative along both sides of the Uruguay River**. Disponível em: <http://geoheat.oit.edu/bulletin/bull23-3/art5.pdf>. Acesso em 04 de maio de 2007.

_____. **The development of the thermal centers along the border Argentina-Uruguayan**. Disponível em: <http://www.geothermie.de/egec-geothernet/proceedings/szeged/P-4-02.pdf>. Acesso em 04 de maio de 2007

PHILLIPPI, Caio Tucunduva. **Avaliação de um sistema de reuso de águas: o caso de um parque temático**. Dissertação de Mestrado-Universidade de São Paulo: Faculdade de Saúde Pública. Disponível em: www.dominiopublico.gov.br. Acesso em: 20 de agosto de 2008.

PIRES, Mario Jorge. **Raízes do turismo no Brasil: hóspedes, hospedeiros e viajantes**. 2ª ed. Barueri: Manole, 2002

PLANETA NEWS. **Planeta de Notícias**. Disponível em: <http://www.planetanews.com.br>. Acesso em: 05 de maio de 2010.

POUSADA RIO PRETO. Disponível em: <http://www.pousadariopreto.com.br/aguas-terapeuticas.html>. Acesso 03 de setembro de 2010.

QUINTELA, Maria Manoel. **Saberes e práticas termais: uma perspectiva comparada em Portugal (Termas de São Pedro do Sul) e no Brasil (Caldas da Imperatriz Thermas)**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hesm/v11s1/11.pdf>. Acesso em: 26 de ago de 2007

REBOUÇAS, Aldo. **Água doce no Brasil e no mundo**. In: REBOUÇAS, Aldo Cunha; Braga, Benedito; Tundisi, José Galizia (org). **Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação**. 3. ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2006.

Revista Turismo em Números. **Parques Temáticos vão investir R\$1,5 bilhão até 2005**. Ed. nº 4 . Sindetur, 2002.

ROCHA, Luis Antonio Batista. **A utilização de águas termais**. Disponível em: <http://outorga.com.br/pdf/Artigo%20306%20A%20UTILIZACAO%20DE%20AGUAS%20TERMAIS.pdf>. Acesso em: 06 de setembro de 2010.

RODRIGUES, Anamaria Moya, **Exploração e uso do Aquífero Guarani no Triângulo Mineiro – estudo de caso: Cachoeira**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil. 2007. Disponível em: http://www.webposgrad.propp.ufu.br/ppg/producao_anexos/009_AnamariaMoyaRodrigues.pdf. Acesso em: 02 de maio de 2009

RODRIGUES, Anna Maria de Araujo. **Estudo de metodologias para formatação de empreendimentos voltados para o segmento de parques de diversões**. Dissertação de mestrado- Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Disponível em: www.dominiopublico.gov.br. Acesso em: 01 de setembro de 2010.

SALOMÃO, Marcelo. **Parques de Diversões no Brasil: entretenimento, consumo e negócios**. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

SANTIL, Jose Afonso dos Santos. **Os parques temáticos no contexto da atividade turística**. Revista Turismo-Visão e Ação. Universidade do Vale do Itajaí. Programa de Pós-graduação em Turismo e Hotelaria-Mestrado-ano 3, n.7(2001). Itajaí: Editora da UNIVALI, 2001.

SANTOS, Rosemeire Pereira. **Turismo no Águas Quentes de Piratininga/SP: a água medicinal que atrai pessoas do Brasil e até do exterior**. Disponível em: <http://www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?IDConteudo=4512>. Acesso em: 01 de setembro 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em Branco e Negro. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Companhia de Letras, 1987

SECALL, Esteve Rafael. **Nuevo segmento de turismo: los parques temáticos**. Cuadernos de Turismo, 7 (2001), 35-54. Universidad de Murcia. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/398/39800703.pdf>. Acesso em: 01 de mai de 2010

SILVEIRA, Marcos Aurélio Tarlombani da. **Planejamento territorial e dinâmica local: bases para o turismo sustentável**. In. RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org). Turismo e desenvolvimento sustentável. São Paulo: Hucitec, 1997.

SINDEPAT. **Sistema Integrado de Parques e Atrações Turísticas**. Disponível em: <http://www.sindepat.com.br/site/sindepat.asp>. Acesso em: 06 de outubro de 2010.

TERMAS. **Propriedades das águas do parque**. Disponível em: <http://www.termas.com.br/>. Acesso em: 07 de setembro de 2010.

THAME, A. C. M., **A cobrança pelo uso da água**. São Paulo: IQUAL, Instituto de Qualificação e editoração LTDA, 2000.

THERMAS DO VALE. Disponível em: <http://www.thermasdovale.com.br/index.asp>. Acesso em: 05 de setembro de 2010.

THERMAS WATER PARK. Disponível em: http://www.thermaswaterpark.com.br/thermas_water_park.htm. Acesso em: 09 de setembro de 2010.

TIMÓN, Diego A. Barrado. **El proyecto de parque temático de San Matin de La Vega em el contexto da periurbanización de los equipamientos de ocio em Madrid**. Boletín de Asociación de Geógrafos de Espanha, nº 28, 1999; p. 135 a 145. Disponível em: <http://www.dialnet.unirioja.es> Acesso em: 15 de novembro de 2010.

TRIANGULO AZUL. **Parque Aquático Triangulo Azul**. Disponível em: <http://www.trianguloazul.com.br/>. Acesso em: 02 de setembro de 2010.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godói. **A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

VALEENCANTADO. **O vale encantado**. Disponível em: http://www.valeencantado.com.br/hotel_recanto.asp. Acesso em: 05 de setembro de 2010.

VICENTIN, Ivan Carlos; HOPPEN, Norberto. **A internet no negócio de turismo no Brasil: utilização e perspectivas**. Revista Eletrônica de Administração-REAd – Edição 31 Vol. 9 No. 1, jan-fev 2003. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/read>. Acesso em: 30 de março de 2011.

VIVA PARQUE. **Release**. Disponível em: <http://www.vivaparque.com.br/release.php>. Acesso em: 03 de setembro de 2010.

ANEXOS

Anexo 1**Decreto nº 5.406 de 30 de março de 2005 – Cadastro obrigatório**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 2º, 3º e 5º da Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, nos arts. 3º, § 2º, e 8º da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991, no art. 27, inciso XXIII, alínea “f”, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e no art. 1º do Decreto nº 4.898, de 26 de novembro de 2003,

DECRETA:

Art. 1º As sociedades empresárias, sociedades simples e os empresários individuais que prestem serviços turísticos remunerados, doravante denominados, para efeitos deste Decreto, prestadores de serviços turísticos, observarão as normas e diretrizes aqui previstas, relativas ao cadastro obrigatório e à fiscalização e, no que couber, aos demais atos de regulamentação expedidos por órgãos do Poder Executivo.

Parágrafo único. O cadastro de que trata este artigo tem por objetivo a identificação dos prestadores de serviços turísticos, com vista ao reconhecimento de suas atividades, empreendimentos, equipamentos e serviços, bem como do perfil de atuação, qualidade e padrões dos serviços por eles oferecidos.

Art. 2º Estão sujeitos ao cadastramento no Ministério do Turismo os seguintes prestadores de serviços turísticos, definidos em legislações específicas:

I - meios de hospedagem de turismo;

II - agências de turismo;

III - transportadoras turísticas;

IV - prestadores de serviços de organização de congressos, convenções e eventos congêneres;

V - prestadores de serviço de organização de feiras, exposições e eventos congêneres;

VI - parques temáticos; e

VII - outros prestadores de serviços que exerçam atividades reconhecidas pelo Ministério do Turismo como de interesse para o turismo.

§ 1º Sujeitam-se também ao cadastramento de que trata este artigo as filiais dos prestadores de serviços turísticos.

§ 2º Somente poderão prestar serviços de turismo a terceiros, ou intermediá-los, os prestadores de serviços turísticos referidos neste artigo, quando devidamente cadastrados no Ministério do Turismo.

Art. 3º Consideram-se meios de hospedagem de turismo os estabelecimentos com licença de funcionamento para prestar serviços de hospedagem, expedida por autoridade competente.

§ 1º Serviços de hospedagem são aqueles prestados por empreendimentos ou estabelecimentos empresariais administrados ou explorados por prestadores de serviços turísticos hoteleiros, que ofertem alojamento temporário para hóspedes, mediante adoção de contrato de hospedagem, tácito ou expresso, e cobrança de diária pela ocupação da unidade habitacional.

§ 2º Os empreendimentos ou estabelecimentos empresariais que explorem ou administrem a prestação de serviços de hospedagem mediante unidades mobiliadas e equipadas e outros serviços oferecidos aos hóspedes, quaisquer que sejam as suas denominações, inclusive os conhecidos como flats, apart-hotel ou condohotel, estão sujeitos às normas legais que regem as atividades comerciais e empresariais hoteleiras, ao cadastramento obrigatório de que trata este Decreto e ao Regulamento Geral dos Meios de Hospedagem em vigor.

§ 3º Entende-se por diária o preço da hospedagem correspondente à utilização da unidade habitacional e dos serviços incluídos, no período de vinte e quatro horas, compreendido entre os horários fixados para entrada e saída de hóspedes.

§ 4º Estão excluídos das obrigações estabelecidas neste Decreto os empreendimentos ou estabelecimentos que disponibilizem a totalidade de suas unidades para serem utilizadas por terceiros, por períodos superiores a trinta dias, conforme legislação específica.

Art. 4º Compreende-se por agência de turismo a pessoa jurídica que exerce, de modo isolado, cumulativo ou simultâneo, atividades econômicas próprias de organização e de intermediação remunerada entre fornecedores e consumidores de serviços turísticos, bem como atividades complementares a esses serviços.

§ 1º A atividade de intermediação própria de agências de turismo, comumente chamadas “agências de viagens”, compreende a oferta, a reserva e a venda a consumidores de um ou mais dos seguintes serviços turísticos fornecidos por terceiros:

I - passagens;

II - acomodações e outros serviços em meios de hospedagem;

III - programas educacionais e de aprimoramento profissional;

IV - serviços de recepção, transferência e assistência; e

V - excursões, viagens e passeios turísticos, marítimos, fluviais e lacustres.

§ 2º A atividade de organização própria de agências de turismo, comumente chamadas “operadoras turísticas”, compreende a elaboração de programas, serviços e roteiros de viagens turísticas, nacionais ou internacionais, emissivas ou receptivas, que incluam mais de um dos serviços referidos nos incisos I a V do § 1º.

§ 3º As atividades complementares das agências de turismo, observada a legislação aplicável, compreendem a intermediação, organização ou execução dos seguintes serviços:

I - obtenção de passaportes, vistos ou qualquer outro documento necessário à realização de viagens;

II - transporte turístico de superfície;

III - desembaraço de bagagens em viagens e excursões;

IV - intermediação remunerada na locação de veículos, em serviços de carga e na reserva e venda de ingressos para espetáculos públicos, artísticos, esportivos, culturais e outras manifestações públicas;

V - operação de câmbio manual para uso exclusivo dos clientes, atendidas as exigências do Banco Central do Brasil;

VI - representação de empresas transportadoras, de meios de hospedagem e de outras fornecedoras de serviços turísticos;

VII - assessoramento e execução de atividades que lhes são próprias em feiras, exposições, congressos e eventos similares;

VIII - venda comissionada ou intermediação remunerada de seguros vinculados a viagens, passeios e excursões e de cartões de assistência ao viajante;

IX - venda de livros, revistas e outros artigos destinados a viajantes;

X - prestação de serviços ligados ao acolhimento turístico, consistente na organização de visitas a museus, monumentos históricos e outros locais de interesse turístico; e

XI - outros serviços de interesse de viajantes.

§ 4º A intermediação prevista no § 1º não impede a oferta, reserva e venda direta ao público pelos fornecedores dos serviços nele elencados.

§ 5º As agências de turismo que pretendam operar diretamente, com frota própria, excursões, passeios ou traslados, deverão atender aos requisitos específicos exigidos para o transporte turístico, inclusive quanto à vistoria e classificação individualizada de seus equipamentos, sejam veículos ou embarcações de turismo.

Art. 5º Consideram-se transportadoras turísticas os prestadores de serviços turísticos autorizados pelos órgãos governamentais competentes a fazer transporte coletivo de

passageiros, na categoria fretamento turístico, e transporte aquaviário, na categoria ou atividade turismo.

§ 1º Transporte turístico de superfície é o serviço remunerado prestado no deslocamento de pessoas por vias terrestres ou aquáticas, em veículos terrestres ou embarcações, para o fim de realização de excursões, viagens, passeios ou outras programações turísticas, compreendendo as seguintes modalidades:

I - excursão: é realizada em âmbito municipal, intermunicipal, interestadual ou internacional para o atendimento de programas turísticos organizados por agências de turismo, que incluam, além do transporte de superfície, hospedagem, alimentação e visita a locais turísticos;

II - passeio local: é realizado para visitas aos locais de interesse turístico de um Município ou de suas vizinhanças, sem incluir pernoite;

III - traslado: é realizado em âmbito municipal, intermunicipal ou interestadual, entre estações terminais de embarque e desembarque de passageiros, meios de hospedagem, locais onde se realizem congressos, convenções, feiras, exposições e as suas respectivas programações sociais; e

IV - especial: é o serviço de transporte ajustado diretamente por entidades civis associativas, sindicais, de classe, desportivas, educacionais, culturais, religiosas, recreativas, grupo de pessoas físicas e pessoas jurídicas, sem objetivo de lucro, e a transportadora turística, realizado em âmbito municipal, intermunicipal, interestadual e internacional.

§ 2º O Ministério do Turismo, ouvidos os demais órgãos governamentais competentes, fixará:

I - os tipos de veículos terrestres para o turismo e as condições e padrões para sua classificação individualizada por categorias de conforto e serviços; e

II - os padrões para a identificação oficial a serem usados nos veículos terrestres referidos no inciso I.

Art. 6º Compreende-se por organizadora de congressos, convenções e atividades congêneres os prestadores de serviços turísticos promotores de eventos que tenham por finalidade:

I - o aperfeiçoamento cultural, científico, técnico ou educacional dos participantes;

II - a divulgação ou o intercâmbio de experiências e técnicas pertinentes a determinada atividade profissional, empresarial ou área de conhecimento; e

III - o conagraçamento profissional e social dos participantes.

§1º Constituem serviços de organização de eventos:

I - o planejamento do evento, mediante a elaboração de projeto compreendendo a definição de todas as etapas, ou partes delas, e as providências necessárias à sua execução;

II - o gerenciamento do evento, compreendendo a organização e a supervisão da distribuição das tarefas de instalação e funcionamento de todos os serviços, ou parte deles, e atividades necessárias à sua realização e à consecução dos seus objetivos;

III - a montagem, decoração e a adequação dos espaços a serem utilizados no evento;

IV - os serviços de secretaria relativos à programação e aos trabalhos apresentados e produzidos no evento, disponibilizando pessoal e equipamentos adequados a essa finalidade;

V - o fornecimento e montagem, nas instalações onde se realizará o evento, dos equipamentos necessários à interpretação e tradução simultânea, bem como a alocação do pessoal necessário à operação desses equipamentos;

VI - a interpretação e tradução simultânea, mediante a utilização de intérpretes e tradutores;

VII - os serviços de recepção, cerimonial, atendimento e assistência ao público no local de realização do evento;

VIII - a prestação de serviços de som e projeção;

IX - a sinalização, orientando o público quanto aos espaços e serviços disponíveis; e

X - outros serviços que atendam às necessidades específicas dos eventos.

§ 2º Os prestadores de serviços turísticos de organização de eventos dividem-se nas seguintes categorias:

I - organizadoras de eventos – responsáveis, mediante contrato ou outra forma de ajuste, pela prestação direta ou indireta dos serviços de planejamento e gerenciamento de eventos, constantes dos incisos I e II do § 1º;

II - prestadoras de serviços especializados – responsáveis, mediante contratação pela organizadora do evento, pela prestação remunerada dos serviços constantes dos incisos III a X do § 1º, ou daqueles serviços que, por sua natureza e especialização técnica, destinem-se exclusiva ou predominantemente à realização de eventos.

§ 3º Excluem-se do âmbito de aplicação deste Decreto e dos atos dele decorrentes os eventos patrocinados e promovidos por empresas, entidades ou associações, exclusivamente para seus empregados, funcionários ou sócios, bem como aqueles organizados por instituições de ensino autorizadas a funcionar na forma da legislação própria, desde que não haja prestação remunerada de serviços.

Art 7º Compreende-se por organizadora de feiras, exposições e eventos congêneres os prestadores de serviços turísticos que executem, mediante remuneração, serviços de

promoção de eventos de natureza comercial ou industrial de bens ou serviços, que tenham por finalidade:

I - fomentar o intercâmbio entre produtores e consumidores, a nível regional, nacional e internacional;

II - estreitar vínculos de cooperação econômica entre mercados;

III - divulgar produtos, técnicas e serviços contribuindo para o seu aprimoramento;

IV - apresentar inovações nos processos de produção, industrialização e comercialização;

V - favorecer a troca de informações e a transferência de experiências; e

VI - divulgar conhecimentos ou informações sobre outros ramos de atividades que possam influir no processo de desenvolvimento econômico do País.

§ 1º Constituem serviços de organização de feiras, exposições e eventos congêneres o planejamento, a promoção, a administração, a locação de espaços, materiais e equipamentos de infra-estrutura necessários à montagem e ao funcionamento do evento.

§ 2º O disposto neste Decreto não se aplica às feiras livres, regidas por legislação local e destinadas ao abastecimento supletivo de produtos essenciais à população, nem aos eventos educativos, culturais, científicos e outros, sem fins lucrativos e que não se caracterizem, direta ou indiretamente, pela finalidade comercial ou industrial de bens ou serviços.

Art. 8º Para os efeitos deste Decreto, consideram-se parques temáticos os empreendimentos ou estabelecimentos empresariais administrados ou explorados comercialmente por prestadores de serviços turísticos, implantados em local fixo e de forma permanente, ambientados tematicamente, que ofereçam serviços de entretenimento, lazer, diversão ou eventos, mediante cobrança de ingresso dos visitantes, e cujo objeto social contemple expressamente essas atividades.

Parágrafo único. Para os efeitos deste Decreto, não são considerados parques como atividades turísticas:

I - o conjunto de equipamentos de diversão com cobrança individual de ingressos, instalados de forma permanente em equipamentos urbanos;

II - empreendimentos ou estabelecimentos instalados de forma temporária ou itinerante; e

III - empreendimentos que tenham, conjuntamente com a cobrança de ingressos, a modalidade de clube social com titularidade de sócios, mesmo que remidos, ou direito de uso individual ou familiar mediante pagamento de títulos, anuidades ou mensalidades, com ou sem emissão de carteira de associados.

Art. 9º O Ministério do Turismo especificará, em norma própria, os procedimentos e os requisitos a serem cumpridos pelos prestadores de serviços turísticos elencados no art. 2º para a solicitação de seu cadastramento, bem como as condições a serem observadas pelos órgãos oficiais competentes na análise e no deferimento do cadastramento a que se refere este Decreto.

Art. 10. São mantidos os atos e normas complementares à Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, não expressamente revogados pelo Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e à Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991, relativos às atividades, direitos, prerrogativas, obrigações e responsabilidades dos prestadores de serviços turísticos de que trata este Decreto.

Art. 11. O Ministério do Turismo exercerá a fiscalização das atividades dos prestadores de serviços turísticos, verificando o cumprimento do estabelecido na legislação em vigor e neste Decreto, procedendo:

I - à apuração de reclamações ou constatação de infrações praticadas pelos prestadores de serviços turísticos, cabendo aos órgãos de defesa do consumidor os procedimentos relativos às denominadas infrações de consumo; e

II - à orientação aos prestadores de serviços turísticos para o perfeito atendimento às normas reguladoras de suas atividades.

§ 1º Para os fins deste artigo, os agentes da fiscalização terão livre acesso às instalações, áreas, equipamentos, arquivos, livros e documentos fiscais dos prestadores de serviços turísticos fiscalizados, sendo obrigação destes, nos limites da lei, fornecer todos os esclarecimentos e informações solicitados.

§ 2º Estão sujeitas à fiscalização toda e qualquer pessoa física ou jurídica que efetivamente exerça atividades de prestação de serviços turísticos, cadastrada ou não, ou que adote, por extenso ou de forma abreviada, expressões ou termos que induzam o público a erro quanto à regularidade do prestador do serviço.

Art. 12. A inobservância de obrigações estabelecidas na legislação em vigor e nas normas complementares pelas prestadoras de serviços turísticos de que trata este Decreto constituirá infração, sujeitando-se o infrator às penalidades previstas no art. 5º da Lei nº 6.505, de 1977, a saber:

I - advertência por escrito;

II - multa;

III - suspensão ou cancelamento do cadastro;

IV - interdição de local, atividade, veículo, instalação, estabelecimento, empreendimento ou equipamento.

§ 1º É punível com aplicação de penalidade pecuniária, sem prejuízo da interdição do estabelecimento, o exercício das atividades e serviços turísticos tratados neste Decreto por qualquer pessoa física ou jurídica que não esteja devidamente cadastrada.

§ 2º As penalidades previstas nos incisos II a IV deste artigo poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente.

§ 3º Caberá ao Ministério do Turismo a disciplina e aplicação das penalidades estabelecidas neste artigo.

§ 4º Os infratores serão notificados da aplicação da penalidade na forma e nos prazos a serem fixados pelo Ministério do Turismo.

§ 5º As importâncias devidas por multas não pagas nos prazos estabelecidos pelo Ministério do Turismo serão atualizadas na data do efetivo pagamento e recolhidas ao Tesouro Nacional.

§ 6º Os débitos decorrentes de multas aplicadas e não recolhidas serão inscritos na Dívida Ativa da União.

§ 7º Ao procedimento administrativo de apuração de infração e imposição de penalidade aplicam-se, subsidiariamente, as normas da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 13. Da decisão que impuser penalidade caberá:

I - pedido de reconsideração à autoridade que aplicou a penalidade, no prazo de dez dias, contados da data em que o interessado tomar ciência da decisão;

II - recurso hierárquico ao Ministro de Estado do Turismo, apresentado junto à autoridade que expediu a notificação sobre a penalidade aplicada, no prazo de dez dias, contados da data em que o interessado tiver tido ciência do indeferimento do pedido de reconsideração.

Art. 14. O Ministério do Turismo poderá delegar competência, com ou sem reserva de poderes, ou transferir, mediante convênio, o exercício das atividades e atribuições específicas estabelecidas neste Decreto, a quaisquer órgãos e entidades da administração pública, em especial as funções relativas ao cadastramento e fiscalização dos prestadores de serviços turísticos, assim como a aplicação de penalidades.

Art. 15. Será deferido cadastro provisório aos empreendimentos ou estabelecimentos empresariais denominados flats, apart-hotel ou condohotel, de que trata o § 2º do art. 3º, que deverão adaptar-se ao disposto neste Decreto no prazo de dezoito meses, contados da data de sua publicação.

Parágrafo único. O Ministério do Turismo especificará, em norma própria, as informações a serem prestadas pelos empreendimentos ou estabelecimentos empresariais elencados no caput para a solicitação de sua inscrição, bem como os procedimentos a serem observados pelos órgãos oficiais competentes, na análise e no deferimento do cadastro provisório.

Art. 16. Os prestadores de serviços turísticos, inclusive os empreendimentos e estabelecimentos empresariais mencionados no art. 15, deverão requerer o cadastramento de que trata este Decreto, no prazo de até sessenta dias, contados da data de sua publicação.

Parágrafo único. Os prestadores de serviços turísticos, quando da renovação do cadastro, deverão adequar-se às exigências deste Decreto.

Art. 17. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Anexo 2

Ministério do Turismo
CADASTUR – Sistema de Cadastro dos Empreendimentos,
Equipamentos e Profissionais da Área de Turismo

FORMULÁRIO DE CADASTRO**PRESTADOR DE SERVIÇO TURÍSTICO PESSOA JURÍDICA – PARQUE AQUÁTICO****Institucional**

Data Início Operação *	<input type="text"/>		
Nome Fantasia *	<input type="text"/>		
Representante Legal *	<input type="text"/>		
Cargo Representante Legal *	<input type="text"/>		
Filiação Representativa	<input type="text"/>		
Rede a qual pertence	<input type="text"/>		
Nº Empregados Formação Superior *	<input type="text"/>	Nº Empregados Formação Médio *	<input type="text"/>

Fone / Endereço

Nº CEP *	<input type="text"/>	UF *	<input type="text"/>
Cidade *	<input type="text"/>		
Bairro *	<input type="text"/>		
Endereço *	<input type="text"/>		
Complemento do Endereço *	<input type="text"/>		
Telefone *	<input type="text"/>	Fax	<input type="text"/>
Serviço de Telefonia Gratuita	<input type="text"/>		
Caixa Postal	<input type="text"/>	UF Caixa Postal	<input type="text"/>
Latitude	<input type="text"/>	Longitude	<input type="text"/>
E-mail	<input type="text"/>		
Home Page	<input type="text"/>		

Características

Localização *	<input type="checkbox"/> Centro <input type="checkbox"/> Rural <input type="checkbox"/> Urbano
Área Total do Empreendimento *	<input type="checkbox"/> de 2.000 a 15.000m ² <input type="checkbox"/> de 15.001 a 30.000m ² <input type="checkbox"/> de 30.001 a 60.000m ²
Volume de água *	<input type="checkbox"/> de 1.500.000 a 3.000.000L <input type="checkbox"/> de 3.000.001 a 5.000.000L
Característica Local *	<input type="checkbox"/> Campo <input type="checkbox"/> Floresta <input type="checkbox"/> Lago / Lagoa <input type="checkbox"/> Localidade Histórica <input type="checkbox"/> Montanha <input type="checkbox"/> Praia <input type="checkbox"/> Serra
Código CNAE *	<input type="text"/>
Descrição da Atividade *	<input type="text"/>

Equipamentos de lazer aquático

Equipamentos de Piscina *	<input type="checkbox"/> Piscina com Ondas. Qtd.: _____ <input type="checkbox"/> Piscina infantil. Qtd.: _____ <input type="checkbox"/> Piscina Olímpica. Qtd.: _____ <input type="checkbox"/> Piscina Semi Olímpica. Qtd.: _____ <input type="checkbox"/> Piscina. Qtd.: _____ <input type="checkbox"/> Pula Pula Aquático <input type="checkbox"/> Toboágua. Qtd.: _____
Equipamentos Adjacentes à Piscina *	<input type="checkbox"/> Atrativos de suporte ao lazer <input type="checkbox"/> Bares aquáticos <input type="checkbox"/> Cadeiras de Sol <input type="checkbox"/> Chuveiros <input type="checkbox"/> Hidromassagem <input type="checkbox"/> Sauna

Estrutura Geral/Segurança/Gestão Ambiental
Estrutura de Apoio *

- Bar
- Cofre central
- Comercialização do empreendimento por meio da internet
- Enfermaria
- Equipamentos acessíveis a Deficientes / Mobilidade Reduzida
- Espaço para eventos
- Estacionamento
- Farmácia
- Fax
- Fraldário
- Guarda-volumes /armários
- Internet
- Internet sem fio
- Lanchonete
- Loja de Conveniência
- Restaurante
- SPA
- Telefone público
- Transporte interno
- Vestiários / Sanitários

Posturas / Medidas adotadas *

- Equipamentos de combate a incêndios *
- Informativos de profundidade das piscinas *
- Informativos de segurança e regras de conduta *
- Manutenção de equipamentos *
- Monitoramento da qualidade da água *
- Plano de emergência de combate a acidentes *
- Plano de emergência de combate a incêndio *
- Plano de gestão ambiental
- Plano de segurança *
- Sala de monitoramento (segurança garantida por câmeras e uma central)
- Salva-vidas capacitados *

**Forma(s) de Pagamento /
Idioma(s)**
**Forma(s) de
Pagamento ***

- Boleto Bancário
- Cartão de Crédito – American Express
- Cartão de Crédito – Diners
- Cartão de Crédito – Hipercard
- Cartão de Crédito – Mastercard
- Cartão de Crédito – Mastercard Maestro
- Cartão de Crédito – Visa
- Cartão de Débito
- Cheque
- Dinheiro
- Moeda Estrangeira
- Travellers Check
- Visa Electron

**Atendimento em
Língua Estrangeira**

- | | |
|--------------------------------------|-------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Albanês | <input type="checkbox"/> Inglês |
| <input type="checkbox"/> Alemão | <input type="checkbox"/> Irlandês |
| <input type="checkbox"/> Árabe | <input type="checkbox"/> Italiano |
| <input type="checkbox"/> Armênio | <input type="checkbox"/> Japonês |
| <input type="checkbox"/> Bielorrusso | <input type="checkbox"/> Laociano |
| <input type="checkbox"/> Bósnio | <input type="checkbox"/> Letão |
| <input type="checkbox"/> Búlgaro | <input type="checkbox"/> Lituano |
| <input type="checkbox"/> Cazaque | <input type="checkbox"/> Macedônio |
| <input type="checkbox"/> Checo | <input type="checkbox"/> Malaio |
| <input type="checkbox"/> Chinês | <input type="checkbox"/> Maori |
| <input type="checkbox"/> Coreano | <input type="checkbox"/> Mongol |
| <input type="checkbox"/> Croata | <input type="checkbox"/> Nepalês |
| <input type="checkbox"/> Curdo | <input type="checkbox"/> Norueguês |
| <input type="checkbox"/> Dinamarquês | <input type="checkbox"/> Polonês |
| <input type="checkbox"/> Eslovaco | <input type="checkbox"/> Romeno |
| <input type="checkbox"/> Esloveno | <input type="checkbox"/> Russo |
| <input type="checkbox"/> Espanhol | <input type="checkbox"/> Sérvio |
| <input type="checkbox"/> Filipino | <input type="checkbox"/> Soto |
| <input type="checkbox"/> Finlandês | <input type="checkbox"/> Sueco |
| <input type="checkbox"/> Francês | <input type="checkbox"/> Turco |
| <input type="checkbox"/> Grego | <input type="checkbox"/> Ucrainiano |
| <input type="checkbox"/> Holandês | <input type="checkbox"/> Uzbeque |
| <input type="checkbox"/> Húngaro | <input type="checkbox"/> Zulu |
| <input type="checkbox"/> Indonésio | |